

INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA
APLICADA

OLIV. R. 1
S

O ANIMADOR SOCIOCULTURAL:

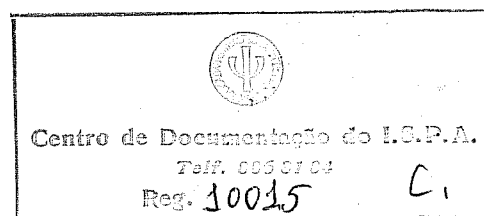
CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DA SUA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Orientador: Professora Doutora Margarida Alves Martins

ROSA MARIA RIBEIRO CASTANHEIRA PACHECO DE OLIVEIRA

1996



A realização deste trabalho beneficiou, na sua fase inicial bem como, em momentos posteriores, de troca de impressões com o Prof. Doutor Jean-Claude Abric, o que muito contribuiu para o desenvolvimento deste estudo, que muito agradeço.

Agradeço à orientadora científica deste estudo, Prof^a Doutora Margarida Alves Martins, as suas sugestões e o seu apoio.

Agradeço à Prof.^a Doutora Glória Ramalho as suas sugestões e a sua orientação no desenvolvimento da metodologia deste estudo.

Sinto-me também muito grata para com o Eng^o Francisco Costa Pereira, Dr Alexandre Castanheira, Dr^a Eva Côrrea, que, através dos seus conhecimentos específicos, contribuíram para a realização deste estudo.

Quero ainda expressar a minha especial gratidão ao meu marido, José Maria, por todo o seu auxílio e compreensão.

ÍNDICE

Introdução	5
Capítulo I: Referências Teóricas	8
1. Representações Sociais (R.S.)	8
1.1. Surgimento da Noção de Representação Social	8
1.2. O conceito de Representação Social	12
1.3. A Teoria do Núcleo Central	24
1.4. Estudo das representações Sociais na óptica da teoria do N.C.	27
2. O animador sociocultural em Portugal: enquadramento histórico e social	36
2.1. Enquadramento da noção de animador sociocultural	36
2.2. Contornos históricos do surgimento do animador nas dinâmicas populares da animação sociocultural em Portugal	39
II Capítulo: Problemática	71
III Capítulo: Metodologia	78
1. Sujeitos	82
2. Instrumentos e Procedimentos	82
2.1. Instrumentos de Recolha	87
2.2. Instrumentos de análise	
IV Capítulo: Resultados	93
1. Apresentação dos resultados dos dados recolhidos da técnica associação Livre de Palavras	94
1.1. Identificação das categorias	94
1.2. Identificação da hierarquização entre os elementos do conteúdo da Representação	94
1.3. Construção das matrizes de semelhança	95
1.4. Procura da estrutura interna e do núcleo central	95
1.4.1. Grupo 1	99

1. Organização do grafo de semelhanças	99
2. Identificação de “centralidades”	104
1.4.2. Grupo 2	110
1. Organização do grafo de semelhanças	110
2. Identificação de “centralidades”	118
1.4.3. Grupo 3	131
1. Organização do grafo de semelhanças	131
2. Identificação de “centralidades”	135
1.4.4. Síntese	144
2. Apresentação dos resultados das entrevistas	146
V Capítulo: Discussão dos resultados	154
1. Reconstrução da representação do animador sociocultural	155
2. Análise comparativa inter-grupos	162
3. Referencial comum relativamente aos três grupos sociais	163
VI Capítulo: Conclusões	167
Bibliografia	173
ANEXOS	177

INTRODUÇÃO

A “animação” entendida como instrumento de acção que visa transformar as condições de participação dos indivíduos e dos grupos no meio em que vivem, estimulando o sentido de iniciativa e a criatividade das pessoas no processo do seu próprio desenvolvimento, favorecendo formas de expressão e de comunicação entre todos, é já bastante difundida em Portugal, embora, por vezes, insuficientemente caracterizada.

Com efeito, ao longo destes últimos 20 anos, tem-se gradualmente desenvolvido uma nova actividade, no campo da intervenção social, que se dá pela designação “animação” com diversas modalidades: cultural, sociocultural, pedagógica, social, desportiva, turística, infantil, juvenil, de idosos. Era no passado uma actividade integrada. Destacou-se à medida que a vida social se foi desintegrando e em que foram sucessivamente necessárias mais e novas mediações institucionais.

Foram surgindo animadores e foram surgindo também, fragmentos de novas práticas sociais mais ou menos institucionalizadas para a criação de situações de ligação. Surgiram também, novos equipamentos colectivos, novos serviços e esboçaram-se novas funções (com tendencial especificação técnica).

Também os municípios, os interesses regionais e os poderes locais começaram a atribuir também, uma prioridade gradual à política cultural e a contratarem animadores.

E a actividade de animação foi-se transformando numa profissão.

Não existindo em Portugal um estatuto e carreira de animador oficialmente reconhecido, tem-se englobado neste conceito todos aqueles que trabalham, quer remunerados, quer em regime de voluntariado, com jovens, adultos, idosos, animando ou “dando vida” a associações diversas, clubes, centros de cultura, colónias e centros de férias, campos de trabalho, ateliers de tempos livres, em programas de animação sociocultural ou socio educativa, em actividades com jovens em situação de risco, em programas de reinserção social ou ainda colaborando em projectos de desenvolvimento comunitário de autarquias ou de instituições públicas.

No que respeita às actividades específicas prosseguidas por entidades públicas e privadas, municípios e associações de índole diversa, mistura-se uma rica complexidade de profissionais ou de voluntários, que

pertencendo aos mais diversos sectores de actividade e desenvolvendo uma acção de carácter global, polivalente ou de domínio de uma técnica específica de animação, são denominados animadores juvenis, animadores socioculturais, animadores socio educativos, animadores culturais, animadores desportivos, agentes de desenvolvimento, etc... consoante a sua pertença institucional, função dominante, tipo de público que tocam e tipo de métodos ou técnicas utilizadas.

A diversidade dos projectos ou acções ligadas à animação conduziu a que se tenha vindo a processar uma formação que tem procurado proporcionar aos animadores qualificação para intervir eficazmente, quer na área sociocultural e socio educativa, quer na gestão de equipamentos ou na animação e desenvolvimento de uma comunidade.

Nesse sentido, a formação de diferentes tipos de animadores tem-se processado da seguinte forma: no âmbito da Educação não Formal é realizada de forma contínua ou esporádica, por diversos serviços da Administração Pública, por iniciativa de algumas autarquias ou por associações privadas. Os cursos, geralmente, de curta ou média duração, destinam-se, na sua maioria, a animadores voluntários, visando atingir mais os objectivos próprios dos organismos promotores do que propriamente um enquadramento profissional.

No âmbito da Educação Formal, a partir de 1989/90 é realizada em Escolas Profissionais, Escolas Secundárias/Cursos Tecnológicos e em Estabelecimentos do Ensino Superior. Os cursos são de longa duração e destinam-se à formação de animadores profissionais.

Não existindo ainda, conforme já referimos, um estatuto e carreira para os animadores socioculturais, uma vez que a respectiva profissão ainda não está institucionalizada, verificam-se, deste modo, níveis muito diferentes de inserção profissional e salarial e graus diferentes de actuação e coordenação de actividades.

Os animadores têm vindo a desenvolver a sua actividade junto de municípios e estruturas para-municipais, organismos públicos, instituições de utilidade pública, associações, empresas privadas.

A intervenção de animadores faz-se fundamentalmente, nas áreas da acção social, do desenvolvimento comunitário, nas actividades socioeducativas e socioculturais e nas actividades recreativas e de lazer.

Em 1986, estimavam-se cerca de 3000 animadores profissionais constituídos por funcionários da Administração Central e Local, técnicos de cooperativas, associações e outras organizações não governamentais e monitores de equipamentos sociais públicos destacados em funções de animação.

Nesta trajectória, onde a prática de animação se foi desenvolvendo no campo associativo e institucional, os animadores, actores sociais da

animação, ao longo deste processo de institucionalização e profissionalização desta actividade, foram construindo conceptualizações representacionais em torno da figura animador sociocultural, figura que se impôs pela prática, possuindo em muitos casos, uma formação base autodidacta, revelando, por vezes, trajectórias e percursos variados dentro e fora do campo da animação sociocultural.

Neste contexto, o estudo que apresentamos tem por objectivo estudar a representação social do animador sociocultural, construída por três grupos de indivíduos com diversos percursos na sua actividade de animador

Para o efeito levantam-se as seguintes questões:

— Será que existe uma estrutura representacional do animador sociocultural comum aos três grupos, independentemente das trajectórias dos membros de cada grupo?

— Ou em alternativa, a estrutura representacional do animador sociocultural diferenciar-se-á consoante as trajectórias dos membros de cada grupo?

Este trabalho assume-se como um estudo exploratório dadas as características do contexto que o envolvem, nomeadamente, a falta de estudos existentes sobre o nosso objecto social, a novidade da metodologia, e a reduzida dimensão das amostras, limitada pela escassez da parte da população em causa.

O seu quadro teórico inscreve-se na problemática das representações sociais, mais concretamente, no quadro da teoria do Núcleo central. (Abric, Flament, Guimelli, etc.)

O trabalho que em seguida se apresenta está organizado em 6 capítulos. No primeiro procedemos à exposição das referências teóricas que nortearam a investigação. Este capítulo foi dividido em duas partes. Na primeira expomos o quadro teórico em que decidimos situarmos. Na segunda parte descrevemos de forma sucinta a evolução histórico-social dos conceitos de animação e animador sociocultural no contexto português. No segundo capítulo expomos a problemática e no terceiro a metodologia.

No quarto capítulo procedemos à apresentação dos resultados relativos á análise de similitude e à análise das entrevistas.

No quinto capítulo apresentamos a discussão dos resultados e finalmente, no sexto capítulo as conclusões da investigação.

I CAPÍTULO

REFERÊNCIAS TEÓRICAS

1. Representações Sociais

1.1. O Surgimento da noção de Representação Social

O primeiro autor a utilizar a noção de representação colectiva foi Durkheim (1895), para quem existia uma vida mental individual e colectiva constituída por representações, ou seja, “aquilo que forma um conteúdo concreto de um acto de pensamento” (Durkheim, segundo Moscovici, 1989-a. pag.65).

Para Durkheim as representações colectivas eram estáticas, conservadas na consciência colectiva dos povos e tinham características de uma grande generalidade, uma vez que eram consideradas como idênticas “às categorias lógicas e invariantes do espírito onde, segundo a sua perspectiva, estão incluídos todos os modos de pensamento” (Palmonari e Doise. 1986, pag. 15).

Para Durkheim as representações em geral estavam contidas numa “dicotomia que opunha o individual e o colectivo, a pessoa à sociedade, o estável e o instável” (Moscovici, 1988, pag. 218).

Moscovici ao proceder a uma análise histórica do conceito (1989) deu precisamente particular ênfase ao papel desempenhado por Durkheim, mas também aos contributos de Levy-Bruhl, Piaget e Freud para essa história.

Para Durkheim as representações colectivas são produções que se inscrevem no “ideal colectivo”. Elas são exteriores aos indivíduos e constroem-nos, orientando o seu tipo de ligações, de comunicações,

a sua acção. Cabe-lhes assegurar a estabilidade das colectividades, transmitindo-se assim de geração em geração.

Segundo Durkheim é através das representações e das acções sociais que podemos explicar os fenómenos sociais, hipótese que encontrou no estudo das sociedades ditas primitivas um campo privilegiado de análise e verificação. Encontramos justamente em Levy-Bruhl esse tipo de aplicação, a qual, contudo, avança novos elementos relativamente ao contributo anterior.

Levy-Bruhl, embora subscrevendo a natureza estável e colectiva das representações colectivas, interessa-se mais em destacar o facto delas se apresentarem com uma “significação” e “lógica” próprias, que não podem ser entendidas à luz dos contributos dos indivíduos e dos “eventuais erros” ou “desvios” por eles cometidos. É a dinâmica da própria representação que lhe interessa e é esse interesse que o conduz a verificar que cada tipo de sociedade, com as suas instituições e práticas específicas gera um tipo de mentalidade, um mundo de representações, que só à luz de cada uma delas podem ser compreendidas. Trata-se, aliás, e mais uma vez, de uma mentalidade que é vista como exercendo uma função constrangedora — é no seu quadro que o indivíduo pensa e se exprime.

Com as análises de Levy-Bruhl, diz-nos Moscovici, começam-se a “destacar as estruturas intelectuais e afectivas das representações em geral” (1989, pag. 69) abrindo-se assim — “o caminho a uma perspectiva nova, um caminho mais concreto e mais praticável do que o dos sociólogos da sua época” (idem, pag.70). Trata-se de um caminho em que Piaget e Freud estão especialmente implicados.

Com Piaget é a clarificação da natureza psíquica da própria representação que se estabelece, considerando-se que, tal como o estudo das representações permite distinguir o homem dito primitivo do homem civilizado, assim, também, a sua análise permite distinguir o adulto da criança. Também, com este autor, não é numa análise em termos de maioridade-menoridade que se joga a distinção, mas em todo o caso, há algo de inovador no seu modo de abordar, ao considerar que na distinção adulto-criança o que está em jogo são modos diferentes de pensar as coisas, diferentes na sua forma e ainda, de reterem a marca do indivíduo no seu conteúdo.

Estudando as concepções de várias crianças sobre os mais diversos temas, Piaget chegou a definir como é o seu modo, a sua forma de se representar o real. Não é da homogeneidade das representações transmitidas de geração em geração no seio de uma comunidade que aqui se trata, mas de um invariante lógico, específico dos diversos níveis de desenvolvimento das estruturas intelectuais e também morais dos indivíduos e cujo destino, em todo o caso, não é independente das

interacções físicas e sociais que o sujeito estabelece com o real que lhe é exterior.

A importância do contributo de Piaget, para a história do conceito de representação social, resulta, segundo Moscovici, do facto de aquele “não apresentar uma análise que estabelece a especificidade das representações em termos psíquicos” (idem, pag.72).

Ao referenciar o contributo de Freud, Moscovici evoca as suas concepções sobre as teorias sexuais das crianças, que se apresentam como teorias socialmente partilhadas e socialmente construídas nas trocas e vivências quotidianas dessas crianças no seio das suas famílias e com os seus pares. Mas Moscovici destaca sobretudo o papel atribuído por Freud à “interiorização”, ao trabalho de interiorização, o qual transforma uma concepção que é colectiva em algo de individual, de pessoal, capaz de marcar o destino da pessoa. Valorizando o processo de “interiorização”, Freud mostra “o processo, até aí ignorado, que as representações passam da vida de todos para a vida de cada um, do nível consciente ao nível inconsciente” (Moscovici, id. pag. 77).

E Moscovici conclui que aquilo que é comumente importante nos contributos de Piaget e Freud, se os compararmos com o de Durkheim, reside no facto de eles terem permitido ver que, aquilo que em Durkheim, era ainda uma noção abstracta “podia ser abordada enquanto fenómeno concreto” (id. pag. 79).

Apesar do conceito de representações sociais ser um conceito com uma história já longa, devemos atribuir a sua verdadeira autoria a Serge Moscovici: no início dos anos 60, este autor fez reviver a noção em causa, que tinha permanecido eclipsada durante meio século (Moscovici, 1989-a, pag. 61). É precisamente a partir do conceito de representações sociais que Moscovici conduziu uma crítica das características atribuídas por Durkheim ao seu conceito de representações colectivas: “Se as representações sociais fossem consideradas de modo tão geral como Durkheim as considerava, em vez de se tornarem instrumentos heurísticos, tornar-se-iam obstáculos ao conhecimento articulado do real. Moscovici considera-as mais como um modo específico, particular, de conhecermos e comunicarmos o que conhecemos” (Palmonari e Doise, 1986, pag. 15).

Efectivamente, apesar dos contributos referidos, é a Moscovici que se deve a primeira teorização sistemática sobre o conceito de representação social, através da sua obra “A psicanálise, sua imagem, e o seu público”.

À medida que a teoria se foi precisando, os conhecimentos desenvolvem-se, um domínio de investigação cristaliza, em cujo interior, delimitam-se campos específicos, desenham-se perspectivas diferentes.

Jodelet (1984, pag. 365-367) descreve seis grandes perspectivas sobre as representações sociais, que efectuam um ponto de situação de todos os trabalhos efectuados e onde o denominador comum é a procura da clarificação de como o social intervem na construção das estruturas cognitivas e como estas intervêm no social.

1. Uma representação social é o resultado de uma actividade puramente cognitiva que envolve uma dimensão de contexto, onde o sujeito está em situação de interacção social e uma dimensão de pertença que reflecte a sua ligação ao grupo onde está inserido. Os autores desta perspectiva são Abric, (1971, 1972, 1982 a e b); Apfebaum, (1967); Flament (1971, 1979), entre outros.

2. Uma representação social é a expressão de uma sociedade, onde o sujeito é considerado um produtor de sentidos que os exprime na sua representação, através da forma como vê a sua experiência no mundo social. Este ponto de vista coloca a tónica sobre os aspectos significantes da actividade representativa, através da utilização que o indivíduo faz do sistema de códigos e de interpretação que a sociedade fornece. Os autores desta perspectiva são: Herzlich, (1969); R. Kaes, (1968, 1979)

3. A representação é vista como uma forma de discurso, onde as suas propriedades sociais derivam da situação de comunicação e de pertença dos sujeitos emissores, bem como da finalidade do seu discurso. Os autores desta perspectiva são: Lipiansky, (1979); Windisch, (1978, 1982).

4. A representação social é vista como um reflexo das normas institucionais e das ideologias que estão ligadas á posição social que o sujeito ocupa. O sujeito é um actor social que ocupa uma posição no seu grupo social, que lhe dá uma prática social, que vai influenciar as suas representações. Os autores desta perspectiva são: M. Gilly, (1980); M. Plon, (1972).

5. A representação social é vista como o reflexo do jogo das relações intergrupos, onde as interacções mobilizam uma actividade representativa que se destina a regular, antecipar e justificar as relações sociais estabelecidas. Os autores desta perspectiva são entre outros: Doise, (1973) e Di Giacomo, (1980).

6. A representação social é vista como uma actividade representativa sobre a produção de esquemas de pensamento social estabelecido, de visões estruturadas pelas ideologias dominantes ou sobre a repetição analógica de relações sociais. É uma perspectiva mais socializante onde o sujeito é visto como um portador de determinações sociais que determinam a sua representação. Os autores desta perspectiva são: L. Boltanski, (1971) e Bourdieu, (1980), entre outros.

1.2. O Conceito de Representações Sociais

As representações sociais são fenómenos complexos sempre activados e que agem na vida social. Como fenómenos, as representações sociais apresentam-se sob formas variadas, mais ou menos complexas: imagens que condensam um conjunto de significações; sistemas de referência que permitem interpretar o que nos acontece, até mesmo dar um sentido ao inesperado; categorias que servem para classificar as circunstâncias, os fenómenos, os indivíduos com que nos relacionamos, etc. Segundo Jodelet (1984, pag. 360) “é uma maneira de interpretar e de pensar a nossa realidade quotidiana, é uma forma de conhecimento social”.

O social intervém de várias maneiras: pelo contexto concreto onde estão situadas pessoas e grupos, pela comunicação que se estabelece entre eles; pelos quadros de apreensão fornecidos pela bagagem cultural; pelos códigos, valores e ideologias ligados às posições ou pertenças sociais específicas dos indivíduos.

A noção de representação social está no interface do psicológico e do social. Concerna em primeira instância, a maneira como nós, sujeitos sociais apreendemos os acontecimentos do nosso quotidiano, os dados do meio social e físico, as informações que nele circulam, as pessoas do nosso meio próximo ou longínquo, ou seja, “o conhecimento espontâneo, o conhecimento do “senso comum”. Este conhecimento constitui-se a partir das experiências individuais dos sujeitos, mas também das informações, saberes, modelos de pensamento, que são recebidos e transmitidos pela tradição, educação, comunicação social, e por isso, é um conhecimento socialmente partilhado, mas também, um conhecimento prático, que visa essencialmente dominar o meio social e físico dos indivíduos, compreender e explicar os fenómenos e ideias que emolduram o seu universo vivencial.

Como refere Jodelet (1989, pag. 36) “a representação social é uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada tendo uma visão prática e concorrente com a construção de uma realidade comum a um grupo social. Igualmente designado como “saber de senso comum” ou ainda saber “espontâneo”, “natural”, esta forma de conhecimento, distingue-se, entre outros, do conhecimento científico. Mas é tida por um objecto de estudo tão legítimo como este último, devido à sua importância na vida social, na clarificação sobre os processos cognitivos e as interacções sociais”.

Este mesmo conhecimento pareceu a Moscovici (1961) o pivot de uma psicossociologia do conhecimento: produção mental social, como a ciência, o mito, a religião, a ideologia.

1.2.1. A natureza cognitiva das Representações Sociais

Moscovici situa o conceito de representações sociais no seio de uma “família de conceitos — ideologia, visões do mundo, ideia força, mito, utopia — que se referem a uma elaboração teórica que é suposta reflectir as relações sociais, ao mesmo tempo que contribui para as edificar” (Moscovici, 1961, pag. 300). Mas, quando “o mundo da ideologia é um mundo estável, reificado,... o universo da representação é mais difuso, móvel, sempre em mudança” (Palmonari e Doise, 1986, pag.14). Ao proceder à distinção das representações sociais desse conjunto de conceitos contíguos, Moscovici observa que uma representação social não é “pouco mais do que ...uma ideia, ou uma noção, ou uma crença” (Evans- Pritchard, citado por Moscovici, 1988, pag. 212) e indica que o termo “diz respeito a fenómenos que são definíveis de modo unívoco. A representação é de facto uma organização psicológica, uma modalidade de conhecimento particular” (1961, pag. 302). As representações sociais não são apenas compilações de cognições ou sistemas cognitivos, são corpos de conhecimento, verdadeiras teorias que se referem a todos os aspectos das sociedades e das culturas. Moscovici define as representações sociais como “uma modalidade particular de conhecimento, que tem por função a elaboração dos comportamentos e da comunicação entre os indivíduos” (idem, pag. 268). Por outro lado, as representações sociais “são o pré-requisito para a acção em geral” (Moscovici, 1988, pag. 214).

A representação surge assim, como um saber, um saber que se situa, não como instância intermédia entre o conceito e a percepção ou imagem, mas como instância onde uns e outros se cruzam e mutuamente se engendram. Através da representação o objecto está presente sob a forma de imagens, conceitos e significações que reflectem esse objecto exterior— a representação é sempre representação de um objecto — mas que, em simultâneo, traduzem a própria actividade do sujeito individual ou social e portanto, são também expressão desse sujeito. Ou seja, a representação social mantém com o objecto, como refere Jodelet (1989) em simultâneo, uma relação de “simbolização” ao representá-lo, ao tomar o lugar dele, e uma relação de “interpretação” ao conferir-lhe significações, resultantes de uma actividade, que faz da representação “uma construção” e uma “expressão do sujeito”.

No seguimento deste autor, esta actividade do sujeito, pode-nos levar a considerar: os processos cognitivos implicados e aqui é o sujeito epistémico que está em foco; os mecanismos intrapsíquicos mobilizados, evocando frequentemente os processos inconscientes, e o sujeito é considerado de um ponto de vista psicológico; quer ainda, a integração na análise destes processos cognitivos e psicológicos, a pertença e a participação social ou cultural do sujeito, sendo este ponto em que, para a autora, reside a especificidade do estudo das representações sociais.

As representações sociais não podem ser vistas como uma organização cognitiva fechada, acabada. Esta é uma organização dinâmica, portanto, aberta, imperfeita e de unidade raramente conseguida.

Doise sublinha que “toda a definição das R.S. em termos de consenso é insuficiente. Mais do que opiniões consensuais, elas são tomadas de posição de natureza diferente, ainda que por vezes possam ser utilizados pontos de apoio comuns” (1989, pag.226/227). A organização cognitiva que a R.S. é, não pode portanto, ser entendida como o resultado, num sujeito passivo, de uma cadeia causal de natureza estritamente exterior. Na construção dessa organização dinâmica o sujeito é parte activa, nela vamos encontrar todo o complexo e selectivo jogo de uma subjectividade apostada na organização de um saber, que cumpre o seu papel de instrumento de adaptação ao real.

E é de certo modo aqui que se inscreve uma outra vertente que auxiliará Moscovici a diferenciar e a especificar a identidade das representações sociais e que respeita à natureza social das mesmas.

1.2.2. A natureza social das Representações Sociais

A natureza social das representações é conotada em primeiro lugar, com a sua extensividade: a representação social é uma organização cognitiva que atravessa uma dada colectividade.

Moscovici ao “definir o termo social com que a noção de representação é qualificada” (1961, pag. 307): considera que o facto da representação ser social devido à sua extensão na população de uma dada colectividade “não é um índice ou uma linha divisória essencial” (idem, pag.305) por outro lado, adoptar o critério do modo de produção das representações para delinear essa linha divisória das representações sociais, também, não se revela suficientemente clarificador, dado que todas as noções que lhe são contíguas “a visão do mundo, a ideologia, a utopia, sublinham o facto destas elaborações teóricas serem resultados de uma interacção colectiva, expressões de uma organização social” (idem, pag. 306).

No entanto, Jodelet (1989), citando Veyne (1974), valoriza esta acepção “extensiva” da R.S. sublinhando que não se trata sobretudo de a entender como distribuição de um saber por vários sujeitos. Ela sublinha antes o facto desse conhecimento socialmente partilhado ser “marcado” justamente pelo facto de diversos indivíduos o partilharem, através de uma participação e de uma adesão que podem ser tão intensas que aproximam este processo do processo de crença. A adesão e mesmo a identificação com formas de pensamento da respectiva classe, do grupo profissional, do meio de pertença, são fenómenos correntes, mesmo quando as representações se apresentam como já feitas, como previamente elaboradas pela intervenção individual.

É através desta comunhão de representações, que a pertença ao grupo, o elo social, se reforça e a própria identidade do indivíduo se constrói.

Para Moscovici não é ainda pelo facto de a R.S. ser socialmente produzida e determinada que a sua especificidade fica garantida.

Segundo este autor, o que assegura a especificidade da natureza social da representação, relativamente a conceitos próximos, é a colocação de uma ênfase na função social da representação — ou seja, no importante, embora não exclusivo, contributo das representações “nos processos formadores e nos processos de orientação das condutas e das comunicações sociais” (1961, pag. 307). Embora também se encontre na ideologia, na ciência, na filosofia ou na religião essa função de orientação das condutas, elas não são, contudo, organizações cognitivas, saberes que se instauram prioritariamente com essa finalidade instrumental. Com as representações sociais, não é, esse o caso.

A sua função social, a sua natureza prática tem tal importância na definição do conceito, que Abric (1987) considera que, se o psicossociólogo pretende compreender a natureza e o mecanismo de uma representação, terá justamente de começar por se interrogar sobre a finalidade dessa representação.

Continuando com Abric (idem), a propósito de uma revisão a que procedeu sobre os estudos experimentais das representações sociais, conclui que “os comportamentos individuais ou de grupo são directamente determinados pelas representações elaboradas na situação e do conjunto dos elementos que a constituem” (idem, pag. 201).

Abric acentua o contributo destes estudos na verificação da função social/prática das representações, na medida em que elas “produzem a antecipação dos actos e das condutas (de si e dos outros), a interpretação da situação num sentido pré-estabelecido, graças a um sistema de categorização coerente e estável. Iniciadoras das condutas, elas permitem a sua justificação relativamente às normas sociais e à sua integração. O funcionamento operativo quer dos indivíduos quer dos grupos está directamente dependente do funcionamento “simbólico” (1989, pag. 202).

O que está em questão, através das representações, não é um conhecimento de natureza científica que estamos a tratar, o que está em jogo é a espontânea edificação de um saber prático que é usável como instrumento de relação dos sujeitos com os objectos, como instrumento orientador das condutas e comunicações dos sujeitos, como instrumento de adaptação e de resolução dos seus problemas.

E é assim que novamente reencontramos a ideia da R.S. como uma realidade dinâmica, aberta, só tendencialmente unitária, uma vez que “trata-se da criação da conduta e da circulação das mensagens num meio muito vasto, que só encontra algum denominador comum a um certo nível prático e bastante linear” (Moscovici, 1961, pag. 310); por outro lado, e ainda, as representações sociais apresentam graus de diferenciação muito diversos em função do estado dos grupos que a atravessam e constituem.

1.2.3. A Representação Social enquanto produto e enquanto processo

Abric partilhando do mesmo ponto de vista que Moscovici (1961) “que não há ruptura entre o universo exterior e o universo interior do indivíduo ou do grupo, que o sujeito e o objecto não são essencialmente distintos”; portanto, a representação é um todo, em que o objecto e o sujeito estão presentes, indistintamente ligados e interdependentes, apresenta a seguinte definição: “a representação é o produto e o processo de uma actividade mental pela qual um indivíduo ou um grupo reconstitui o real com que se confronta, atribuindo-lhe uma significação específica” (1987, pag. 64)

Refere que a representação é um reflexo não do objecto em si, mas das relações complexas, reais e imaginárias, objectivas e simbólicas, que o sujeito mantém com este objecto. Estas relações fazem da representação um sistema simbólico organizado e estruturado cuja função essencial é a apreensão e o controlo da realidade, permitindo-lhe compreendê-la e interpretá-la.

Como produto da actividade mental a representação “constitui um universo de opiniões e de crenças, organizadas em redor de uma significação central, e relativamente a um dado objecto. A representação permite-nos apreender o real construído... o real representado... a representação produto resulta, em simultâneo, da realidade do objecto, da subjectividade daquele que a veicula, e do sistema social em que se inscreve a relação sujeito-objecto. Ela constitui o elo, necessário à acção, entre o objecto e a opinião que lhe está associada. Toda a representação social produz uma visão global e unitária do objecto e do sujeito” (idem, pag. 64 e 65).

Poderíamos então dizer, que na definição da representação surgem as seguintes ideias fundamentais: (1) a representação é sempre representação de um objecto, (2) mas fruto da actividade do(s) sujeito(s), (3) a actividade que se traduz na atribuição de significações ao objecto, (4) significações organizadas em torno de um núcleo central; (5) e ainda a ideia que no processo de construção da representação interferem o objecto e o sujeito, mas também o sistema social em que interagem e que (6) a representação mantém uma relação fundamental com a acção, com a prática do sujeito.

Um outro aspecto a sublinhar é que Abric distingue a representação, enquanto produto e a representação processo.

1.2.3.1. A Representação-Produto (conteúdo e estrutura da representação social)

A representação enquanto produto remete-nos para o conteúdo da representação e Abric considera, que o seu estudo deve corresponder antes de mais a uma análise descritiva, procurando identificar as duas principais dimensões da representação: os seus elementos constitutivos e a sua organização, estrutura interna ou campo da representação.

Para Abric os elementos constituintes da representação são as informações que o sujeito tem sobre o objecto, bem como as atitudes e opiniões a partir das quais as informações são ponderadas, avaliadas pelo sujeito. Todo o elemento de informação é avaliado na representação, situado pelo sujeito e em função da sua atitude.

É neste sentido que dizemos que a representação não é o reflexo do objecto mas uma remodelagem da realidade em função das posições daquele que a produziu.

Moscovici (1961) analisa o conteúdo das representações em três dimensões: informação, campo de representação, atitude. Esta análise dimensional facilita o conhecimento do sentido e do conteúdo da representação, dando-nos a conhecer o seu grau de estruturação e de organização, possibilitando também, a percepção das clivagens e a comparação das diferentes representações.

Informação — diz respeito, em simultâneo, ao conjunto e à organização dos conhecimentos sobre o objecto da representação. Traduz o conhecimento objectivo do assunto em questão, no seu aspecto qualitativo e quantitativo.

Campo de representação — exprime a ideia de organização do conteúdo concreto e específico sobre o objecto da representação, reenvia-nos para as ideias de imagem, de modelo social, englobando a riqueza do conteúdo, e as propriedades imagéticas da representação que integra e organiza. Nem sempre este conjunto representacional está estruturado e ordenado, é que a existência de um campo de representação supõe uma unidade hierarquizada de elementos, pela própria noção de dimensão.

Atitude — reenvia para o avaliativo e o normativo das representações. Exprime a reacção emocional do sujeito, o seu aspecto afectivo, consoante o objecto da representação for percebido de forma mais ou menos favorável. É a dimensão que manifesta a orientação global da representação, aparecendo sempre estruturada, mesmo quando a representação se manifesta difusa, isto é, quando a informação é reduzida e o campo de representação pouco organizado. Ela é a chave

do conjunto, a primeira condição, pois subtende as condutas e selecciona as informações necessárias à formação de sistemas cognitivos.

Abric na descrição da estrutura interna da representação confere particular destaque aos elementos centrais e ao núcleo central da representação a partir do qual os outros elementos ganham sentido, ainda que o seu sentido derive também das relações que entre si estabelecem estes elementos.

Abric define elemento central “todo o elemento que desempenha um papel privilegiado na representação no sentido em que todos os outros elementos dependem directamente dele, pois que é em relação a ele que se define o seu peso e o seu valor para o sujeito”.

Encarado do ponto de vista do “processo” o núcleo é o núcleo imagético, é aquilo através do qual a representação se constitui e se organiza num conjunto coerente — é o núcleo gerador da representação: encarado como produto é todo o elemento ou conjunto de elementos que confere à representação uma natureza e significação própria, que garante a sua estabilidade, que determina o peso de cada elemento constituinte da representação, a sua valência e o tipo de relação que mantém com os outros elementos.

Voltaremos a abordar este assunto mais detalhadamente no ponto referente à teoria do núcleo central .

1.2.3.2. A Representação como processo (formação das representações sociais)

A propósito do seu estudo sobre a representação da psicanálise, Moscovici (1961) pôs em evidência dois processos — a objectivação e a ancoragem — abordando desta forma, a maneira como o social transforma o conhecimento em representação e, reciprocamente, como a representação transforma o social.

A “objectivação” é a operação imagética e estruturante que torna concreto o abstracto. Através da “objectivação” as ideias ou noções abstractas que são objecto da representação como que se materializam, ganhando corpo, textura material, significação maleável. “Objectivar” é incorporar um excesso de significações ao materializá-las” (Moscovici, 1961).

Moscovici, sobre a representação de um objecto complexo, como é o caso da teoria, aponta as seguintes fases do processo de “objectivação”: selecção, descontextualização dos elementos da teoria, formação de um núcleo figurativo e, finalmente, naturalização.

Através da “objectivação” o sujeito põe em acção mecanismos de selecção de informação, tornando-a descontextualizada, facilitando a

construção de quadros esquemáticos figurativos que virão a funcionar como instrumentos de interpretação e de categorização para as novas informações, susceptíveis de chegar ao sujeito.

A “ancoragem” é o processo de significação, de utilidade e de integração cognitiva. Tem um carácter de funcionalidade e articula segundo Jodelet (1984) três funções que estão na base da representação: função cognitiva da integração da novidade, função da interpretação da realidade, função de orientação das condutas e das relações sociais.

Retomando Moscovici a “objectivação” explica como os elementos representados de uma teoria se integram enquanto termos de uma realidade social; a ancoragem permite compreender a forma como aqueles contribuem para exprimir e construir as relações sociais (1961, pag. 318).

Na clarificação global da representação enquanto processo, Abric remete-nos para a dinâmica da constituição de uma representação recorrendo ao esquema explicativo desta dinâmica apresentado por Moscovici na sua obra “A Psicanálise, sua imagem, seu público”.

Segundo Abric (1987) a constituição de uma representação passa por três fases:

1ª fase: Do objecto ao modelo figurativo

Nesta fase, os mecanismos cognitivos clássicos: selecção, triagem, simplificação, rigidez, coerência, egocentrismo, etc. constituem o essencial desta fase de formação de uma representação. Com efeito, como demonstram a maior parte dos trabalhos sobre percepção, o indivíduo, regista somente uma parte das informações oferecidas pela realidade.

Nesta fase, além, destes mecanismos deformantes, joga igualmente uma descontextualização dos elementos percebidos, ou seja, os elementos de informações recebidos do objecto, num contexto particular, vão ser retidos e utilizados, desvinculadamente do contexto que os produziu. Adquirem, portanto, uma maior autonomia, possibilitando ao sujeito, uma maior liberdade de utilização.

Estes diversos elementos seleccionados e descontextualizados vão ser organizados numa nova produção específica, e que vai constituir o núcleo de base da futura representação.

Este núcleo de base, ou “modelo figurativo” ou “núcleo imagético” tem um carácter muito simples: é concreto, figurado e coerente. É constituído por alguns elementos simples, organizados à volta de uma significação central. Este modelo figurativo já exprime a actividade selectiva do sujeito (triagem das informações recebidas), do grupo social (triagem das informações enviadas ao sujeito, valores sociais afectos

a estas informações), do próprio objecto (triagem das informações emitidas pelo objecto).

2ª fase: Do modelo figurativo ao instrumento de categorização.

O modelo figurativo constituído, assume desde então, um estatuto de evidência ou de “realidade de senso comum”. O núcleo imagético deixa de ser uma realidade puramente abstracta, já não aparece como uma imagem construída pelo sujeito, mas como a própria realidade. A partir de então, é este núcleo imagético que vai determinar a relação do sujeito ao objecto e o seu diálogo com a realidade. Particularmente, ele vai fornecer um quadro de interpretação e de categorização para as novas informações susceptíveis de chegarem ao sujeito.

3º fase: Do instrumento de categorização ao modelo activo

O modelo figurativo depois de ter adquirido estatuto de evidência para o sujeito, pode a partir de então, introduzir-se na realidade, ao constituir-se como um quadro de conduta: o conteúdo do núcleo imagético torna-se “conteúdo activo servindo para dirigir a conduta e dar um sentido aos acontecimentos”. Nesta fase, a representação vai completar-se e modular-se relativamente à realidade social e concreta: os elementos informativos que chegam ao sujeito vão constituir-se à volta deste núcleo imagético, em função do sistema de interpretação e de categorização que ele próprio engendrou. A activação do núcleo imagético — “a ancoragem” diz Moscovici — constitui, portanto, à volta deste núcleo, toda uma rede de significações e uma hierarquia funcional dos elementos constituintes da representação.

Desta forma, a representação elabora-se como um sistema coerente, adaptativo, regulado pela interpretação ou transformação dos dados exteriores.

Os objectivos deste sistema são duplos: dar uma significação aos acontecimentos, informações e orientar o comportamento do indivíduo. A função essencial do modelo activo, em ambos os casos, é uma função de orientação. Esta orientação resulta das características do núcleo imagético, do meio exterior e das pressões sociais, mediatizadas pelo sistema de interpretação sediado na representação.

4ª fase: A Representação

No final deste processo a representação surge constituída. A representação surge como um sistema coerente e hierarquizado, organizado à volta do núcleo imagético. Ela é uma visão do mundo, mas uma visão funcional e normativa, que permite ao indivíduo dar um sentido às suas condutas, compreender a realidade através do seu próprio sistema de referência e desenvolver uma actividade de assimilação e de apropriação desta realidade. Os elementos essenciais que vão permitir a manutenção da funcionalidade do sistema, são os

instrumentos fundamentais produzidos e intimamente ligados à representação e que são:

— Um sistema de interpretação de que provêm as significações atribuídas às informações que chegam ao sujeito, mas, igualmente, as expectativas e antecipações desenvolvidas pelo sujeito.

— Um sistema de categorização que leva o sujeito a constituir uma tipologia das pessoas ou dos acontecimentos, instrumento essencial da representação, marcado pela sua significação central e que permite organizar e estruturar o meio, num quadro cognitivo e ideológico coerente e não contraditório com o do sujeito.

— Uma linguagem específica ou “linguagem temática” (Moscovici, 1961): a representação apela e exige a actividade de uma linguagem que lhe é própria e que visa “responder às exigências da mudança e da ordenação do estado das coisas”. A natureza e o tipo de palavras utilizadas, o vocabulário e a sua extensão, são também, sintomas da representação e um meio de a consolidar

Ao finalizarmos a representação enquanto produto e processo, retemos que a representação é proveniente e dependente dos mecanismos cognitivos clássicos. Através dos sistemas de categorização e de interpretação, a representação é um “filtro interpretativo” mas, como Abric refere (1987, pag. 67) ao citar Moscovici, a representação ultrapassa amplamente o plano cognitivo, no sentido que a representação é uma produção original, uma remodelagem completa da realidade, uma reorganização de tipo cognitivo mas, em que as conotações ideológicas pessoais (atitudes, opiniões), ou colectivas (valores, normas) ocupam um lugar essencial tanto no produto como no mecanismo próprio da sua constituição (Moscovici, 1986) .

Síntese :

Ao tentarmos fazer a caracterização do conceito da representação social ao longo do desenvolvimento do ponto 2, poderemos destacar entre outras, as seguintes linhas de força:

— A noção de representação social situa-se no interface do psicológico e do social.

— Toda a representação social é uma forma de visão global e unitária de um objecto mas também de um sujeito. Esta representação reestrutura a realidade para permitir uma integração, em simultâneo, das características objectivas do objecto, das experiências anteriores e do sistema de atitudes e de normas do sujeito.

Como Abric refere (1994) não existe à priori realidade objectiva, mas que toda a realidade é representada, ou seja, apropriada pelo indivíduo ou grupo reconstruída no seu sistema cognitivo, integrada no seu sistema de valores que dependem da sua história e do contexto ideológico envolvente. E é esta realidade apropriada e reestruturada que constitui para o indivíduo ou o grupo, a própria realidade.

— A representação social é “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada tendo uma visão prática e concorrente à construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 1989 a, pag. 36).

— A representação social é “simultaneamente o produto e o processo de uma actividade mental, pela qual um indivíduo ou um grupo, reconstitui o real com que é confrontado e lhe atribui uma significação específica” (Abric, 1987, pag. 64).

— A representação social funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos no seu meio físico e social, ela vai determinar os seus comportamentos ou as suas práticas. Neste sentido, a representação social é um guia para a acção, orienta as acções e as relações sociais.

1.3. A Teoria do Núcleo Central

Retomando a perspectiva da representação-produto anteriormente focada, a representação social é constituída por um conjunto de informações, crenças, opiniões, atitudes a propósito de um determinado objecto. Este conjunto de elementos está organizado e estruturado.

Nesse sentido, para analisarmos uma representação, compreendermos o seu funcionamento, teremos de identificar o conteúdo e a sua estrutura. Por outras palavras, os elementos que constituem uma representação, estão hierarquizados, afectos de uma ponderação e mantêm entre si, relações que determinam a significação e o lugar que ocupam no sistema representacional.

Sendo considerado como facto acordado, por todos os autores desde S. Moscovici, na definição da representação como um conjunto organizado, Abric (1987) avança a hipótese que diz respeito a esta organização interna e que designa de Núcleo Central.

Segundo Abric toda a representação está organizada à volta de um núcleo central. Este núcleo central é fundamental na representação, porque é ele que determina, em simultâneo, a significação e a organização da representação social.

O núcleo central assegura duas funções: uma função geradora, ou seja, é o elemento pelo qual se cria ou se transforma a significação dos outros elementos constituintes da representação. Ele é o que estes elementos tomam um sentido, um valor; uma função organizadora, ou seja, é o núcleo central que determina a natureza dos elos que unem entre si, os elementos da representação. Nesse sentido, é o elemento unificador e estabilizador da representação. Constitui também, o elemento mais estável da representação, o que assegura a perenidade nos contextos moventes e evolutivos, isto é, é o que resiste mais à mudança.

Este núcleo é constituído por um ou alguns elementos que ocupam na estrutura uma relação privilegiada, ou seja, os que dão á representação a sua significação. Este núcleo é determinado pela natureza do objecto representado, pela relação que o sujeito ou o grupo mantêm com este objecto e finalmente, pelos sistemas de valores e de normas sociais que constituem o meio ideológico da ocasião e do grupo.

Os elementos periféricos:

À volta do N.C., organizam-se os elementos periféricos. Estes elementos constituem o essencial do conteúdo da representação; a sua parte mais acessível, mas também, a mais viva e a mais concreta.

Constituem-se por informações retidas, seleccionadas e interpretadas, juízos formulados a propósito do objecto e do seu meio, estereótipos, crenças. Estão hierarquizados, ou seja, podem estar mais ou menos próximos dos elementos centrais. Se estiverem próximos do N.C., desempenham um papel importante na concretização da significação da representação, se estiverem afastados, ilustram, explicitam ou justificam esta significação.

Em síntese, poderemos referir que os elementos periféricos constituem o interface entre o N.C. e a situação concreta na qual se elabora ou funciona a representação e segundo Abric, desempenham as seguintes funções:

— Função concretização: directamente dependentes do contexto, resultam da ancoragem da representação na realidade e permitem a sua roupagem em termos concretos, imediatamente compreensíveis e transmissíveis. Integram os elementos da situação na qual se produz a representação. Eles dizem o presente e o vivido dos sujeitos.

— Função regulação: mais suaves que os elementos centrais, os elementos periféricos desempenham um papel fundamental na adaptação da representação às evoluções do contexto. Face à estabilidade do N.C., eles constituem o aspecto movente e evolutivo da representação.

— Função de defesa: o sistema periférico funciona como o sistema de defesa da representação. Constitui o que Flament (1987) designa por “para choque”

Assim, e continuando na linha deste autor (Abric, 1994), as representações sociais, através dos seus dois componentes: núcleo central e elementos periféricos, funcionam como uma entidade, em que cada parte tem o seu papel específico mas complementar do outro, ou seja, a organização da representação é regida por um duplo sistema:

— O sistema central (o N.C.): a determinação é essencialmente social. É a base comum propriamente social e colectiva que define a homogeneidade de um grupo através dos comportamentos individualizados, que podem surgir como contraditórios. Desempenha um papel essencial na estabilidade e na coerência da representação e evolui de maneira muito lenta. É relativamente independente do contexto imediato no qual o sujeito utiliza ou verbaliza as suas representações. A sua origem está: no contexto global histórico, social, ideológico que definiu as normas e os valores dos indivíduos e dos grupos, num determinado sistema social.

— Sistema periférico: a determinação é mais individualizada e contextualizada, muito mais associado às características individuais e ao contexto imediato e contingente, no qual estão inseridos os indivíduos. Permite uma adaptação, uma diferenciação em função do

vivido, uma integração das experiências do quotidiano. Permite, também, modulações pessoais face a um núcleo central comum, gerando representações sociais individualizadas. Este sistema periférico é fundamental, porque associado ao sistema central, permite a ancoragem na realidade.

Continuando com este autor, ele sublinha que é devido à existência deste duplo sistema das representações que permite compreender as seguintes características essenciais da representação social:

A 1ª característica é as representações sociais serem, em simultâneo, estáveis e moventes, rígidas e flexíveis.: estáveis e rígidas, porque determinadas por um núcleo central profundamente ancorado no sistema de valores, partilhado pelos membros do grupo; moventes e flexíveis, porque, alimentadas pelas experiências individuais, integram os dados do vivido e da situação específica, assim como a evolução das práticas sociais, nas quais se inserem os indivíduos ou os grupos.

A 2ª característica é as representações sociais serem, em simultâneo, consensuais e marcadas por fortes diferenças individuais.

Segundo Abric, como também para Flament, a homogeneidade de uma população não é definida pelo consenso entre os seus membros, mas sim, pelo facto de que a sua representação se organiza à volta do mesmo N.C.; do mesmo princípio gerador da significação que os seus membros dão à situação ou ao objecto com os quais são confrontados.

É neste sentido, como refere Abric (1994, pag. 29) que o estudo das representações sociais “parece-nos essencial em psicologia social porque oferece um quadro de análise e de interpretação que permite compreender a interacção entre o funcionamento individual e as condições sociais em que os actores sociais evoluem. O estudo das representações sociais permite compreender os processos que intervêm na adaptação sociocognitiva dos indivíduos às realidades quotidianas e às características do seu meio social e ideológico”.

1.4. Estudo das Representações Sociais na óptica da teoria do Núcleo Central

1.4.1. Abordagem da metodologia

O estudo de uma representação social na perspectiva teórica que temos vindo a apresentar, ou seja, definida como um conjunto de informações, de opiniões, de atitudes, de crenças organizadas à volta de uma significação central, necessita que sejam conhecidas as seguintes componentes: o conteúdo, a sua estrutura interna, o núcleo central. Portanto, não é unicamente o conteúdo em si, mas a organização deste conteúdo que deve ser procurada e que Abric (1994) faz notar, que esta organização assenta numa hierarquia entre os elementos do conteúdo da representação determinada pelo Núcleo Central.

Neste sentido, o estudo das representações sociais implica uma metodologia específica de recolha e de análise dos dados. Isto é, a utilização de métodos que visem, por um lado, identificar e fazer surgir os elementos constituintes da representação e por outro, conhecer a organização destes elementos e identificar o núcleo central da representação.

Como refere Abric, é comumente aceite, actualmente, que não existe nenhuma técnica que permita recolher conjuntamente estes três elementos, o que implica, para o estudo das representações, uma abordagem plurimetodológica articulada em três tempos sucessivos: 1ª Identificação do conteúdo da representação, 2º estudo das relações entre os elementos, importância relativa e hierárquica, 3º determinação e controlo do núcleo central.

Para o efeito, Abric (1994) define três etapas:

1ª etapa: Recolha do conteúdo da representação.

Nesta etapa, Abric reconhece a utilização da entrevista como técnica imprescindível. Todavia, devido às limitações reconhecidas deste instrumento, Abric assinala que há todo o interesse em associar-lhe, pelo menos, outra técnica de recolha que reduza os mecanismos de controlo ou de defesa que a situação de entrevista, permite ou gere.

Entre as limitações reconhecidas da técnica de entrevista, são apontadas, entre outras, : o facto de ser essencialmente uma técnica que se traduz pela elaboração de um discurso; a situação da entrevista ser uma situação de interacção finalizada; e, finalmente, a utilização da entrevista supor o recurso a métodos de análise de conteúdo que são amplamente tributários de interpretações e que, apesar da utilização

de métodos mais recentes, não são ainda suficientes para neutralizar a subjectividade da leitura dos analistas.

Deste ponto de vista, este autor reconhece que o par entrevista e método associativo é, particularmente pertinente. No entanto, este autor (1994, pag..66) faz notar também, que a técnica associação livre de palavras é provavelmente a melhor técnica para recolher os elementos constituintes do conteúdo da representação, dado o seu actual sucesso e á sua utilização sistemática em numerosas investigações: Di Giacomo (1981), Le Bouedec (1984), Monteil e Maillot (1988), Vergés (1992).

2ª etapa: Pesquisa da estrutura interna da representação e do núcleo central.

Nesta etapa, procura-se, antes de tudo, a organização deste conteúdo, em sistema de categorias, sub. conjunto temático ou “atitudinal” que vai constituir, de alguma maneira, a ossatura da representação.

A seguir, procura-se a identificação de ligações, relações e da hierarquia entre os elementos que permita aceder à organização interna do conjunto dos componentes da representação.

Para o efeito, recorre-se a técnicas que permitam aos próprios sujeitos produzirem estas ligações.

Com efeito, todas estas técnicas assentam num único princípio: solicitar ao próprio sujeito, que efectue, sobre a sua própria produção, um trabalho cognitivo de análise, de comparação, de hierarquização.

Este princípio metodológico permite reduzir, em larga medida, a parte de interpretação ou de elaboração da significação do próprio investigador e tornar, portanto, a análise dos resultados mais fácil e mais pertinente.

Terminado este breve parêntese acerca destas técnicas e, retomando a fase descritiva em que nos encontrávamos, Abric refere algumas destas técnicas como a da “constituição de pares de palavras”, a das “triagens hierarquizadas sucessivas”, a das “escolhas sucessivas por blocos”.

Finalmente, procura-se, pôr em destaque, elementos centrais, ou seja, elementos que organizam e dão significação à representação.

3ª etapa: Verificação da centralidade.

Nesta etapa vai-se procurar confirmar a centralidade através de métodos comprovativos de centralidade.

Na medida em que a situação da recolha dos dados o permita, Abric refere que é possível verificar os resultados obtidos nas fases anteriores, particularmente, as hipóteses sobre a centralidade de um certo elemento,

através de três técnicas: “mise en cause” do núcleo central, a indução por cenário ambíguo, a dos esquemas cognitivos de base.

Finalmente, Abric, refere ainda uma 4ª etapa que designa por Análise de Argumentação: nesta fase do estudo, o investigador dispondo do conteúdo da representação, da estrutura interna e do núcleo central, resta-lhe, para completar a análise, observar como é que estes constituintes, diferentes entre si, se integram num discurso argumentado.

1.4.2. Identificação do Núcleo Central.

1.4.2.1. Identificação de “centralidades”

Abric (1987) considera que todo o estudo das representações sociais deve identificar o núcleo central. É a identificação deste N.C. que permite o estudo comparativo das representações. Para que duas representações sejam diferentes elas têm de estar organizadas à volta de dois N.C. diferentes. A simples identificação de um conteúdo de uma representação não basta para a reconhecer e especificá-la. É a organização deste conteúdo que é essencial: duas representações definidas por um mesmo conteúdo podem ser radicalmente diferentes, se a organização deste conteúdo, e portanto, a centralidade de alguns elementos, for diferente.” (Abric, 1994)

No entanto, se grande número de investigadores concordam que o estudo das representações sociais deve identificar o N.C. o problema mantém-se relativamente ao que constitui este núcleo central, quais são os elementos que fazem parte dele.

Para Scherif e al. (1965) identificam ao item que para o sujeito se afigura menos controverso, isto é, o mais aceitável, Chombart de Lauwe et Al. (1963) o que ele identifica de “núcleo estável” à volta do qual se constituem as representações, é constituído por estereótipos de forte valor afectivo.

Para Abric a natureza do núcleo central depende, em simultâneo, : das características individuais do sujeito e, em particular, da natureza da sua implicação com o objecto da representação e das suas expectativas; das características mais propriamente sociais do objecto; da finalidade da situação na qual se inscrevem o sujeito e o objecto; e dos objectivos implícitos ou explícitos do sujeito, que elabora a representação.

Abric distingue duas dimensões principais deste núcleo: uma “dimensão funcional” que se for preponderante, privilegia os elementos da representação mais úteis á acção; uma “dimensão normativa” que

privilegia juízos, estereótipos, opiniões admitidas pelo sujeito ou grupo de pertença.

Abric considera que persistem consideráveis dificuldades metodológicas na determinação do que constitui o núcleo central de uma representação, admitindo que em termos operatórios se pode considerar que, “o ou os elementos centrais serão aqueles cuja supressão implicaria uma total desarticulação da estrutura: quer suprimindo a relação entre os elementos (...papel unificador e estabilizador), quer transformando a própria significação dos elementos (...papel gerador)” (1987, pag. 69).

Este autor (1994) considera que a centralidade de um elemento não pode ser reportada exclusivamente a uma dimensão quantitativa. O núcleo central tem uma dimensão qualitativa. Não é a presença importante de um elemento que define a sua centralidade, o que o distingue dos protótipos é a significação que dá à representação, evidenciando, que a frequência do seu aparecimento, não é, portanto, um critério suficiente para determinar a centralidade.

Também Moliner (1994, pag. 202) faz notar que, “não é porque uma cognição está fortemente ligada a todas as outras que ela é central, é por ser central que se liga às outras, e ela é central, porque mantém um elo privilegiado com o objecto de representação. Este elo é simbólico e resulta das condições históricas e sociais que presidiram à origem da representação”. Portanto, segundo este autor “nada, efectivamente permite afirmar que as propriedades quantitativas de uma cognição (conexidade ou saliência) implicam que esta cognição mantenha uma relação simbólica com o objecto de representação”.

Moliner atribui 4 propriedades às cognições centrais : valor simbólico, associatividade, saliência, conexidade. As duas 1^{as} são propriedades qualitativas, as últimas são quantitativas e surgem como consequência das primeiras (1994, pag. 206).

Assim, segundo este autor, o valor simbólico é a propriedade da cognição ligada à génese do processo representacional em que algumas cognições vão ser integradas num esquema simplificado do objecto, ou seja, a noção de “Núcleo figurativo” introduzida por Moscovici (1961) quando descreve a génese da representação social da psicanálise.

Portanto, segundo este autor, seria a partir deste núcleo figurativo que se iria constituir a representação. A este propósito, também, Abric (1993 a) faz notar que esta noção prefigura a do N. C. limitando-se, contudo, à emergência da representação e por isso, este núcleo figurativo poderia ser considerado como a 1^a forma do N.C.

Para Moliner, as cognições que comporiam este núcleo figurativo seriam escolhidas em função de determinantes sociais e históricos e constituiriam o fundamento de todas as crenças relativas ao objecto.

Por isso, não poderiam ser dissociadas do objecto de representação sob pena deste objecto perder toda a sua significação. Ou seja, manteriam com o objecto da representação uma ligação indestrutível, uma vez que eram símbolos.

A segunda propriedade designada por **associatividade**, consiste no facto de serem dotadas de um forte poder associativo que lhes permite combinar com elementos muito diversos. Este poder associativo tem em conta sobretudo, a variedade das relações que as cognições centrais são susceptíveis de manter com outras cognições.

No que diz respeito à **Saliência**, a cognição central, para além da sua ligação simbólica que a liga ao próprio objecto da representação, ela ocupa, sob a forma de etiqueta verbal, um lugar privilegiado nos discursos.

Com efeito, em qualquer estudo das R.S. constata-se que certas cognições, designadas pela sua etiqueta verbal, surgem mais frequentemente que outras no discurso dos sujeitos.

Moliner sublinha que a “saliência é uma consequência do valor simbólico das cognições centrais porque no campo semântico definido pela representação, a etiqueta verbal de uma cognição central seria mais acessível que qualquer outra, muito simplesmente porque estaria ligada ao termo genérico deste campo semântico”.

E finalmente a **Conexidade**, que se prende com a forte capacidade associativa da cognição. Ou seja, se uma cognição central se caracteriza por uma forte capacidade associativa, seria legítimo pensar, que esta cognição poderia entrar em relação com um número elevado de outros elementos da representação.

Continuando nesta análise sobre a centralidade na perspectiva de Moliner, este autor refere, relativamente à identificação de itens centrais, que há dois tipos de métodos: métodos de indicação e métodos de identificação (1994, pag. 216).

Os métodos de indicação são o critério **saliência** e o critério **conexidade**.

No **Critério saliência** vai-se procurar apreciar a importância quantitativa de certos itens, quer estes apareçam frequentemente no discurso espontâneo dos sujeitos, quer sejam os mais citados nas tarefas de evocação livre, ou quer sejam julgados importantes pelos sujeitos.

Destaca este autor que um efeito de **saliência**, embora que formule apenas, uma hipótese de centralidade, poder-se-á considerar esta hipótese tanto mais sólida se este item for característico mas também específico do objecto da representação.

Em compensação, no Critério **conexidade** vai-se procurar determinar, num corpus de itens da representação estudada, o ou os itens mais conexos com os outros. Este processo repousa na utilização dos índices de similitude.

Para facilitar a interpretação de tais itens constroi-se a árvore máxima; recorrendo-se posteriormente ao processo de “filtragem de cliques”.

Conforme temos vindo a assinalar acerca da centralidade, para Moliner, o que define fundamentalmente o estatuto central de uma cognição é o elo simbólico que o liga ao objecto da representação e que nada comprova que as propriedades quantitativas de certas cognições sejam as marcas determinantes deste elo.

Por isso, este autor considera que os critérios de saliência e conexidade não permitem identificar este estatuto de centralidade de uma cognição. Eles são apenas, um indicador que permite, quanto muito a indicação de itens a propósito dos quais se poderão formular hipóteses de centralidade.— “...o pôr em evidência a saliência ou a conexidade de certos itens num corpus, apenas, permite a formulação de hipóteses, quanto à centralidade destes itens” (pag. 210).

Para o efeito, a validação destas hipóteses passa pela evidência de propriedades qualitativas como a associatividade ou o valor simbólico.

Nesse sentido, este autor remete-nos para os métodos de identificação que são métodos que permitem confirmar a centralidade de uma cognição.

Os métodos de identificação são o modelo dos esquemas cognitivos de base (Guimelli e Rouquette, 1992, 1994) que põe em evidência a associatividade de uma cognição e o método de indução por cenário ambíguo (Moliner, 1994) que põe em evidência o valor simbólico da cognição.

Neste seguimento, encontramos também Abric (1994) que faz notar a necessidade da verificação do núcleo central, ou seja, a confirmação da hipótese de centralidade de certos itens, utilizando-se para o efeito as técnicas de validação: técnica do “pôr em causa” (mise en cause) do Núcleo Central, método dos esquemas cognitivos de base, método de indução por cenário ambíguo.

Em síntese, a perspectiva defendida por Moliner acerca da identificação de centralidades leva-nos a concluir que as propriedades quantitativas de certas cognições orientam o investigador na formulação de hipóteses de centralidade, no entanto, somente a observação das propriedades qualitativas destas cognições permite afirmar o seu estatuto central na representação estudada.

Também Vergès (1994), considera como dado adquirido a análise de Moliner, em que demonstra que as propriedades de saliência e de conexidade não são suficientes e que é preciso associar dispositivos susceptíveis de uma informação qualitativa. Este autor, porém, situa-se ainda, no seio de uma análise de dados quantificáveis, tentando interrogar estes dados de forma a que eles possam libertar uma informação de estrutura mais próxima das intuições relativas à definição do N.C..

Neste sentido aborda os critérios da frequência (ou saliência), o da co-aparição (ou correlação) e finalmente, o da centralidade em análise de similitude, referindo que este último está historicamente no centro das análises do N.C. (Abric, 1984), mas os dois primeiros tentam também dar conta das propriedades estruturais investigadas.

Apesar de abordar estes critérios de centralidade, Vergés refere “...não existe, cálculo de centralidade que permita identificar com segurança um elemento do N.C.” e mais adiante, “...pode-se mesmo acrescentar que os elementos do N.C. podem não estar afectos de um índice de centralidade forte. Muitas vezes têm-se encontrado os elementos do N.C. nas extremidades das cadeias das árvores, particularmente, quando a representação não é autónoma, constituída por várias dimensões” (pag. 253).

Este autor insiste também, no carácter obrigatório de controlar os critérios quantitativos por outras propriedades estruturais. “...pode-se portanto, procurá-las nos próprios dados, tal como na análise dupla das evocações (frequência e ordem) ou numa análise individual das estruturações, como na análise da forma das produções individuais de relação. Pode-se também, procurá-las por outros métodos mais qualitativos como os do cenário ambíguo de Moliner” (pag. 253).

Todavia, Vergés, refere que em todos os casos, parece-lhe que o critério de saliência deve ser tomado em conta, devendo, contudo, o seu carácter de resumo colectivo ser completado por uma informação, quer mais individual, quer mais qualitativa.

1.4.2.2. Método “análise de similitude”

Abric considera que os trabalhos de Flament sobre a técnica análise de similitude (1981) poderão constituir um instrumento de indicação destes núcleos centrais: trata-se da análise das relações de proximidade e semelhança entre os itens, que permite detectar itens fortemente interligados os que talvez correspondam aos elementos centrais da representação, constituindo o seu núcleo central.

Esta técnica desenvolvida por Degenne, Vergés (1973) e Flament (1981) foi posteriormente informatizada por Vergés. O conhecido

trabalho de Abric (1984) sobre o artesanato ou o estudo de Flament (1984) sobre o grupo ideal e ainda o trabalho de Dorai (1989) sobre representações sociais e estereótipos e o de Guimelli (1989) sobre a representação social da caça fazem apelo a esta técnica quantitativa de análise.

De acordo com Flament (1986) este tipo de análise permite-nos levantar a estrutura das representações em termos das relações de similitude que aí se processam.

Com efeito, segundo uma definição minimal proposta por Flament (1981) uma representação pode ser considerada como um conjunto de cognições ligadas por relações. Estas relações, embora diversas, todas traduzem a ideia, segundo a qual, por uma razão ou outra, as cognições da representação podem “ir em conjunto”.

Esta concepção minimal põe em jogo uma relação simétrica não transitiva designada por: relação de similitude. Estas relações simétricas não transitivas dão-nos uma indicação de quais são as associações que “aparecem em conjunto” com outras associações. A intensidade de proximidade de dois elementos é expressa por um índice de similitude. O conjunto de todos os índices de similitude entre qualquer dois pares, constitui a matriz de similitude. Esta matriz pode ser transformada num gráfico esquematizando essas mesmas ligações. O método da análise de similitude e os índices que utiliza correspondem a esta concepção minimal das representações.

Este método que se designa por análise de similitude, assenta na teoria dos grafos. É uma técnica de análise dos dados que permite explorar o grafo de uma relação que liga dois a dois os elementos desse conjunto.

A análise de similitude tem dois objectivos que são complementares. (Degenne, 1985).

No 1º objectivo a “análise de similitude” procura simplificar o grafo de semelhanças, isto é, o sistema de relações entre as variáveis, retendo aquelas que são mais significativas de um certo ponto de vista.

Neste sentido, este objectivo corresponde à árvore máxima: apresentar um conjunto mínimo de relações, que de um certo ponto de vista, são as mais importantes.

Guimelli (1989, pag. 124) refere estas relações como relações “Fortes”, ou seja, as relações de proximidade, de semelhança, até de antagonismo entre os elementos deste conjunto.

Também este autor salienta que a intensidade de uma relação entre dois elementos será tanto mais forte na representação considerada, quanto mais for partilhada por um maior nº de sujeitos do grupo. Justifica esta “intensidade” assente no princípio de que, uma das

características de base de uma representação social, é que ela seja partilhada pelos membros de um determinado grupo.

Ainda a propósito das relações de proximidade, também Flament (1985) faz notar que é de admitir que dois itens estarão tanto mais próximos na representação, quanto mais elevado for o nº de sujeitos do grupo a tratarem em simultâneo e da mesma forma esses dois itens: quer aceitem ambos, em simultâneo, quer rejeitem ambos, em simultâneo.

No 2º objectivo a “análise de similitude” vai procurar e pôr em destaque zonas de maior densidade do grupo das relações de semelhança e que conduz a desenvolver a estrutura que se designa por “filtrante”.

O ponto de partida de uma análise de similitude é uma matriz de similitudes ou uma matriz de distâncias ou desvios.

Por outras palavras, a partir de um quadro de dados será preciso deduzir para cada par de variáveis, um indicador de similitude (ou de distância ou desvio); pode-se trabalhar indiferentemente, num ou noutra (Degenne, A. 1985).

A partir da matriz de similitude entre todos os itens do corpus da representação constroi-se a árvore máxima, com vista a facilitar a compreensão e a interpretação de tais matrizes, e que tem por objectivo pôr em destaque a estrutura da representação, apresentando-se sob a forma de um grafo de semelhanças.

A árvore máxima é um grafo conexo sem ciclo (o 1º vértice de uma cadeia não é igual ao último). É constituída por vértices, que são os itens do corpus e as arestas, que são os valores do índice de similitude entre os itens.

Como já tivemos oportunidade de referir, no que diz respeito aos objectivos complementares da análise de similitude, o processo de construção da árvore máxima permite reter as relações mais fortes entre os itens. A análise de similitude completa-se pelo processo dito “filtrante de cliques”, que consiste em identificar sub.conjuntos de itens, em que cada elemento está ligado aos outros por um filtro de determinado índice (Moliner, 1994).

Entende-se por clique uma sequência expressiva de elementos. Para Aissani e Bonardi (1991) o maior conjunto de elementos interligados entre si a um determinado limiar, designa-se por sequência maximal. O filtro permite-nos identificar os “cliques maximais” para cada limiar de similitude considerado.

Por clique máximo entendem-se os maiores sub.grupos de itens que possuem a propriedade de estarem todos ligados dois a dois (Vergés, 1985). Por ex. para um filtro de 60, obtém-se o clique (A, B, C) visto que cada um destes três itens está ligado aos outros dois por um valor de aresta igual ou superior ao filtro escolhido (Moliner, 1994).

2. O animador sociocultural em Portugal: enquadramento histórico e social.

2.1. Enquadramento da noção de Animador sociocultural

Ao pretender-se fazer uma abordagem sobre o animador sociocultural necessário se torna, enquadrá-lo na animação sociocultural, que intimamente lhe está ligada. Com efeito, não há animação sociocultural sem animadores e vice versa.

É difícil uma definição de Animação sociocultural (A.S.C.) que seja suficientemente abrangente, face à diversidade de actividades, que a animação contém. Por isso, a grande maioria dos autores ou investigadores sobre animação sociocultural concordam, que é mais operatório indicar um certo número de características da animação sociocultural do que dar uma definição geral.

Assim, Besnard, P (1986, pag. 59) caracteriza a animação sociocultural: “por ser um conjunto de práticas, de actividades e de relações; as práticas e as actividades dizem respeito a interesses manifestados pelos indivíduos no âmbito da sua esfera cultural e mais particularmente no tempo livre, cujos interesses podem classificar-se: (J.Dumazier): artísticos (literários, cinema, teatro, festas, canções, pintura, escultura, fotografia, etc.), intelectuais (estudos voluntários, autoformação, conferências, reuniões, jornais, rádio, T.V. livros, viagens, turismo), sociais (familiares, vizinhança, café, bailes, amigos, associações, festivais, experiências locais, clubes, etc.); estas práticas constituem uma resposta a necessidades de iniciação, de formação, de acção, não satisfeitas pelas instituições existentes e têm funções de recreio e ou desenvolvimento, sendo asseguradas por voluntários que, normalmente, desenvolvem a sua acção em associações ou centros de cultura; estas práticas e actividades estão abertas, em princípio, a todas as categorias de indivíduos, qualquer que seja, a sua idade, sexo, origem, profissão, etc.; estas práticas desenvolvem-se com a ajuda de um animador, profissional ou voluntário, que utiliza preferencialmente métodos pedagógicos activos”.

Em Portugal a A.S.C. teve um grande desenvolvimento no âmbito da Educação Popular, pode-se dizer que surgiu a partir das necessidades de pessoas ou grupos que se juntaram para dar resposta a objectivos culturais e sociais comuns. Foi nas associações que surgiu e se desenvolveu toda uma dinâmica geradora do conceito de A.S.C., por serem lugares privilegiados de criação de iniciativa, decorrente da vontade das comunidades, respondendo às suas necessidades e contribuindo para a sua própria mudança. As actividades de Animação constituem uma forma de integração e participação dos indivíduos, visando melhorar a comunicação e satisfazendo os interesses da sua

vida cultural e social, mediante a ocupação criativa dos tempos livres, numa perspectiva de autonomia, criatividade e desenvolvimento individual e comunitário.

A animação hoje afirma-se como uma forma de activar a cultura, ligando-a à vida da comunidade, alargando o campo da vida cultural aos problemas da vida do quotidiano.

Surge como um conjunto de práticas e de organismos múltiplos que agem no campo sociocultural com referências diferentes, para públicos variados e graças a agentes culturais particulares, voluntários ou profissionais que se chamam “animadores”.

O que é o animador?

Poder-se-á dizer que o termo “animador” entrou na linguagem corrente tendo mesmo assumido novos sentidos relacionados com a ideia de não directividade, em oposição ao conceito tradicional de autoridade e chefia.

Qualquer um, pode ser chamado animador: o professor não directivo, o organizador de reuniões ou até o formador de adultos...

No entanto, para além, do sucesso do termo, a sua utilização pode revelar uma mudança na concepção dos papéis sociais, e em particular, na concepção tradicional de autoridade, da personagem do líder directivo, do cargo de chefia, resultante de um processo social e cultural que tende a “informalizar” os cargos de chefia. Hoje, o “chefe” é muito mais o colaborador, o dinamizador do grupo com quem trabalha.

Todavia, o sucesso deste termo e a sua apropriação na linguagem corrente e em muitos sectores da vida social, deve ser lembrado, que é no domínio da vida cultural e mais, particularmente, nas áreas da juventude, lazer e educação popular que floresceu e mobilizou militantes e voluntários antes de se tornar o libelo dos profissionais da “animação”.

As definições que se encontram sobre o animador são múltiplas e designam, quer as suas funções, quer o tipo da sua personalidade, quer a sua pertença a um sector preciso da vida social ou cultural, e, por vezes, o tipo de remunerações ou de emprego, ou ainda a natureza da entidade empregadora.

Poderá dizer-se que o animador é um agente de desenvolvimento dos indivíduos, dos grupos e das comunidades que, intervindo num determinado meio, promove a mudança e o encontro de soluções, que dêem resposta aos interesses e necessidades do público envolvido.

Para Besnard, P. (1986), “...o animador surge como um agente de desenvolvimento dos indivíduos e dos grupos, cuja acção profissional ou voluntária, se caracteriza por uma intervenção sobre um determinado

meio e em ligação com este, ao nível das relações entre os indivíduos, entre os grupos, ao nível das relações entre os indivíduos e os grupos e as obras culturais criadas por eles, ou, exteriormente, ao nível das relações com as estruturas sociais”.

Refere este autor que: “esta acção, fundada sobre princípios, valores e um empenhamento pessoal, requer competência e tecnicismo. Situa-se num quadro institucional determinado, dirige-se a públicos variados (comunidade ou uma categoria particular: jovens, operários, mulheres, etc.) com tecnologias apropriadas que cobrem práticas e interesses múltiplos (artísticos, manuais, sociais, intelectuais, práticas, desportivas, etc.)”.

Continuando, Besnard reserva o qualificativo de animador socio-cultural a todos os agentes que intervêm directamente na vida social e cultural com grupos e conteúdos culturais, englobando neste conceito, um certo nº de animadores específicos, cuja designação dependerá:

— da sua pertença institucional, ou seja, tipo de instituição em que exerce a actividade ou do equipamento utilizado;

— da sua função dominante, ou seja, tipo de actividade animada: desporto, arte, etc.;

— do tipo de público que toca: jovens, 3ª idade, adultos, etc.;

— e tipo de métodos ou técnicas utilizadas;

Neste sentido, poderemos englobar no conceito de animadores socioculturais, o animador social, o animador da juventude, o animador desportivo, o animador socioeducativo, etc...

Ao finalizarmos esta tentativa de aproximação ao conceito de animador sociocultural, não poderemos deixar, contudo, de notar, como sublinha Besnard, que efectivamente, qualquer definição é delicada neste domínio, em que as interpretações ideológicas se multiplicam e remetem a uma personagem que apresenta a dualidade inerente à animação e cuja moral da ambiguidade pode ser a característica essencial: “...agente duplo se não triplo, está dividido entre a sociedade e a cultura, a cultura e o indivíduo, a sociedade e os grupos, o público e a instituição, a técnica e o ideal militante, o seu sistema de valores e o dos outros animadores responsáveis e do público. Ele mesmo produtor de cultura, é aí, por vezes, reproduzidor e difusor; agente técnico especializado num domínio mas também agente relacional e psicosocial; criador, catalizador, denunciante, mas também, integrador, adaptador e normalizador, como também, libertador e consciencializador”.

2.2. Contornos históricos do surgimento do animador nas dinâmicas populares da Animação sociocultural em Portugal

Se a animação sociocultural é “um processo que visa uma tomada de consciência participativa e criadora da população, um método de intervenção destinado a estimular as pessoas e os grupos num auto-desenvolvimento e na mobilização das suas faculdades”, necessário se torna efectuar uma breve retrospectiva da história da Educação Popular, da vida cultural, tempos livres e lazer, no contexto histórico e social português. Neste sentido, propusemo-nos lançar um “olhar” desde a Monarquia Constitucional, fixando-nos mais demoradamente no pós 25 de Abril de 1974.

2.2.1. Monarquia Constitucional

Preocupação ao nível oficial, pela instrução do povo existira, pelo menos, desde os tempos do marquês de Pombal.

A lei de 1772, uma das primeiras tentativas em todo o mundo de organizar a educação primária por conta do Estado, levou a uma situação de florescimento relativo das primeiras letras, ao findar o Sec. XVII: 720 escolas existiam já em 1779. Mas esse movimento não foi prosseguido como merecia.

A Revolução liberal veio acompanhada de uma política ampla de garantir instrução a todos os cidadãos.

Proclamou-se a liberdade de ensino e promoveu-se a abertura de 59 escolas de primeiras letras.

A carta constitucional de 1826 decretou o ensino primário livre e introduziu-o como direito de cada cidadão.

A partir de 1834 tornou-se possível garantir certa continuidade no progresso educacional e em todos os campos. A primeira tarefa consistia em abrir escolas por toda a parte, em preparar um professorado competente, e em tentar debelar um analfabetismo que orçava pelos 90% da população.

Tornou-se assim possível reduzir a pouco e pouco a taxa de analfabetismo: 76% para os maiores de 7 anos em 1890; 74,1% em 1900; 69,7% em 1911.

O ensino primário consistia em três anos de frequência obrigatória e um ano mais de voluntariado.

2.2.2. 1ª República

As reformas republicanas do ensino primário e o espírito que as animava influenciaram consideravelmente a qualidade da instrução oficial aberta a todos.

A legislação de 1911 estabeleceu instrução oficial e livre para todas as crianças aos níveis infantil e primário e escolaridade obrigatória entre as idades de 7 a 10 anos.

Criaram-se (1911) e começaram a funcionar também (1913) escolas temporárias móveis, em especial para o ensino de adultos.

Apesar de todos estes esforços a taxa de analfabetismo baixou relativamente pouco: 75,1% em 1911; 70,5% em 1920; 67,8% em 1930. Em quase 20 anos diminuíra 7,3%, nº por certo maior do que em qualquer período idêntico ao da Monarquia.

Quando a República democrática chegou ao seu termo, mais de metade da população portuguesa compunha-se ainda de analfabetos, o que punha uma vez mais o problema da educação de massas.

Neste período foram muito importantes as reformas do ensino técnico. Um decreto de 1911 transforma o Instituto Industrial e Comercial em duas escolas: o Instituto Superior Técnico e o Instituto Superior do Comércio.

Para além do sistema oficial de educação, este período assistiu a um fermento cultural de grande interesse, especialmente marcado nos campos do ensino livre e na difusão da cultura pelo povo.

Através do país brotavam cursos públicos e livres de todos os tipos e a todos os níveis; organizavam-se conferências e outras manifestações de cultura popular, muitas vezes, mantidas pelas iniciativas de associações culturais ou outras. Entre as mais relevantes, salientam-se as chamadas universidades livres, fundadas em 1912 e as universidades populares, em 1913. Estabelecidas em Lisboa e no Porto, ofereciam a um público heterogéneo séries permanentes de conferências e cursos por especialistas voluntários, não remunerados. Comutativamente várias editoras e associações particulares dedicaram-se à tarefa de espalhar cultura entre as massas urbanas, mediante a publicação de livrinhos baratos com obras portuguesas e internacionais (traduzidas) de reconhecido mérito, científicas, históricas, literárias, etc..

Uma associação literária fundada no Porto em 1912 (Renascença Portuguesa) teve papel de relevo nesta actividade.

A mesma atitude de educação popular, de divulgação da cultura entre as massas como qualquer coisa de urgente e de vital para o

progresso e a própria sobrevivência da nação, afirmou-se em muitos outros campos: na música abundam as séries de concertos para o povo, a preços módicos e nos maiores salões das duas grandes cidades do país.

Na arte multiplicam-se as exposições (sobretudo de pintura) e criam-se em vários pontos do país, museus regionais e locais.

Os arquivos e as bibliotecas sofreram reformas profundas estabelecendo-se arquivos distritais. Diversas bibliotecas públicas abriram salas de leitura infantil. A Biblioteca Nacional de Lisboa teve um papel relevante de orientador e propugnador da cultura em especial 1919-1927.

Devido à iniciativa das universidades livres, foram inauguradas desde 1922, bibliotecas ao ar livre em jardins públicos.

É neste período que florescem com maior intensidade as associações populares. A pouco e pouco vão se diferenciando: associações de classe, de socorros mútuos, cooperativas, bombeiros voluntários, clubes desportivos, casas regionais, sindicatos, partidos políticos, etc..

Também surgem com grande força as associações populares culturais— sociedades, bandas, orquestras, núcleos— nos lugares, nas freguesias, nos concelhos e em algumas fábricas.

Surgiram primeiramente as sociedades recreativas. Os sócios (vizinhos e suas famílias) na ocupação dos tempos livres promoviam o convívio, o recreio e a entre ajuda. Consagravam-se à música, ao teatro, à dança, alfabetização, jogos e festas tradicionais, beneficência, desporto, etc..

Todas as associações e não só as recreativas, contribuíram para o desenvolvimento integral e harmonioso dos sócios e das famílias, atendendo aos aspectos intelectual, físico, moral, estético, profissional e cívico.

2.2.3. Estado Novo

O Estado Novo jamais concedeu prioridade absoluta a uma política de educação das massas. A taxa de analfabetismo era de 67,8% em 1930; de 55% em 1940 e de 45% em 1950.

Só a partir de 1950 é que se cuidou com maior intensidade da extinção do analfabetismo, que teimava em ensombrar as tabelas das estatísticas.

Foram levadas a efeito, em 1953 e 1956 “Campanhas de Educação de Adultos” e de efectivação da escolaridade obrigatória.

Na verdade, a percentagem de analfabetos baixou para 38,1% (1960) e para 30% (1968) o que continuava a situar Portugal na cauda da Europa.

No domínio da luta contra o analfabetismo, em 1973 um Dec. Lei institui cursos de Educação de base para Adultos. Destinam-se a adultos, que por razões diversas, não concluíram o período de escolaridade obrigatória.

A escolaridade obrigatória passou de três para quatro anos (1960) e por fim, para seis anos (1967).

A instrução secundária e técnica mereceu mais interesse às esferas oficiais. Surgiram por toda a parte novos liceus e escolas técnicas aumentando a respectiva população escolar de 32000 (1926) para 74000 (1940); 95000 (1950); 217000 (1960) e 350000 (1968), ou seja, um efectivo 10 vezes superior (Marques, A., 1973).

Fora dos aspectos da instrução regular, o desenvolvimento geral da cultura foi prejudicado pela intervenção do governo e pela sua desconfiança em relação a correntes progressistas do espírito. No mundo das letras, a acção da censura fez-se sentir constantemente. Poucos movimentos internacionais de vanguarda no campo da renovação cultural puderam entrar ou difundir-se amplamente ou só o fizeram quando já haviam perdido o carácter de novidade.

A política do Estado Novo conduzida por Salazar, depois Marcelo Caetano que lhe sucede em 1970, apesar de certas liberalizações do regime a partir de 1968, bloqueia o projecto associativo constrangendo-o num quadro restrito. As interdições de reunião, a censura infligem um severo golpe nas actividades educativas e culturais da vida associativa.

Com o surgimento de movimentos anti-regime nos anos 1964-68 numerosas associações transformam-se em movimentos culturais politizados. Entre 1966-68 os projectos associativos fixam as suas ligações ideológicas junto de movimentos políticos que são cada vez mais críticos face à política conduzida de então.

2.2.4. Revolução de Abril de 1974

As transformações políticas criadas pelo golpe militar de 25 de Abril tiveram consequências a todos os níveis na vida económica, social e cultural do País.

Efectivamente a irrupção dos militares sobre a cena política desencadeia um amplo movimento que vai permitir o país inteiro cortar as amarras, algo que ultrapassa o facto político e que faz com que Portugal não volte a ser mais o mesmo.

2.2.4.1. A ACÇÃO DOS PODERES PÚBLICOS

No que concerne a alfabetização e mais amplamente à educação popular, Melo, A refere (1978) que se observam dois fenómenos, a partir desta data: “as iniciativas assumidas pelas Autoridades ao longo do período a que vão suceder vários governos provisórios; e as múltiplas iniciativas assumidas ao nível local, pelas comissões de moradores, comissões de trabalhadores ou ainda pelos grupos culturais ou de educação popular que se constituíram um pouco por todo o país”.

As campanhas de Alfabetização.

Os militares no poder, motores de acção mas também arrastados pelo movimento 25 de Abril vão virar-se para um trabalho de amplitude considerável: a luta contra o analfabetismo. Em 1974 registava-se uma taxa de analfabetismo, cerca de 30%.

O analfabetismo era mais um problema rural que urbano, e mais feminino que masculino. O norte e o nordeste do país, eram mais tocados que o resto do país.

Antes do 25 de Abril de 1974, a Direcção Geral de Educação Permanente, responsável pela alfabetização, patrocinava formações profissionais. Na véspera desta data, 1500 adultos frequentavam cursos.

O movimento de alfabetização que nasceu depois desta data, assume uma grande amplitude que tornou difícil estimar o seu impacto, sobretudo porque a alfabetização tornou-se uma espécie de referência ideológica na “efervescência” portuguesa.

Desde 1974, várias campanhas de alfabetização foram dinamizadas, onde estudantes universitários, professores, militares, funcionários etc. percorreram o país, organizando cursos de alfabetização, em meio rural, nas zonas industriais das cidades, nas zonas degradadas, etc..

Como refere a obra “ Portugal 20 anos de democracia (pag.. 408), “...em 6 de Agosto de 1974, mais de 10000 estudantes, médicos e pessoal de enfermagem levaram a efeito uma gigantesca campanha de alfabetização e educação sanitária em mais de 100 localidades distribuídas por 7 distritos do continente e 5 ilhas do arquipélago dos Açores”.

Cedo, um grupo de estudo sobre a alfabetização imanado do Conselho da Revolução organiza os esforços, até então dispersos, numa Campanha Nacional, que tem por objectivo, a irradiação em três anos do analfabetismo.

O fracasso parcial do projecto, quer fosse por falta de lucidez sobre a importância do problema ou pela modificação das opções políticas, algo se modificou e uma evolução, a partir de então, esteve em curso.

A onda que trouxe este esforço de alfabetização e todos os esforços empenhados na acção de valorizar múltiplos valores culturais, esta onda começou, no entanto, a retroceder, no momento, em que a Constituição interina, exaltava ela mesmo esta acção.

Com efeito, em 1976 a Constituição através do artº 73 anuncia as seguintes disposições: “O Estado promoverá a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso a todos os cidadãos, em especial, dos trabalhadores, à fruição e criação cultural, através de organizações populares de base, de colectividades de cultura e recreio, meios de comunicação social e outros meios adequados. O Estado promoverá a democratização da educação e criará as condições necessárias para que a Educação dada, através da escola e os outros meios de formação, contribua ao desenvolvimento da personalidade e progresso da sociedade democrática e socialista”.

A alfabetização e a educação de adultos, a animação sociocultural, estas acções estão bem diferenciadas, procedem, no entanto, da mesma vontade e por isso, encontram-se aqui, ligadas na mesma braçada. O Estado amparado pela mão dos militares fora dos quartéis associa-se, ao institucionalizar, encarregando aos seus ministérios e organismos públicos, a tarefa de desfiar esta meada e de patrocinar as suas acções.

Neste sentido, as actividades culturais e educacionais promovidas pelas associações vão ser apoiadas por três Ministérios:

Ministério da Educação e das Universidades que tem a tutela de 3 Secretarias de Estado: Ensino Superior, Educação, Juventude e Desportos;

Ministério dos Assuntos Sociais e o Ministério do Trabalho, através do INATEL — instituto para aproveitamento dos tempos livres dos trabalhadores.

Educação de Base de Adultos.

É no seio da Secretaria de Estado da Educação que está a Direcção Geral de Educação de Adultos. A sua história é ligeiramente anterior a Abril/74

Direcção Geral de Educação Permanente (DGEP)

“...a DGEP foi criada pelo Dec.Lei nº 401/71 nunca dispôs de lei orgânica, carecendo assim de uma definição dos seus serviços... não obstante lhe haver sido reservado desde o início funções de mais alta importância, designadamente nos domínios da alfabetização e da

educação de base de adultos” (preâmbulo do Dec.Lei 534/79 que cria a D.G.E.A.).

Refere Melo, A. (1977) : “...que dispendo de um nome que lhe dava a vocação para dominar todo o ministério reservara-se, com efeito, a sectores muito marginalizados do sistema de ensino: bibliotecas rurais, alguns cursos de formação agrícola, cursos nocturnos de nível primário e secundário”.

Em 1974, a DGEP é tomada pela Revolução e as suas actividades são suspensas durante mais de um ano.

Uma tomada em mão muito radical arrasta-a numa imensa vaga de iniciativas populares de auto-organização e de auto-formação.

Como faz notar (Melo, A., 1978, pag. 30) “a DGEP pretendia ser um organismo do Estado ao serviço das organizações populares de educação de adultos, e é nestes 9 meses de actividade (1975/76) que revoluciona todas as estruturas existentes com a apresentação de um programa de actividades inovador”.

Para este autor (1977, pag.30) “a DGEP define a educação permanente como uma aprendizagem para a autonomia progressiva das pessoas e dos colectivos. Libertadora, a educação permanente deve cobrir todos os aspectos da vida económica, social, cultural e política dos adultos, inspirando-se sempre numa concepção de educação que faz dos homens os autores e construtores dos seus próprios conhecimentos, assim como de uma metodologia de interacção permanente entre o centro e a periferia, o indivíduo e a sociedade, a teoria e a prática, a reflexão e a acção. O essencial não é transmitir conhecimentos ou fornecer respostas acabadas, mas dar os meios para compreender a realidade — a realidade da natureza ou a realidade social — e transformá-la”.

Prosseguindo neste relatório, refere que a realização destes objectivos serão procurados nos seguintes domínios: “Alfabetização, entendida como um meio de participação social e político na nova sociedade que se edifica e não como um fim em si, como a arte de juntar as letras; educação não formal, considerada como um conjunto de meios para definir, de acordo com as populações com vista a dar resposta aos problemas com que se debatem quotidianamente e que podem ir desde a aprendizagem de técnicas de produção de energia à ocupação de lazeres, passando pela aquisição de conhecimentos de medicina preventiva; redefinição da carreira escolar do adulto, pelo reconhecimento oficial de novos métodos e conteúdos para adultos, assim como equivalências escolares correspondentes a certos “cursos livres” ou a trabalhos originais de indivíduos ou de grupos”.

A DGEP tem as seguintes atribuições: “atribuir, segundo pedido, apoio financeiro e técnico (em colaboração com outros serviços) em

todos os domínios supracitados; garantir uma informação permanente através dos meios de comunicação social, e possibilidades de apoio às iniciativas das pessoas e grupos que se interessam pelo desenvolvimento das actividades de educação popular; elaborar planos experimentais de intervenção específica em meios geográficos ou humanos, onde não possa haver expressão autónoma das necessidades existentes; estabelecer uma rede de contactos com todas as estruturas de intervenção local interessadas pela educação popular com vista a facilitar a coordenação das acções e a recolha e difusão das informações úteis à progressão das actividades (associações culturais, grupos desportivos, casas do povo ou dos pescadores, cooperativas, comissões de moradores ou de trabalhadores, sindicatos, delegações de outros organismos centrais como o FAOJ; DGD, câmaras, bibliotecas, escolas comunitárias, etc.); apoiar a criação de associações locais de educação popular e definir critérios para o reconhecimento das já existentes; estabelecer critérios de equivalência legal dos novos conteúdos pedagógicos aos diferentes níveis de ensino e novas formas de avaliação para os adultos.

“...é assim, que a legislação relativa à DGEP: que devia definir as suas responsabilidades e competências no quadro do ME, só em Maio de 76 atinge o estado de projecto definitivo... Simultaneamente à medida que se multiplicam os pedidos de apoio da parte dos organismos locais de educação popular, a DGEP obtinha a nível ministerial os primeiros meios legais de intervenção”.

Um Dec.Lei, em 1976 que define as Associações de Educação Popular, ambiciona para estas um grande projecto prioritário — e transitório— num projecto político nacional : “a educação popular, em geral, e a alfabetização, em particular, são prioridades a estabelecer no desenvolvimento de qualquer política educativa que pretenda dar resolução aos problemas reais do país. Considerando que não é de adoptar uma política de intervenção agressiva susceptível de provocar a resistência imediata de populações desde há muito abandonadas a um esquema de vida tradicional e isolado, e que se entende que a organização colectiva das mesmas populações, numa base de associativismo, é um passo fundamental para a sua própria educação, numa perspectiva libertadora, assim como para a construção sólida de uma nova sociedade democrática” (preâmbulo do Dec.Lei nº 384/76).

Este Dec. Lei julga indispensável criar para estas associações que estão submetidas ao regime geral das associações, um regime especial conferindo-lhes a faculdade, segundo certas modalidades, de dispensar diplomas ou certificados de frequência ou de adiantamento nos estudos, ou a eventual equivalência destes diplomas e certificados aos graus de ensino oficial.

Por outro lado, a pressão das organizações de adultos a favor de uma reforma do sistema de avaliação, conduziu à publicação da portaria nº419/76 de 13 de Julho que dá, por fim, resposta às organizações populares empenhadas na educação de adultos.

Como faz notar Melo, A. (1978) o diploma criado modifica radicalmente o modo de avaliação dos adultos ao nível do ensino básico, considerado também como a 1ª etapa de uma redefinição da “carreira escolar do adulto”.

Como se caracterizou a prática da educação permanente pós 74?

Segundo um estudo realizado pela DGEA publicado em 1980, “Objectivos, Situações e Práticas de Educação de Adultos em Portugal”(1979, pag.20), refere que a prática da educação permanente em Portugal pós 1974 se caracterizou nos casos mais significativos em termos de participação, motivação e transformação de práticas sociais, pela emergência de projectos colectivos de intervenção social concreta e diversificada, onde a multiplicidade de práticas em jogo, suscitava diversidade dos participantes e das formas de expressão. Refere que se procedia usualmente em torno de acções concretas em que a satisfação de necessidades colectivas foi e era predominante a uma aprendizagem centrada na experiência humana, social, tecnológica dos adultos participantes. As linhas de desenvolvimento destas acções tendiam para a pesquisa participada e colectiva em domínios que amplificavam e universalizavam a experiência de partida. A finalizar, refere também, que transposto em termos de temáticas de aprendizagem, este desenvolvimento apontava para a importância da educação de base de adultos, de temáticas interdisciplinares, cujos pontos de partida se situavam no domínio das acções práticas e da expressão efectiva dos participantes.

Direcção Geral de Educação de Adultos (DGEA)

A DGEA criada pelo Dec.Lei nº 534/79 de 31 de Dezembro sucede à DGEA.

As atribuições da DGEA (1979) são numerosíssimas “coordenar a preparação da execução dos programas nacionais de alfabetização e de Educação de base dos Adultos; promover e executar as outras acções existentes ou a criar no domínio da educação extra escolar dos adultos; realizar acções sistemáticas de formação, de actualização, de aperfeiçoamento e de orientação pedagógica dos educadores de adultos; dar apoio técnico e pedagógico às actividades (...); promover as Associações de Educação Popular e os organismos similares; favorecer a criação de novas associações, de centros de cultura e de Educação Permanente, tendo em conta as estruturas locais (...); realizar estudos e propor soluções com vista à implementação de um sistema educativo para adultos” .

As coordenações distritais da DGEA tornaram-se importantes centros de serviços de educação de adultos, de formação, ventilando ideias e concretizando acções num estreito contacto com muitas associações.

A DGEA foi o departamento estatal principalmente responsável pela concepção do “Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base dos Adultos” (PNAEBA) de acordo com o estabelecido na citada lei 3/79 “Eliminação do Analfabetismo”.

No PNAEBA, uma das linhas de estratégia para as tarefas a implementar é designada por “Mobilização e aproveitamento integral dos recursos disponíveis”. Um dos parágrafos enquadrados por este título refere: “as respostas, que ao nível local são dadas às necessidades educativas básicas da população, são quase exclusivamente asseguradas no que respeita á alfabetização e à educação não formal, pelas associações educativas e culturais e por outras organizações populares. A actividade por elas desenvolvida é (dos pontos de vista pedagógico, da inserção nas comunidades e em processos de desenvolvimento cultural) valiosa, apesar do escasso apoio que lhes tem sido prestado. Ao Estado cabem obrigações especiais no reforço do apoio existente — de modo a que gradualmente constituam um dos eixos fundamentais da educação de base dos adultos — através da formação de animadores/monitores, pelo pleno accionamento dos dispositivos legais para o efeito existentes, da criação de condições de intercâmbio entre as associações e de participação na gestão do apoio estatal” (Relatório de síntese, linhas de Estratégia 5:2; citado por Johan Norbeck, 1982, pag. 20).

O PNAEBA faz a descrição dos 7 principais programas de acção para os próximos 10 anos. Um deles designa-se por “Apoio à Educação Popular”, cujos primeiro e segundo parágrafos registam: “as actividades de educação popular devem, dadas as suas características altamente positivas, serem incentivadas, quer estimulando a criação de novas associações de educação popular, (...) quer apoiando o vasto conjunto de associações, colectividades e grupos que constituem pontos de suporte importantes para a execução do plano”.

O apoio a prestar deverá traduzir-se na instituição de um sistema de bolsas de actividade, na atribuição de subsídios, no apoio técnico e informativo, material e na formação de animadores, ...” (Relatório de síntese, Programas e Metas, 2.9.1 e 2.9.2; citado por J. Norbeck, 1982, pag. 20).

Em 1979, os que estiveram nos postos de comando de 1976, tiveram, de deixar o lugar a equipas menos radicais, menos ciosas de preservar e manter a herança do 25 de Abril.

Certamente, na sua lei de 1979 sobre a irradiação do analfabetismo, “o Estado reconhece e sustenta as iniciativas existentes no domínio da alfabetização e da educação de base de adultos, designadamente as das associações de educação popular, colectividades de cultura e recreio, cooperativas de cultura, de organizações populares fundadas numa base

territorial, de organizações sindicais, comissões de trabalhadores e organizações profissionais” (Lei nº3 de 10/1/79).

Mas as coisas importantes passam-se algures. Um Conselho Nacional de Alfabetização e de Educação de Base de Adultos (CNAEBA) é criado e é encarregado de pôr de pé um plano que se apoie sobre as regiões com a colaboração de vários Ministérios: Finanças e Plano, Agricultura e Pescas, Trabalho, Educação e Investigação Científica, Secretaria de Estado da Cultura e as Autoridades locais, Municipalidades e Juntas de Freguesia (Dec.lei nº .61 de 30/3/79).

Os agentes deste plano já não são as associações, cooperativas ou organizações populares diversas: são os professores do ensino primário que não obtiveram afectação ou os que obtiveram uma afectação e que desejam efectuar este trabalho suplementar, estando dispostos a seguir cursos de formação apropriada para a alfabetização e educação de base.

A requisição das escolas primárias, fora das horas normais do serviço escolar poderá efectuar-se, no caso de ser necessário.

Ao finalizarmos este “Olhar” retrospectivo sobre a Educação de Adultos, como se caracteriza, hoje ?

Segundo Marçal Grilo na obra “Portugal 20 anos de democracia” pag. 424, a situação da educação de adultos em Portugal, caracteriza-se hoje, pelos seguintes indicadores e aspectos essenciais:

— existência de um nº ainda muito elevado de analfabetos (pelo censo de 1991), o nº de analfabetos é de aproximadamente 1100000, o que constitui mais de 12% da população com mais de 15 anos;

— a ausência de uma vontade política em relação ao sector de educação de adultos, donde resulta uma baixa prioridade para o sector;

— os resultados alcançados pelas actividades desenvolvidas no âmbito do PNAEBA têm ficado muito aquém das metas traçadas inicialmente;

— a acção de educação de adultos é hoje constituída por um conjunto diversificado de programas, actividades e projectos, de que são ex., na educação escolar, a) ensino recorrente e b) a formação profissional e, na educação extra escolar, as actividades a) de extensão educativa; b) de formação para o trabalho, e c) de promoção cultural e cívica;

— embora sem grandes meios e apoios, continua a verificar-se sobretudo, ao nível das comunidades, alguma actividade de educação de adultos aos mais diferentes níveis de formação;

— a redução da taxa de analfabetismo continua a ser um objectivo difícil de alcançar, dados os constrangimentos e os condicionalismos que rodeiam o sector;

— os valores das taxas de analfabetismo funcional deverão ser certamente muito elevados, dado os baixos níveis de leitura existentes no nosso país e a pouca apetência cultural de que dão mostras largos sectores socio-económicos da sociedade portuguesa”.

Actividades sócio-educativas

O FAOJ é uma das 4 Direcções Gerais da Secretaria de Estado da Juventude e Desportos.

Anterior a 1974, o Secretariado de Estado da Juventude tentara aberturas para uma educação da juventude onde os valores morais do antigo regime eram, então, as únicas referências autorizadas. Novos Responsáveis surgiram nesta época, na maioria, antigos prof., que trouxeram ideias e métodos novos.

O Secretariado de Estado da Juventude é extinto em 1974 pelo Dec.Lei nº 179/74 que cria o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ), e é estruturado em 1976 pelo Dec. Lei nº 106/76.

Foi-lhe confiada a responsabilidade de apoiar, coordenar e desenvolver as actividades de lazer socioeducativas dos jovens tendo em vista:”o desenvolvimento cultural da juventude, num permanente contexto democrático e construção de uma sociedade socialista; participação esclarecida e responsável dos jovens na vida colectiva; estímulo e fomento de organizações autónomas de juventude e do trabalho de grupo numa perspectiva de integração social”.

Assegura esta missão apoiando-se em iniciativas de carácter socio-cultural, artístico e de ar livre, promovendo intercâmbios de jovens à escala nacional e internacional, formação de animadores, monitores, etc.

Tem por objectivo promover o desenvolvimento da vida das associações e apoiar financeiramente o conjunto das associações que lhe apresentem pedidos de financiamento.

Os serviços centrais coordenam a actividade das 18 delegações regionais que promovem acções de grande diversidade de tom e de objectivos, numa relativa autonomia.

As actividades do FAOJ são numerosas: promover e apoiar as actividades de iniciativa juvenil de natureza sociocultural, artística de ar livre: teatro, teatro de marionetas, música, artes plásticas, cinema, fotografia, jornalismo, dança, expressão corporal e ballet, serigrafia,

etnografia, arqueologia, espeleologia; actividades socioculturais de carácter nacional como festivais, encontros, comemorações de acontecimentos importantes; promover e coordenar o apoio aos movimentos, associações e outros organismos juvenis; criar e manter em funcionamento colónias de férias, campos de trabalho... ; promover a formação de animadores, de monitores e outros técnicos afectos a actividades juvenis; criar casas de cultura da juventude destinadas a movimentos ou associações juvenis e aos jovens em geral; dar apoio técnico e financeiro às casas da cultura e da juventude (Dec.Lei nº 106/76).

No seio das Delegações Regionais, por cada distrito, as Casas de Cultura da Juventude são o braço laico da política regional do FAOJ. Inteiramente financiadas pela delegação, dotadas de autonomia financeira e submetidas á posteriori, as Casas de Cultura da Juventude estão situadas nos mesmos locais que as delegações e dispunham em 1979 de 134 animadores, 90 a tempo parcial e 50 funcionários administrativos.

O FAOJ apoia actividades promovidas por organismos privados, associações fundamentalmente, mas também organiza actividades, através das Casas de Cultura da Juventude.

Os estágios de formação constituem uma das componentes das suas actividades, porque não só, o FAOJ toca muitas associações, pela formação dos animadores, mas, pode, pela natureza dos estágios escolhidos, apoiar a promoção de tal ou tal actividade.

O financiamento é outro meio directo da sua política sociocultural. Gere, por vezes, campos de férias, campos de trabalho, parques de campismo, mas em proporções limitadas. A prioridade é dada às associações que serão "apoiadas" técnica e financeiramente se for preciso.

Norbeck. J. (1982, pag. 19) faz notar: "a vocação do FAOJ que concede um apoio muito activo ás associações culturais e educacionais, é prestar serviços aos jovens e não adultos. Mas na realidade, muito do seu apoio também tem beneficiado os adultos. Assim acontece, pela simples e feliz circunstância de, em Portugal, pessoas de idades muito diferentes trabalharem juntas e sem problemas neste tipo de actividades.

Através do seu apoio à formação e gestão de associações de jovens e também, com a constituição de Casas de Cultura da Juventude, o FAOJ pode influenciar muito favoravelmente o movimento associativo bem como o trabalho cultural em geral.

Actividades Socioculturais

Pela lei de 3 Abril 1980, a Secretaria de Estado da Cultura, onde está situada a Direcção Geral da Acção Cultural (DGAC), a SEC tem como atribuições: “inventariar, conservar e utilizar o património cultural, garantindo a sua sobrevivência e estimulando a investigação em todos os domínios afins; deve também apoiar a preservação, a criação e a difusão de obras culturais, tanto colectivas como individuais, nos seus múltiplos e aspectos; proceder ao levantamento de todas as instituições bem como de todos os agentes, que no domínio da cultura, criam, produzem e intervenham e contribuam para a promoção das suas acções; incentivar a participação das populações na vida cultural, através de uma progressiva política de descentralização; fomentar o conhecimento da língua portuguesa e a consciência da história portuguesa; estabelecer e estreitar sistemas de relações culturais com todos os países do mundo e, em particular, com os países e comunidades da língua portuguesa”.

A conservação do património parece ser a maior preocupação dos últimos governos e corresponde a um forte interesse nacional a seu favor, o que pressupõe uma tendência para a diminuição do interesse da acção cultural pelas manifestações socioculturais.

Com efeito, Cabral, A (1981) refere que: “os últimos governos deram prioridade à conservação do património... e que esta prioridade corresponde a um forte interesse nacional a seu favor, como o demonstra, a criação de centenas de associações com este objectivo, ... contudo a perspectiva da SEC parece encarar antes a cultura como património do que como manifestação social”.

Este autor faz notar que a lei da SEC nunca fez referência à animação ou às actividades socioculturais. Quando utiliza o termo “participação” não parece ter o mesmo sentido que num contexto sociocultural: segundo o artº12: “compete à DGAC criar as condições necessárias ao desenvolvimento das potencialidades de expressão artística individual ou colectiva e promover o acesso da população às manifestações de carácter cultural”.

Começa-se a constatar uma tendência a diminuir o interesse levado pela Acção Cultural às manifestações socioculturais.

Começa-se a assistir também, neste domínio, a um retraimento ou uma redefinição da política, que teve lugar há 5 anos após a promulgação da Constituição Portuguesa de 1976, que estipula “o estado promoverá a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso a todos os cidadãos em especial dos trabalhadores, à fruição e criação cultural, através de organizações populares de base, colectividades de cultura e recreio, meios de comunicação social, e outros meios adequados”.

Os instrumentos de acção da SEC são diversos: tem jurisdição sobre três faculdades (Ciências, História e Belas Artes), 10 Arquivos, 7 Bibliotecas, 28 Museus, e os Centros Culturais (Cabral A.,1981).

Estes últimos são locais de Animação cultural.

A SEC apoia financeiramente grupos voluntários e profissionais segundo análise dos pedidos de financiamento apresentados, e dá bolsas a particulares.

o Ministério dividiu Portugal em 3 regiões —3 delegações culturais: Porto, Coimbra, Faro — e implementou ou incorporou a criação de Centros Culturais em Évora, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real, Caldas da Rainha, Covilhã e Setúbal.

Os centros culturais são juridicamente instituições de direito privado financiadas pelo Estado. Têm estruturas diferentes, prosseguem objectivos diferentes e conduzem actividades diferentes. Alguns nasceram de grupos de arte dramática, outros de organizações culturais, outros ainda foram criados para responderem a uma necessidade específica e Cabral. A. prossegue: “se estes centros culturais dependem financeiramente da SEC. eles procuram assegurar uma certa autonomia e escolher a sua orientação cultural, muitas vezes em conflito com as municipalidades e mesmo o Poder Central”.

Pretendia-se que estes centros fossem centros de serviço cultural, um por cada distrito, apoiando todas as iniciativas culturais locais através das seguintes actividades: animação cultural, criação artística, formação, promoção de manifestações artísticas de elevada qualidade, apoio a colectividades de cultura e recreio e a grupos de teatro e a casas do povo; apoio a iniciativas especiais a nível local.

Em 1980 os financiamentos da DGAC a favor dos Centros Culturais aproximavam-se 17% do seu orçamento total de 83 milhões de escudos o que constituía a 2ª fatia mais importante da Direcção depois das despesas de Equipamentos (21%), (Cabral. A., 1981).

Autarquias Locais

Na ordem constitucional do Estado Novo, as “Autarquias Locais” faziam parte dos “elementos estruturais da Nação” (artº 5º). As autarquias gozavam de autonomia financeira (artº 131 da Constituição...) mas as suas receitas eram tão exíguas em confronto com os encargos, que forçavam a subsídios e participações por parte do Estado.

Com a Revolução do 25 de Abril, as novas autoridades políticas anularam toda a máquina da Administração Pública. Sem mexer nas

estruturas, importava dominá-las sistematicamente, á sombra de um Código Administrativo concebido para outra política.

A partir da Constituição de 1976 as Autarquias locais “são pessoas colectivas territoriais”; prosseguem “interesses próprios das respectivas populações” de que são representantes através de eleição (artigo 237º); têm património e finanças próprias (artigo 240º); dispõem de poder “regulamentar” (artigo 242º); são tuteladas pelo Governo (artigo 244º) Estes princípios conservam-se depois das revisões constitucionais de 1982,1989 e 1992(citação in Portugal 20 anos de democracia, pag.92)

Que serviços presta o Poder Local?

Após diversas fases é actualmente a lei nº 18/91 de 12 de Junho que define (no que não altera no Dec.Lei nº 100/84, de 29 de Março) o regime de atribuições das autarquias locais e das competências dos respectivos órgãos. O essencial continua a ser o que consta do artigo 2º. nº 1 desse Decreto.Lei: “É atribuição das autarquias locais o que diz respeito aos interesses próprios, comuns, comuns e específicos das respectivas populações e designadamente: a) à administração de bens próprios e sob sua jurisdição; b) ao desenvolvimento; c) ao abastecimento público; d) à salubridade pública e ao saneamento básico; e) á saúde; f) á educação e ensino; g) à cultura, tempos livres e desporto; h) à defesa e protecção do meio ambiente e da qualidade de vida do respectivo agregado populacional; i) à protecção civil.

No que toca ao sector financeiro, é fácil compreender quanto a capacidade real das autarquias depende das finanças. Neste campo, o instrumento legal originário é de 10 de Outubro de 1978, sucessivamente substituído por novas leis em 1984 e 86. Lei de 24 de outubro de 1986, actualmente em vigor.

No que concerne à cultura, as autarquias, ao nível concelhio, superintendem em determinadas instituições, como: bibliotecas, museus, teatros, e centros culturais, devendo, de igual modo, manter contacto e apoiar as iniciativas populares locais, através das Juntas de Freguesia. Deve também salientar-se que a lei da “Eliminação do Analfabetismo”, no seu artº 8º determina o dever das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia em participarem na execução do “Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos”, atribuindo-lhes algumas responsabilidades nesta educação.

As Casas do Povo.

No seio do Ministério dos Assuntos Sociais, a Junta Central das Casas do Povo exerce a sua responsabilidade sobre as Casas do Povo.

Quando as Casas do Povo foram fundadas em 1933 tinham três funções dentro de um esquema corporativo do regime anterior: a 1ª era

a representação dos trabalhadores rurais (não existiam sindicatos); a 2ª a previdência social e finalmente, previa-se a existência de actividades culturais. Foram criados grupos de teatro, desporto, folclor, bandas de música, etc.. Portanto, as Casas do Povo eram locais de vida social e comunitária, centro de serviços sanitários e também de cuidados médicos.

Dependiam do Ministério do Interior, estavam distribuídas pelo território nacional, localizadas em cada freguesia.

Depois do 25 de Abril de 1974 ficaram ligadas ao Ministério dos Assuntos Sociais, esvaziadas em grande parte das suas funções. Elas são prioritariamente, centros de educação popular. Em 1980, 3680 pessoas estavam ligadas a actividades de educação popular. Algumas Casas do povo transformaram-se em associações locais rurais para a cultura e lazer.

A Junta Central das Casas do Povo (J.C.C.P.), através das direcções distritais apoia um certo nº de actividades culturais e educativas. Algumas destas actividades são enquadradas por animadores recrutados pela direcção distrital e ficam ao serviço de certas Casas do Povo do distrito, outras apoiadas, referem-se às que foram iniciadas por associações.

Na estatística publicada pela J.C.C.P. em 1976, verifica-se apoio a: 97 grupos teatrais, 55 ranchos folclóricos, 24 orquestras, 33 grupos corais, 22 cursos de alfabetização.

O que não se apresenta muito claramente é o saber quantas Casas do Povo são verdadeiras associações populares e quantos são os grupos apoiados pelos animadores. No entanto, não restam dúvidas que em muitas localidades, as Casas do Povo constituem um apoio significativo às associações locais, uma vez que estas podem utilizar as suas instalações, equipamento (projectores, palco, etc.), podendo ser acompanhadas pelo animador.

Existem 1033 Casas do Povo em Portugal.

Centros Sociais

Em 1978 apenas existiam nas grandes cidades e foram iniciados por grupos voluntários, cujos dirigentes, ainda hoje, trabalham gratuitamente. A iniciativa original para o nascimento de um centro surgiu muitas vezes dum representante eclesiástico. As actividades eram financiadas por verbas do Ministério dos Assuntos Sociais e ou pela Câmara Municipal. O pessoal era profissional, muito embora em alguns centros, parte do trabalho fosse feito por voluntários.

Norbeck. J. (1982, pag. 27) refere que tinham como objectivos: trabalho directo com a população na tentativa de mobilizar e apoiar grupos de moradores ou organizações através de actividades de carácter cultural (teatro, jornais, grupos de jovens, etc.), desportivo ou outro; criação de organização e serviços que correspondessem às necessidades mais prementes dos moradores das áreas residenciais: creches, jardins de infância, centros pós-escolares para crianças e adolescentes, centros de saúde, etc.

No entanto, muitos destes centros apenas têm capacidade para fazer somente algumas destas actividades, sendo as mais frequentes: creche, actividades pos-escolares para crianças e actividades sociais para os idosos. Estas actividades são organizadas e dirigidas por assistentes sociais profissionais.

Poderemos referir que, actualmente, existe por todo o país, uma vasta rede de centros sociais, desenvolvendo estas actividades, a funcionar junto de paróquias. Designam-se por centros sociais paroquiais.

INATEL

O Ministério do trabalho gere o Instituto Nacional de actividades de tempos livres para o trabalhador—INATEL. Possui 18 delegações regionais e propõe projectos de animação para os trabalhadores.

Os financiamentos que concede são dirigidos para as associações de trabalhadores.

O INATEL tem como principal objectivo o enriquecimento dos tempos livres dos trabalhadores concretizável através de colónias de férias nos meses de verão, actividades desportivas e excursões. No que respeita a actividades culturais, neste período, pouco tinha sido feito. Resumem-se a apoios para o teatro, orquestras e coros.

A actividade mais interessante, do ponto de vista das associações culturais, é a formação de animadores de teatro e pintura.

2.2.4.2.. MOVIMENTOS, ASSOCIAÇÕES, GRUPOS

Uma palavra pode clarificar a originalidade do projecto português “convívio”. Cobre este poderoso desejo de estar em grupo, partilhar uma vida social com outras pessoas que têm as mesmas preocupações; uma certa maneira de utilizar o tempo livre com amigos. Fazer alguma coisa em conjunto. Manter o contacto. Discutir problemas do dia a dia. Isto, numa estrutura de acolhimento que não tem em si uma vida própria muito intensa e que não exige para se integrar uma razão militante. Se

se acrescentar um projecto cultural ligado a um certo olhar sobre o meio urbano ou rural, por vezes nascido de uma actividade política anterior, de qualquer maneira, é uma visão activa da sociedade.

Retomando as palavras de Martins Pereira (Portugal 20 anos de democracia, pag. 452)...estamos no tempo das “inumeráveis iniciativas colectivas; do empenhamento e da generosidade com que se procurava resolver problemas a todos os níveis; da esperança, do entusiasmo, da mobilização”.

O movimento associativo não está praticamente organizado ao nível nacional, à excepção de uma meia dúzia de movimentos federados, a maioria de envergadura Europeia, como os de filiação “escuta”, ou os movimentos de juventude católica estudantil, operária e agrícola.

Melo A. (1978, pag. 14) mostra na origem das Associações de Educação Popular, a sua diversidade e a sua autonomia: “uma dinâmica extremamente fecunda se tinha instaurado um pouco por todo o lado, no país. Em todas as Comissões de Moradores, constituíam-se secções de alfabetização, de educação sanitária, de animação cultural, etc. Em cada cooperativa agrícola desenvolviam-se actividades educativas. Certos grupos, foram-se assim constituindo e pouco a pouco, assumiram forma de associação de educação popular ou de centros com múltiplas actividades culturais e educativas”.

Também Norbeck (1982, pag. 10) refere: “esta vaga constituiu um sinal muito animador, já que tornou evidente algo que tinha estado, durante tanto tempo, latente no povo português: o desejo de se autopromover e desenvolver as suas próprias capacidades, de influenciar a sociedade, não só através da própria iniciativa, mas também da cooperação com os outros”.

E noutra passagem, faz notar (pag. 9): “... é muito forte em Portugal a tendência para formar associações com diferentes objectivos, o resultado é a existência de uma vasta diversidade cujo levantamento se torna difícil em todas as suas manifestações. Não foi estabelecida uma classificação correcta dos diferentes tipos com uma taxonomia apropriada...”.

Com efeito, assiste-se a um florescimento de associações com diferentes objectivos, a partir da publicação do Dec.Lei 594/74 de 7 de Novembro que respeitava e regulava o direito de formar associações. Refere no seu preâmbulo: “O direito de livremente, formar associações, constitui uma garantia básica para a realização dos indivíduos na vida da comunidade(...) O direito de formar associações torna-se livre e a personalidade legal adquire-se por simples registo dos estatutos”.

Três anos mais tarde, apareceu a lei 460/77 que possibilita às associações a aquisição do estatuto “para o bem público” ou de “utilidade pública”

Em 1977 a DGEP recencia 2510 associações: culturais (17,5% do conjunto), recreativas (33 %) e desportivas (49,5%)

No entanto, este recenseamento deixa certamente escapar muitas associações. A inscrição no Diário da República não é obrigatória.

O recenseamento das associações financiadas é também limitado, não eram apoiadas todas as associações. As % são talvez, mais eloquentes: as associações desportivas representam metade das recenciadas. Mas quais são?: associações culturais, recreativas, musicais e ou filarmónicas, associações humanitárias e de assistência (acção social), associações de inquilinos, comissões de moradores, cooperativas industriais, agrícolas, de consumo, secções sindicais, comissões fabris, comissões de aldeia, autarquias, casas do povo, etc.

Muitas destas associações, destes grupos de base floresceram depois de 1974, conforme foi referido. Para melhor os identificar, agrupámo-los em grandes tipos, considerando três esferas de actividades: associações de educação de base de adultos; associações de intervenção cultural; associações culturais, recreativas e desportivas.

Associações de educação de base de adultos

As associações de educação popular têm a sua vida intimamente ligada à Revolução de 25 de Abril e aos seus efeitos secundários, que são concretizados sobretudo nas campanhas de alfabetização e de educação de base de adultos.

Se os militares no poder lançaram imediatamente vastas acções, foi a emergência de grupos autónomos que constituiu, no entanto, o aspecto mais inovador da acção de alfabetização e de educação de base de adultos onde, algures, as actividades socioculturais estão presentes.

A DGEP vai tentar ordenar esta “efervescência associativa” e aplicar-se a defini-la num tecido institucional e jurídico São também os pedidos das associações de educação popular, pedidos de apoio financeiro e material que provocaram a necessidade de um reconhecimento jurídico respectivo, para fixar critérios de atribuição de apoios: “o nº dos grupos empenhados em actividades de educação e de cultura não cessa de aumentar. Os pedidos provêm tanto de colectividades estabelecidas de longa data, gozando de personalidade jurídica, como de grupos constituídos depois do 25 de Abril. No 1º caso, genericamente, tratava-se de orquestras, grupos de teatro amador ou clubes desportivos (...), no 2º caso, era, sobretudo, de grupos ligados às Comissões de Moradores ou às cooperativas agrícolas... mas recebíamos também, pedidos provenientes de sindicatos e de grupos especificamente criados para organizar actividades locais de educação de adultos. Era portanto,

necessário fazer opções que favorecessem as associações de educação popular” (Melo. A., 1978, pag. 32).

Por outro lado, a DGEP pretendia encorajar os grupos informais a adquirirem o estatuto de associação como faz notar Melo. A., pag. 33: “... consideramos que a vida associativa faz parte integrante do processo educativo dos adultos, através da aprendizagem dos processos democráticos de decisão e gestão e a adopção de uma pedagogia activa de grupo, onde já não teriam cabimento professores nem alunos mas “unicamente” associados.”

Em 1976 a DGEP designava assim os objectivos das associações locais de educação popular: “promover actividades de carácter cultural e educativo que permitissem a aprendizagem colectiva das relações entre os indivíduos, os grupos sociais e o meio em que eles viviam; fomentar a criação de cursos específicos para adultos, nomeadamente a alfabetização como base para uma ininterrupta educação e formação cultural dos cidadãos; organizar actividades colectivas e individuais destinadas à recolha e ao estudo de temas de interesse local, tendo também a protecção do património cultural da região (tradição oral, e outros)” (artº 1 do Dec.Lei nº 384/76).

Estas associações de educação popular nunca tiveram a intenção de afastar a escola ou negá-la. Além disso, todo o ensino primário e secundário podia desenvolver-se à noite, em todo o país, para aqueles que trabalhavam durante o dia. “O objectivo era evitar que o adulto não se encontrasse na situação de indivíduo isolado, à procura de cultura ou de diploma, diante toda a poderosa instituição escolar. Ao estimular a criação e a multiplicação das Associações de Educação Popular... procurava-se facilitar o diálogo entre os adultos, organizados em associação, e os estabelecimentos escolares e os professores” (Melo, A., 1978, pag.6)

Qual o papel destas organizações populares na cultura e educação de adultos?

Apesar de vários inquéritos, promovidos, entre outros, pela Fundação GulbenKian e pela DGEA é muito difícil dar uma resposta satisfatória.

No entanto, uma boa fonte parece ser o catálogo elaborado pelo CAOB em 1978, como faz notar Norbeck, J. (1982)

CAOB era uma organização voluntária que tinha como objectivo apoiar organizações populares. Neste catálogo o CAOB define o que entendiam por educação popular e actividades de educação popular (ponto 2 do relatório) : “considera-se como educação popular todo o processo de dinamização de uma comunidade que envolve não só um pequeno grupo dinamizador mas, sempre que possível, a maior parte desses elementos dessa comunidade (adultos, jovens e crianças) sem

que intervenham necessariamente processos educativos formais. Considera-se como actividades de educação popular: a alfabetização e pos alfabetização, a animação através da música ou do teatro, a projecção de filmes ou diaporamas seguida de debates, a organização de colóquios ou exposições sobre temas de interesse directo para a comunidade e ainda a resolução de problemas locais que envolvam a intervenção da própria comunidade (saúde, habitação, educação, cooperativismo, formação profissional, etc.)”.

Em 1978 o CAOB registou 302 associações populares que desenvolviam este tipo de actividades. Deste registo excluíram as associações de perfil político ou religioso, aquelas que apresentavam um carácter marcadamente desportivo ou recreativo, as que apenas, formavam orquestras ou ranchos folclóricos, as que limitavam as suas actividades teatrais à apresentação de espectáculos e, finalmente, aquelas que apesar de terem determinadas actividades culturais, mesmo assim, não envolviam a participação directa e activa da comunidade (Relatório CAOB, 1978).

Neste sentido são 302 associações que não só apontam a cultura como o seu principal objectivo mas que, efectivamente, concretizam actividades cujos destinatários são tantos quantos conseguirem implicar.

Neste catálogo o CAOB reconhece que não puderam registar todas as associações envolvidas neste tipo de trabalho.

Por outro lado, em 1980 candidataram-se à DGEA 448 associações, considerando a DGEA apenas 378 em condições de receberem subsídios. Dentro destas, 192 não estão incluídas na lista do CAOB, ou seja, 88%.

A este propósito, Norbeck, J. (1982) faz notar relativamente ao nº de associações existentes.”... se nos for lícito concluir que a mesma proporção de todas as associações, em condições de receberem subsídio, não estariam na lista do CAOB, poderemos acrescentar 333 associações ao seu total de 302. Conjugadas estas duas fontes ficamos com um nº de 635 associações em todo o país, bem habilitadas”.

Mais adiante este autor prossegue: “...mesmo assim, 635 associações é um nº muito baixo. Sabemos que nem a DGEA nem o CAOB registaram todas as associações que estão a trabalhar seriamente na cultura e educação de adultos”.

Neste sentido, refere que a Universidade do Minho, no seu levantamento das associações populares no distrito de Braga, inclui algumas associações que, de acordo com a sua classificação, se dedicam essencialmente à educação e que não figuram nem nas listas do CAOB nem das da DGEA., também, em 1978, tinha constatado que no contacto com algumas associações habilitadas do Porto, também não constavam destas listas, tendo concluído que: “estes dois exs. não nos fornecem qualquer base para imaginar quantas se deviam acrescentar ao nº de

635 ... no entanto, tendo em consideração a existência de 700 associações dedicadas a este tipo de trabalho, tal significa que haverá uma para 14000 pessoas, considerando que esta estimativa é, provavelmente demasiado baixa”.

Que tipo de actividades desenvolvem estas associações?

Norbeck, J. (1982, pag. 16) refere entre outras: “a alfabetização (em sentido lato); educação de base de adultos (equivalente à 4ª classe); educação para o desenvolvimento (normas de higiene, puericultura, agricultura, etc.); serviços de biblioteca; teatro e música (mais para o desenvolvimento cultural do que para o espectáculo); estudo do património artístico e folclórico local, etc.; projecção de filmes (seguido de debates); cursos; animação sociocultural.

A partir de 1977, o projecto de educação de adultos é reconduzido para objectivos de carácter mais escolares, homologados pela lei de 1979.

São os prof. do ensino primário, que depois de uma reciclagem profissional, seriam os mestres das acções de alfabetização e de educação de base de adultos (Conselho Nacional de Alfabetização e de Educação de Base de Adultos, pag.7) no entanto, as iniciativas nascidas do meio associativo e das diversas organizações populares foram sempre reconhecidas.

Em 1980, a DGEA financia 378 associações e organismos e 827 animadores e monitores de educação de adultos, sem esquecer as bolsas de estudo oferecidas a partir de 1980, a investigadores de educação de adultos e a indivíduos ou grupos que trabalhem para desenvolvimento de acções de alfabetização e de educação de base de adultos. Entre os temas de investigação para 1980-81 referimos: literatura popular portuguesa, estruturas e funcionamento das associações de educação popular; a comunicação social e a educação de adultos; as bibliotecas populares e a leitura activa; o material pedagógico para adultos: avaliação do processo de aprendizagem dos adultos.

As associações de intervenção cultural

As associações de intervenção cultural são, também, muitas vezes portadoras de um projecto procedente do espírito de 25 Abril. Elas estão viradas para as actividades puramente culturais: teatro de animação, palhaços, animação de rua, exposições de bairro, projecções de filmes, espectáculos de canções, cinema, etc.

Distinguem-se das associações recreativas e culturais, na medida que se restringem ao seu interesse especial e não se transformam num centro de actividades de tempos livres dum determinado bairro. Em

vez disso, apoiam frequentemente, outras associações de carácter geral, pondo á disposição o seu know how e recursos específicos.

Os subsídios acordados às associações culturais provêm da DGAC, do FAOJ, em que as 18 delegações regionais financiavam grupos que apresentassem pedidos, sob a apresentação de um dossier técnico.

Cabral, A. (1982, pag.6) cita os financiamentos da Direcção Geral da Acção Cultural (DGAC) em 1980:

(em milhares de escudos)

Orquestras	4.250	5,1%
Corais amadores	4.255	5,1%
Grupos e associações musicais	6.330	7,6%
criação/interpretação		
dramáticas	9.275	11,2%
circo	2.430	2,9%
Difusão cinematográfica	750	0,9%
Dança clássica portuguesa	979	1,2%
Dança folclórica portuguesa	300	0,4%

A Fundação Caloust Gulbenkian financia também muitos projectos de animação cultural, se a associação não prosseguir objectivos políticos ou confessionais.

As autarquias, neste período, dispõem de poucos recursos para o desenvolvimento de uma política cultural.

A associação cultural, além das cotizações dos seus sócios pode pedir apoio financeiro, ao FAOJ como já referimos, ao INATEL, ao Centro Cultural, mas, apesar destes meios, os recursos são muito magros.

As associações recreativas e desportivas: (colectividades de cultura, recreio e desporto)

Estas associações têm um carácter marcadamente local, encontrando-se ao serviço das pessoas em aldeias ou bairros de um centro urbano.

Deparamos com elas por todo o Portugal. Muitas designam-se por “associação recreativa”; outra designação vulgar poderá ser “associação cultural e recreativa”.

Na origem de muitas estará um grupo de pessoas desenvolvendo uma determinada actividade, por ex. desportiva. O fomento da cultura e do estudo estava, muitas vezes definido como um objectivo nos seus estatutos. Todavia, a maior parte não atingiu estes objectivos, nestas áreas. Na generalidade dos casos, terão adquirido um salão onde montam um bar, funcionando como um clube, onde os sócios se dirigem para se divertirem depois do trabalho, jogando às cartas e conversando.

Muitas têm mantido a sua actividade inicial e, de vez em quando, promovem um baile, uma festa ou um espectáculo sem pretensões.

Contudo, outras existem, que alargaram consideravelmente a sua gama de actividades de modo a enquadrar acções de alfabetização e biblioteca.

Algumas conhecem um desenvolvimento espantoso, transformando-se em verdadeiros centros de educação e cultura com uma vitalidade impressionante e alcance de acção e com uma influência muito para além do local inicial.

Também existem, casos de colectividades que se degradaram, confinando-se à gerência de um bar, embora as suas aspirações iniciais fossem diferentes.

Muitas têm longas tradições com data de fundação remontando à segunda metade do sec.XIX, conforme já tivemos oportunidade de referir.

Algumas surgiram depois do 25 de Abril de 1974, quando se registou uma vaga de iniciativas em prol da criação de associações, especialmente com o objectivo dum trabalho cultural.

É bastante difícil calcular o nº de associações deste tipo:

A Fundação Gulbenkian, depois do levantamento cultural de 1979, como faz notar Norbeck, J. concluiu que havia 4817 associações culturais, recreativas e desportivas (incluindo Centros Culturais). Entre estas, 2000 são associações desportivas e 800 identificam a cultura como actividade principal.

2.2.4.3. .ANIMADORES

Considerados os agentes da animação sociocultural a sua origem está intimamente ligada ao processo social da animação sociocultural, nos domínios da vida cultural, educação popular, ocupação dos tempos livres.

Por isso, o nosso olhar histórico vai procurar fixar-se, enquadrando e caracterizando esta figura nas dinâmicas inerentes a tal processo, onde se foi construindo, e cuja função social se foi edificando na base de práticas culturais e sociais.

Apoiando-nos num estudo realizado pela DGEA (1980), este identificava três tipos de animadores de educação popular e formação de adultos, que se prendiam com três tipos de situações educativas. Estas situações educativas eram definidas da seguinte maneira (pag.11):

“1. Acções lançadas pelo próprio meio dos participantes; acções geradas em movimentos e dinâmicas locais, integradas num todo de intervenção social; ex. as associações locais e outras estruturas de base, cujo trabalho, é em geral, diverso e com actividades múltiplas;

2. Acções lançadas por grupos exteriores ao meio e que podiam revestir o carácter de acções pontuais ou conduzir a novas dinâmicas no próprio meio. Estavam neste caso, as intervenções de grupos de alfabetização em bairros da lata ou a constituição de grupos culturais e educativos, que construiam voluntariamente uma intervenção num meio determinado;

3. Acções lançadas por instituições e que assumiam, salvo excepções, carácter pontual. Ex., Cáritas, Graal, sindicatos, autarquias, empresas, centros de recuperação, etc.”

Neste enquadramento, os animadores ligados a estas situações educativas caracterizavam-se, por homens e mulheres, jovens (a média das idades variava entre os 22 e os 35 anos) e darem grandes provas de empenhamento nas suas actividades. Agrupavam-se em três tipos, com as seguintes características:

Animadores locais, eram, em geral, indivíduos do meio ou dele muito próximo. Tinham uma das profissões da média das pessoas do meio ou, eram estudantes ou professores do ensino primário, preparatório ou secundário. Caracterizavam-se também, pelo seu autodidactismo, por terem situações familiares próximas do analfabetismo, e eram muitas vezes pessoas que não puderam frequentar a escola tanto quanto desejariam. As aspirações destes animadores — que eram também os seus objectivos no campo cultural — eram, em geral, melhorar as condições de vida individual e colectiva das pessoas da sua terra.

Por essa razão, a sua actividade era global, indiferenciada: tanto passava pela criação de espaços e iniciativas culturais como pela procura de equipamentos ou serviços para a comunidade e inseria-se numa dinâmica de carácter associativo.

A alfabetização, quando existia, era entendida como uma parcela da actividade global, encarada como a prestação de um serviço à

comunidade que contribuiria para melhorar as condições de vida dos seus elementos.

A sua formação de base assentava na reflexão sobre a sua própria vida e a da comunidade, num esforço autodidacto, e muitos deles, efectuaram uma estadia mais ou menos curta num outro meio social, geográfico, cultural/ou profissional. Revelavam, normalmente, uma grande necessidade de apoio, e qualquer acção feita nesse sentido, funcionava como estímulo considerável e provocava um efeito multiplicador nas actividades.

Animadores exteriores ao meio, considerados pessoas exteriores ao meio onde intervinham. Tinham profissões diversas mas, na maioria eram professores do ensino preparatório ou secundário e trabalhadores sociais. A principal motivação deste tipo de animadores era a intervenção na sociedade, numa perspectiva de transformação social e socio-política, havendo, nalguns casos, no entanto, uma preocupação de isenção política e partidária nas suas actividades de carácter associativo. A principal acção deste tipo de animadores era centrada na alfabetização. A sua formação era, em geral, de tipo universitária, de ramos indiferenciados. Passou por uma reflexão aprofundada sobre os problemas sociais, numa escala universal e sobre a sua participação em dinâmicas de carácter associativo e na prática de contacto com populações iletradas.

Animadores ligados a instituições. Existiam dois tipos de animadores:

1. Os que pertenciam à instituição em cujo quadro se realizava a actividade:
2. Os que lhe eram exteriores e intervinham sob contrato com outra instituição (o Estado)

No 1º tipo encontravam-se pessoas com formações diversas cujos objectivos eram os da instituição. Eram remunerados total ou simbolicamente pela instituição. As suas motivações eram de ordem social ou confessional.

No 2º tipo encontravam-se prof. primários destacados para trabalhar com adultos.

Relativamente ao perfil e funções destes animadores também, o estudo apontava que existiam nas comunidades pessoas que, pela sua vida fora, adquiriram capacidades potenciais ou expressas de animadores. Que estes animadores, cujo trabalho, era, em geral, rico e multifacetado, caracterizavam-se por: vontade de intervenção na transformação positiva do meio; uma certa distanciação do meio que lhes permitisse compreender melhor alguns dos problemas existentes; tinham capacidade de iniciativa; fizeram alguma vez, no meio, acções de carácter social; mostravam vontade de aprender e de enriquecer

culturalmente o meio a que pertenciam; estavam dispostos a dar o seu tempo por esse objectivo; tinham tolerância em relação às várias formas de pensar e de agir; eram pessoas responsáveis em relação àquilo em que se comprometiam.

Quantos animadores existiam?

Um estudo realizado pela SISMET em 1983 encomendado pela Direcção Geral da Acção Cultural calculava 3 animadores em cada instituição estimando a existência de 18000 animadores (se existissem em Portugal 6000 colectividades) ou de 24000 (se fossem de 8000 as colectividades) ou ainda mais, considerando as instituições registadas.

Calculava-se superficialmente, a existência de 6 a 8000 colectividades ou associações, onde era exercida a actividade de animação, 14 organismos oficiais, 26 instituições culturais— oficiais e particulares, 2 instituições particulares de solidariedade social, 2 organizações sindicais e 10 outras instituições que se multiplicavam por todo o país. Este estudo revelava ainda que era provável que mais de metade desses profissionais trabalhassem voluntariamente como “voluntários” o que traduzia a ausência de vínculos com uma formação homogénea e com a definição objectiva de uma profissão de animador.

Dois debates focalizam a atenção a partir da década 80: a formação dos animadores e a institucionalização da animação.

Na formação dos animadores era tanto a competência como a metodologia das acções, que estava em causa.

Os métodos das acções estavam muito ligados às referências ideológicas, até políticas que as subtendiam e, a partir, de então, ficavam, particularmente, postos em causa na definição de um projecto pedagógico do trabalho do animador.

A juventude da história da animação é sensível aqui; e o animador é muitas vezes frágil, porque não é um profissional, e na maioria dos casos, é um autodidacta no que respeita à sua acção cultural ou educativa. Não existem centros de formação específica. Há estágios de formação de animador nas grandes federações de juventude, as bolsas de estudo da DGEA, os estágios do FAOJ e alguns centros de formação da SEC. Mas estas possibilidades de formação não modificavam fundamentalmente a situação.

Em 1977 realizou-se um primeiro grande encontro de responsáveis de formação de animadores e concluiu-se pela não oficialização da formação de animadores, e pelo estabelecimento de critérios-base para os considerados indispensáveis a este tipo de iniciativas formativas (incidência nos projectos-equipas-contratos).

Também os Encontros Nacionais de Associações e Animadores Culturais (especialmente o III em 1979) debruçaram-se sobre este princípio orientador para a formação em animação: da acção à formação/ da formação à acção.

À medida que a actividade de animação se foi transformando numa profissão, o recrutamento social e cultural dos candidatos a esta profissão foi engendrando crescentes desejos de formação. Uma formação no sentido autodidacta, através da criação ou do aproveitamento de oportunidades. Foram-se sucedendo iniciativas de formação de animadores com características várias e diversas. Um campo de actividades dispersas— este de animação— em que umas são em regime de enquadramento profissional, outras semi-profissionais, outras voluntário-amador, outras...

E respectivamente um campo ambíguo de iniciativas formativas.

Em 1984 é realizado pelo Instituto Superior de Serviço Social, um seminário de Formação de Animadores encomendado pela Direcção Geral de Acção Cultural. Do seu relatório consta uma breve referência diagnosticante acerca da formação de animadores em Portugal e que nós transcrevemos algumas passagens no intuito de caracterizar os contornos deste sector.

Assim, este diagnóstico aponta que no campo institucional português há um crescente nº de entidades que desenvolvem acções de formação de animadores, a partir de 1977; a implicação institucional neste campo é predominantemente directa e pontual (envolvendo departamentos próprios com um nº significativo de técnicos efectivos); a imagem do animador refere-se a uma actuação polivalente e ao assumir de responsabilidades organizativas e coordenadas, mais do que a uma acção com base numa actividade; verificam-se quatro modalidades de formação, sendo a principal a promoção e organização de acções pelas próprias entidades, havendo no conjunto uma especial incidência nos anos 80 (mesmo na própria diversificação de modalidades); a maior parte das acções de formação caracterizam-se pelo seu regime intensivo de curta duração, com inscrições gratuitas, mas subordinadas a critérios e predominantemente realizadas em distritos urbanos-litorais-industrializados; os formadores são basicamente recursos internos das entidades implicadas (havendo frequente recurso a alguns formadores externos) e verifica-se um predomínio nítido de uma formação de base em ciências sociais; os utilizadores da formação estão quase equiparativamente divididos entre os que se relacionam directamente com a animação e os que apenas se relacionam indirectamente, tendo-se detectado na amostra 3000 profissionais (nem sempre com o próprio estatuto de “animador” e estando metade em regime de tempo parcial), havendo indicações de que esses destinatários da formação têm predominantemente mais de 25 anos (apesar de nº muito significativo de jovens); são minoritariamente do sexo feminino e originários do meio

rural (destacando-se as ligações com o sector educativo e com a actividade docente).

Das conclusões deste seminário que foram apresentadas à DGAC sob a forma de recomendações, no que se refere à Formação foi apresentada uma proposta no sentido da criação de um Grupo de Trabalho que compreendesse departamentos oficiais significativos no domínio da formação de animadores, nomeadamente a nível da Educação, Cultura e Trabalho/Segurança Social, assim como entidades não oficiais. Tinha como funções, reflectir sobre a criação de uma estrutura de formação sistemática relativamente à qual se apontavam linhas de orientação: que não tivesse o exclusivo da formação, que não fosse de carácter academizante; que permitisse a investigação contínua; que desenvolvesse uma formação com base em projectos; que na sua organização intervissem as organizações que já tivessem experiência de formação; que fossem consideradas as seguintes hipóteses de modalidades para a formação: Formação Complementar para profissionais de áreas diversas; Formação Permanente para os actuais animadores; Formação de Base para o universo dos possíveis interessados.

Dois anos mais tarde, em 1986, no 4º encontro de Associações e Animadores culturais é aprovada uma proposta de Formação de animadores, cujo conteúdo refere entre outros, que a formação compreende duas categorias distintas e articuladas — a formação permanente de carácter geral ou especializada, tendo os animadores voluntários ou profissionais como destinatários e a formação académica inserida no quadro do ensino nacional e como tal, oficialmente reconhecida para efeitos profissionais; não é uma formação restrita à criatividade e habilidades, mas também integrando uma sólida formação cultural e científica nas áreas das ciências sociais e humanas. Define também uma estratégia de curto e médio prazo que aponta para uma formação de nível superior, não necessariamente politécnico.

A curto prazo, propõe uma formação intercalar no sentido de valorizar, reconhecer e regularizar a situação dos animadores profissionais e dos demais interessados em profissionalizarem-se. Esta formação destinar-se-ia a animadores com dois ou três anos de experiência no terreno, situação que abrangeria candidatos com habilitações literárias diversas entre o ensino primário e o secundário; assentaria num plano curricular construído na base de módulos, contemplando formação básica e uma opção por área de especialização (teatro, música, artes plásticas...); seria uma formação em exercício, sem perda de vencimento para os já profissionais ou apoiados por bolsas de estudo para os candidatos à profissionalização; a certificação seria um certificado equivalente ao 12º ano para efeitos profissionais.

A médio prazo propunha a preparação de um plano que contemplasse a formação profissional a nível secundário e a formação

superior como área de estudos em escolas já existentes ou em instituição académica própria a criar.

A partir de 1989/90 assistimos a uma formação institucionalizada da animação, no âmbito do ensino formal, nos seguintes níveis:

1. Ensino tecnológico: uma área de estudos na via tecnológica que dá acesso a um curso de animação social, realizado em escolas do sistema regular do ensino secundário.

Duração 3 anos correspondendo ao 10º, 11º, 12º anos de escolaridade. Estes conferem um diploma de ensino secundário e ainda um certificado de qualificação profissional de nível III

2. Escolas Profissionais: O Ministério da Educação apoia a criação de Escolas Profissionais através do Dec.Lei nº 26/89 de 21 de Janeiro tendo sido posteriormente actualizado pelo Dec.Lei nº 70/93 de 10 de Março. As escolas profissionais oferecem formação completa de carácter teórico-prático com garantia de certificação escolar e profissional. Os cursos de animadores socioculturais permitem acesso ao ensino superior.

3. Escolas Privadas de Ensino Superior: três escolas privadas do ensino superior propõem desde 1989/90 cursos para animadores.

Os cursos apresentam as seguintes características: duração de três anos, 12º ano de escolaridade e prova de acesso. Conferem um diploma com o grau bacharel.

As escolas referidas são: Escola Superior de Educação Jean Piaget que funciona em Almada e Arcozelo e ministra o curso superior de Animadores Socioculturais (portaria nº 111/90); Instituto Superior de Ciências Educativas que funciona em Odivelas-Lisboa, ministra o curso superior de Animação Cultural (Dec.Lei n 415/88); e a Escola Superior artística do Porto que ministra o curso de Animação Cultural.

Refira-se ainda que neste processo de formação estão previstas várias iniciativas para a formação universitária (licenciatura).

Relativamente à institucionalização da animação, o relatório do IV Encontro de Associações e Animadores culturais (1986) referia que o nº de profissionais era já suficientemente elevado, e a sua situação específica como um grupo distinto dos animadores voluntários (não profissionais). Estimavam-se cerca de 3000 animadores profissionais constituídos por funcionários das administrações central e local, técnicos de cooperativas, associações e outras organizações não governamentais e monitores de equipamentos sociais públicos, destacados em funções de animação.

Não existia uma carreira profissional definida para eles nem sistemas de formação adequados.

Ao terminarmos a construção deste “olhar histórico” sobre a Animação sociocultural em Portugal, finalizamos evocando os elementos consagrados pela Unesco sobre o que significa em termos globais “animar” e que de certo modo, tudo leva a crer, foi tentado materializar-se na experiência portuguesa:

“ a) o objectivo da animação é estimular a participação das populações no processo do seu desenvolvimento, quer dizer, nas dinâmicas colectivas de realização dos seus direitos cívicos e sociais e de resolução dos seus problemas; b) o universo de trabalho é predominantemente, o pequeno grupo, ou a comunidade local —pois que só assim se consegue formas de participação intensa e a vários níveis; c) o princípio estruturante da animação consiste na valorização das culturas populares locais (saberes, iniciativas, capacidades de decisão, formas de sociabilidade e associação) — tendo por consequência o entendimento de que as áreas e os momentos em que for necessária a delegação de poderes devem ser limitados e enriquecidos com espaços e vias de exercício directo de poder, e acção directa e cooperativa de cidadãos; d) as estratégias privilegiadas passam pela incidência nas práticas quotidianas e nos problemas comunitários imediatamente visíveis ou flagrantes, e pela utilização de técnicas de comunicação expressiva, que catalizem a criatividade e a inovação nas formas e condições de participação, e favoreçam a consolidação de solidariedades interpessoais.”

II CAPÍTULO

PROBLEMÁTICA

A cultura é um fenómeno antigo e actual como o é a história dos homens com a qual se confunde. Ou seja, é impossível dissociar a cultura da história dos homens.

Logo, se durante muito tempo a cultura foi apanágio de uma categoria particular, tipo monopólio, a sua socialização relativamente recente e a conseqüente fragmentação em “tipos” de cultura (cultura elitista, cultura de massas, cultura escolar) desencadearam novas práticas tendentes a melhorar a sua difusão, a sua apropriação, a sua própria produção, práticas multiformes e diferenciadas, passíveis de se reagruparem sob o termo “ANIMAÇÃO”.

Esta animação caracterizada por uma ampla participação dos indivíduos e dos grupos no processo de desenvolvimento cultural, surge no cruzamento da sociedade e da cultura como uma metodologia global das actividades de tempos livres, um sistema de acção histórica de finalidade cultural, um poder social voluntário e também, um instrumento de crítica das formas elaboradas da cultura.

No entanto, quer se considere a cultura como um capital a difundir o mais amplamente possível, quer se considere uma produção popular, o problema centra-se nos meios mais apropriados à sua animação.

Neste sentido, entre os múltiplos meios: equipamentos socioculturais, financiamentos, entre outros, rapidamente surgiu nas instituições difusoras da cultura ou suas promotoras que a função de “agentes” intervenientes junto do público era determinante.

É assim, que progressivamente no Sec. XIX, depois no Sec. XX, a função de ANIMADOR se revelou particularmente essencial no campo cultural a partir das funções: educador, professor.

Esta função amplamente voluntária no Sec. XIX, fundamentalmente exercida por indivíduos inspirados por ideais humanitários e preocupados com a “partilha cultural”, desenvolvia-se em torno de um projecto humanista, educacional de difusão cultural.

Todavia, a transformação daquela função “voluntária” é relativamente recente: começam a surgir no campo sociocultural agentes que já não eram simples voluntários mas, investidos de tarefas permanentes mediante uma remuneração.

Na verdade, as instituições socioculturais já existentes, os municípios que desempenham um papel cada vez mais activo na vida cultural, as associações voluntárias que são o grosso e a própria base sociológica da animação sociocultural, as grandes instituições, movimentos, federações que agregam públicos cada vez mais significativos, sentiram a necessidade, para o desenvolvimento harmonioso das suas actividades, de disporem de indivíduos competentes permanentes.

E assim, apareceram os “animadores profissionais”: técnicos de lazer e da cultura, gestores ou organizadores, especialistas nesta ou naquela técnica de animação, ou generalistas.

Em Portugal assiste-se também a uma evolução progressiva da conversão do animador voluntário em animador profissional. Deste ponto de vista, a função do animador em Portugal é muito mais antiga do que se possa pensar.

Surge no Sec. XIX, muito ligado ao movimento associativo popular também surgido neste século. Como diz Goodolphim, C. (1876) já em 1848 existiam em Portugal algumas associações, embora muito poucas, como seja a Sociedade dos Artistas Lisbonenses, fundada em 1833 e algumas associações de socorros mútuos, fundadas depois de 1840.

Na verdade, durante o séc. passado, no apogeu do movimento liberal e das transformações da sociedade industrial, assistiu-se a um fermento cultural de grande interesse, especialmente marcado nos campos do ensino livre e na difusão da cultura entre o povo. Como refere Marques, O. (1973) “... através do país brotavam cursos públicos e livres de todos os tipos e a todos os níveis, organizavam-se conferências e outras manifestações de cultura popular, muitas vezes mantidas pelas iniciativas de associações culturais ou outras. Entre as mais relevantes salientam-se as chamadas universidades livres, fundadas em 1912, e as universidades populares em 1913.

Neste período expandiram-se também, Colectividades e Sociedades com fins culturais. Quase sempre eram formadas em torno de mestres

de música ou de cultores da literatura. Nasceram associações populares — sociedades, bandas, orquestras, núcleos — nos lugares, nas freguesias, nos concelhos e em algumas fábricas.

Ainda, hoje, há registos da formação dessas associações culturais populares desde as 1^{as} décadas do Sec. XIX.

Poderemos afirmar que o movimento associativo popular, que tem presença marcada em todo o território nacional, nestes quase dois séculos de história predominaram duas características essenciais dos seus promotores:

— A “carolice” ou o regime de voluntariado. Assim refere Goodolphim, C.(1876, pag. 95) “ ...nesta época surgiram alguns moços cheios de nobres aspirações e lançaram poderosos alicerces no edifício da associação. Nas assembleias populares e nos jornais apareceram fêrvidos apóstolos, inteligências reconhecidas, e o princípio venceu inúmeros obstáculos que se lhe opuseram”.

— A perspectiva de desenvolvimento cultural e social. Com efeito, todas as associações não só as recreativas, contribuíam para o desenvolvimento integral e harmonioso dos sócios e das famílias atendendo aos aspectos intelectual, físico, moral, estético, profissional, cívico.

Nos anos de 1968 e seguintes surgiram associações culturais e desenvolveram-se actividades nessa área muito influenciadas pela experiência francesa de animação cultural. Foi introduzida uma nova concepção enriquecedora, certamente, mas paralela e desvinculada da experiência secular de animação, que Portugal já tinha do movimento associativo popular.

Ao seguir uma linha própria, paralela, esta nova tendência só recentemente vem beneficiar e ser beneficiada pela experiência nacional.

Foi no romper dos velhos padrões, no meio das transformações propiciadas no 25 de Abril de 1974 que houve o encontro e o confronto entre as duas maneiras de encarar a animação, com a tentativa de reunir as duas combinações entre a teoria aprendida no estrangeiro e a prática realizada em Portugal.

Na verdade, a partir desta data, e mais concretamente no período de 1974-76, assiste-se a um florescimento de associações novas de base popular por todo o país configurando dinâmicas populares, onde populações, comunidades, grupos informais, associações, ou outras formas de organização, eram actores sociais, protagonizando-se na concretização e satisfação de necessidades comuns, fossem de ordem cultural, social, económica.

Melo, A. (1978, pag. 14) refere na origem das associações de educação popular, a sua diversidade e autonomia: "... uma dinâmica extremamente fecunda se tinha instalado um pouco por todo o lado, no país. Em todas as comissões de moradores, constituíam-se secções de alfabetização, de educação sanitária, de animação cultural, etc. Em cada cooperativa agrícola desenvolviam-se actividades educativas. Certos grupos foram, desta maneira, constituindo-se e pouco a pouco, foram assumindo formas de associação de educação popular ou de centros com múltiplas actividades culturais e educativas".

É nesta dinâmica social inserida no contexto sócio político de então, onde tudo apelava à participação, partilha, convivialidade, que surge o conceito de animação sociocultural, e de animador sociocultural — agente desta animação.

Assim, poderá afirmar-se que a animação em Portugal surgiu a partir das necessidades de pessoas ou grupos, que se juntavam para dar resposta a objectivos culturais e sociais comuns. Foi nas associações que surgiu e se desenvolveu toda uma dinâmica geradora do conceito de animação sociocultural, por serem lugares de criação de iniciativa decorrente da vontade das comunidades, respondendo às suas necessidades e contribuindo para a sua própria mudança.

Teve um grande desenvolvimento no âmbito da Educação Popular, particularmente pela intervenção das Associações de Educação Popular.

Hoje, a animação sociocultural afirma-se como uma forma de activar a cultura, ligando-a à vida da comunidade, alargando o campo da vida cultural aos problemas da vida quotidiana.

Esta animação surge como um conjunto de práticas e de organismos múltiplos que agem no campo sociocultural com referências diferentes para públicos variados e, graças a agentes particulares, voluntários ou profissionais, que se chamam animadores.

Assim, ao longo destes últimos 20 anos foi-se gradualmente desenvolvendo em Portugal uma nova actividade no campo da intervenção social, que se dá pela designação "animação" com diversos modalidades: cultural, sociocultural, socio educativa, pedagógica, social, desportiva, turística, infantil, juvenil, de idosos. Era no passado uma actividade integrada. Destacou-se à medida que a vida social se foi desintegrando e em que foram sendo sucessivamente necessárias mais e novas mediações institucionais. Foram surgindo animadores e foram surgindo também fragmentos de novas práticas sociais mais ou menos institucionalizadas para a criação de situações de ligação.

Surgiram também novos tipos de equipamentos socioculturais, novos serviços, e esboçaram-se novas funções (com tendencial especificação técnica).

No início da década 80 os municípios, os interesses regionais e os poderes locais começaram a atribuir também uma grande prioridade à política cultural e a contratarem animadores.

Neste processo de desenvolvimento da actividade de “animação” começaram a aparecer no campo sociocultural agentes que já não eram simples “voluntários”, mas que assumiam tarefas permanentes donde recebiam uma remuneração.

É assim, que, a partir dos finais da década de 70 princípios da 80 surge gradualmente, no campo da animação sociocultural, uma actividade de animação revestindo-se de características profissionalizantes.

E a actividade de “animação” gradualmente transforma-se numa profissão.

Efectivamente, o aparecimento de um nº razoável de instituições socioculturais, a intervenção cada vez maior dos municípios no desenvolvimento da vida cultural local, o nº elevado de associações voluntárias existentes e que constituem o grosso e a base sociológica da animação sociocultural, as grandes instituições, movimentos, federações que reagrupam públicos cada vez mais importantes, sentiram a necessidade para desenvolverem as suas actividades, de cercarem-se de indivíduos competentes, permanentes, que pudessem ajudá-las nas suas tarefas.

Assim surgiram, entre nós, os animadores profissionais: técnicos de lazer e da cultura, recreativos, gestores ou organizadores, especialistas de tal ou tal técnica de animação ou generalistas.

Neste contexto, poderemos referir, que foi o aparecimento e o desenvolvimento de todos estes equipamentos socioculturais, assim como a gestão destes, que fez emergir a função de animador como uma função distinta da educativa (ou cultural) tradicional, esta gestão que faz aparecer empregadores ligados ao equipamento (e não necessariamente “militantes”).

Um estudo realizado pela SISMET em 1983 revelava que o universo da animação sociocultural em Portugal, estimava superficialmente a existência de 6 a 8000 colectividades ou seja, associações onde era exercida a actividade da animação, 14 organismos oficiais, 26 instituições culturais — oficiais, 2 instituições particulares de solidariedade social, 2 organizações sindicais e 10 outras instituições que se multiplicavam por todo o país.

Apontava a existência de 18000 animadores (calculando a média de três animadores por instituição) se existissem em Portugal 6000 Colectividades ou 24000 animadores se se registassem 8000 Colectividades.

E finalmente, este estudo revelava também, que, provavelmente, mais de metade desses profissionais trabalhava voluntariamente como “voluntários” o que traduzia a ausência de vínculos de uma formação homogénea e a definição objectiva de uma profissão de animador.

À medida que a actividade da animação se foi profissionalizando, o recrutamento social e cultural dos candidatos à profissão foi engendrando crescentes desejos de formação. Uma formação no sentido autodidacta, através da criação ou do aproveitamento de oportunidades.

Foram-se sucedendo iniciativas de formação de animadores com características várias e diversas. Um campo de actividades dispersas — este de animação — em que umas eram em regime de enquadramento profissional outras semi-profissional, outras voluntários-amadores e respectivamente um campo ambíguo de iniciativas formativas.

Em 1986, o nº de profissionais animadores socioculturais era já suficientemente elevado, e a sua situação específica como um grupo distinto dos animadores voluntários (não profissionais).

Nessa altura, estimavam-se cerca de 3000 animadores profissionais constituídos por funcionários da administração central e local, técnicos de cooperativas, associações e outras organizações não governamentais e monitores de equipamentos sociais públicos destacados em funções de animação. Porém, não existia para estes uma carreira profissional definida nem sistemas de formação adequados.

Na verdade, podemos referir que até finais da década de 80 não existia no ensino institucionalizado e formal, formação em animação sociocultural. Adquiria-se e ainda se adquire esta formação, através de cursos de curta duração, encontros, ateliers, seminários, ministrados por serviços da Administração Pública, iniciativa de algumas autarquias, associações privadas, empresas de formação. A partir de 1977 verificava-se no campo institucional português um crescente nº de entidades a desenvolverem acções de formação de animadores.

No entanto, é a partir de 1989/90 que surge a formação académica inserida no quadro do ensino nacional e como tal oficialmente reconhecida para efeitos profissionais, conferindo diplomas equivalentes ao nível III e bacharel, a nível superior.

O conjunto destas iniciativas vem concorrer, na prática, para o surgimento de uma profissão nova — a de animador sociocultural —. Em 1992/93 saíram os 1^{os} animadores profissionais oficialmente diplomados.

Em síntese, poderemos afirmar que, desenvolvida a prática da “animação” no campo associativo e institucional assistimos progressivamente, a um processo de institucionalização e profissionalização da função “animador”, nestes últimos 20 anos,

revelando tendência, nos nossos dias, para o reconhecimento oficial da profissão, com o surgimento de uma formação académica no quadro do ensino formal.

Nesta ordem de ideias, e sublinhando o facto, de apenas, muito recentemente ter surgido a formação académica de animador, ou seja, em 1989/90, os agentes da animação, foram construindo ao longo deste processo social da actividade de animador, conceptualizações representacionais em torno desta figura que se impôs pela prática de animação, possuindo, em muitos casos, uma formação base autodidacta, e nalguns, revelando percursos diversos dentro e fora do campo sociocultural da animação.

Neste contexto, a problemática deste estudo consiste em verificar se existe uma estrutura representacional sobre o animador sociocultural ou, pelo contrário, estruturas representacionais construídas por grupos de animadores com trajectórias diversificadas no campo da animação sociocultural.

Assim, o estudo que apresentamos tem por objectivo estudar a representação social do animador construída por três grupos de indivíduos com diversos percursos na sua actividade de animador.

Neste sentido, levantam-se as seguintes questões:

— Será que existe uma estrutura representacional do animador sociocultural comum aos três grupos, independentemente das trajectórias dos membros de cada grupo?

- Ou, em alternativa, será que a estrutura representacional do animador sociocultural diferenciar-se-á consoante a constituição dos membros de cada grupo?

III CAPÍTULO

METODOLOGIA

Conforme já referimos, o nosso estudo é um estudo exploratório. Insere-se no quadro teórico das Representações Sociais na perspectiva da Teoria do Núcleo Central.

Subordinados a esta teoria, os instrumentos utilizados, enquadram-se na linha de orientação plurimetodológica defendida por Abric (1994).

Nesse sentido, utilizámos para a recolha dos dados e análise destes os seguintes instrumentos:

1ª etapa: Recolha do conteúdo da representação.

— Entrevista, método associação livre

2ª etapa: Identificação da organização e da estrutura de uma representação social.

a) Construção das categorias:

— Análise frequencial sobre o campo semântico da técnica “associação livre de palavras”

b) Identificação da hierarquização entre os elementos:

— Técnica “Escolha sucessiva por blocos”

c) Identificação dos elos, das relações dos elementos.

c.1. — Construção de matrizes de similitude

c.2. Procura da estrutura interna da representação social do animador sociocultural.

— Técnica de “Análise de similitude”.

c.3. Evidência dos elementos centrais.

— Aplicação dos critérios de “centralidade”

3ª etapa: Verificação da centralidade.

4ª etapa: Análise de argumentação:

— Técnica “Análise de conteúdo” das entrevistas

Apresentado o "design" da nossa investigação, neste capítulo identifica-se e caracteriza-se a amostra, referem-se os instrumentos desenvolvidos e aplicados, explicitam-se os procedimentos adoptados em todo o estudo, nomeadamente, no desenvolvimento e aplicação dos métodos de recolha dos dados, e finalmente, indicam-se os métodos utilizados na análise desses dados.

1. SUJEITOS

Desenvolvida a prática da animação no campo associativo e institucional, conforme já tivemos oportunidade de referir, assistimos progressivamente nestes últimos 20 anos a um processo de institucionalização e profissionalização da função “animador” com tendência para um reconhecimento oficial desta função como profissão.

Dada a heterogeneidade de percursos da “actividade do animador” no campo da animação sociocultural ao longo deste processo, figura que se foi construindo e impondo socialmente pela prática, considerámos que dado os grandes objectivos do nosso estudo — estudar a representação social do animador sociocultural português —, a nossa amostra deveria cobrir, tanto quanto possível, a trajectória social desta função-profissão, relativamente recente.

Nesse sentido, a nossa amostra é constituída por 29 indivíduos, 19 do sexo masculino e 10 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 21 e os 47 anos distribuídos por três grupos:

Grupo 1: Prática + Formação

Este grupo é constituído por 10 alunos que concluíram o 1º curso superior de animadores socioculturais, (1990-1993) de uma instituição superior de educação, constituindo o nº total de alunos desse curso. Foi-lhes conferido o grau académico equivalente a bacharel.

Estes alunos eram animadores profissionais, a maioria trabalhando em câmaras da margem sul, possuindo uma longa experiência em animação sociocultural, reforçada por uma ampla vivência pessoal de “animação”, na maioria dos casos, vivências que se reportam à infância e à juventude.

Este grupo abrange indivíduos com idades compreendidas entre os 30 e os 43 anos de idade, possuindo uma experiência profissional de A.S.C. que varia entre os 6 e 12 anos.

Apresentam percursos na animação e perfis escolares diferenciados, e na fase de candidatura, alguns tiveram que se submeter ao exame ad hoc para o ingresso no ensino superior.

Para a abertura deste 1º curso contribuiu a pressão exercida por este grupo de alunos que pretendiam com este curso obter um diploma de bacharel em animador sociocultural, com vista a um reconhecimento social e profissional da sua profissão de animador sociocultural.

Este grupo constitui no no nosso estudo, o grupo dos animadores profissionais com formação superior de animação sociocultural.

Grupo 2: Formação

Este grupo é constituído por 9 alunos finalistas do 2º curso superior de animadores socioculturais (1991- 94), constituindo o nº total de alunos. São animadores estagiários.

Têm idades compreendidas entre os 21 e os 34 anos, à excepção de 2 com 47 anos de idade. Não têm experiência profissional na animação sociocultural.

Todos reuniram as condições exigidas para o ingresso no ensino superior.

No nosso estudo, este grupo constitui os animadores estagiários, sem experiência profissional em “animação” e que vão ingressar na profissão animador sociocultural.

Grupo 3: Práticas

É constituído por 10 animadores profissionais pertencentes a duas autarquias, têm alguns anos de experiência profissional na animação sociocultural, não frequentaram o curso de animadores socioculturais e não possuem formação académica em A.S.C.

Este grupo é composto por 7 sujeitos afectos a uma autarquia da periferia de Lisboa e por três sujeitos afectos a uma autarquia da margem Sul, donde 2 deles trabalham directamente com jovens.

Têm idades compreendidas entre os 22 e os 35 anos de idade, variando a sua experiência profissional em animação entre os 2 e os 5 anos, à excepção de um com 9 anos de experiência profissional.

Têm como habilitações literárias o 11º ou 12º ano de escolaridade, á excepção de um, de frequência universitária.

O recrutamento deste grupo foi efectuado por indicação de 2 elementos do grupo 2, que se encontravam na situação de animadores estagiários numa autarquia da periferia de Lisboa com grandes tradições no desenvolvimento da animação sociocultural ao nível do respectivo município e, que viabilizaram a colaboração dessa autarquia.

Contribuiu também, para este recrutamento, a indicação de um elemento do grupo 1, animador profissional numa das câmaras Municipais da margem sul, e que viabilizou a composição final do grupo.

Este grupo constitui no nosso estudo, os animadores profissionais que não têm formação académica de animação sociocultural.

2. INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

A recolha dos dados decorreu durante os meses de Junho e Julho de 1994.

Os sujeitos do nosso estudo tiveram dois encontros com a investigadora, em datas diferentes, nos respectivos locais afectos.

Os grupo 1 e 2 foram contactados na Instituição Superior de Educação onde se realizou a formação.

O grupo 3, constituído por sujeitos afectos a autarquias diferentes, implicou, por isso, a ligação a 3 locais diferentes.

No 1º encontro, os sujeitos foram submetidos à técnica “associação livre de palavras”, seguida da técnica entrevista semi-directiva.

No 2º encontro, os mesmos sujeitos foram submetidos à técnica “escolha sucessiva por blocos”.

Seguindo a orientação do "design" da investigação, utilizámos os seguintes instrumentos e procedimentos:

2.1. Instrumentos de recolha

2.1.1. Técnica Associação Livre de Palavras:

Com vista a identificar os conteúdos da representação do animador sociocultural recorreremos à aplicação da técnica Associação Livre de Palavras.

O objectivo deste teste era fazer emergir explicitamente o conteúdo da representação do animador sociocultural dos sujeitos, uma vez que este método tem “a vantagem de deixar aos sujeitos a livre escolha das categorias significativas para eles” (Doise e Palmonari, 1986, pag. 123)

Optou-se pelo método de Associações Livres por permitir reduzir as limitações provenientes do discurso verbal, isto é, facilitar o acesso aos elementos implícitos do universo semântico do termo estudado — animador sociocultural — e que, por via de uma entrevista, por ex., poderiam ser de alguma forma encobertos (Abric, 1994)

A palavra indutora foi “animador sociocultural” e solicitámos a cada sujeito que enunciasse o maior número de palavras associadas à palavra indutora” “animador sociocultural”.

A associação livre de palavras desenrolou-se, para todos os sujeitos, num contexto de entrevista individual.

A maioria dos sujeitos aderiu com espontaneidade, enunciando várias palavras soltas. Alguns, talvez por bloqueio, proferiram poucas palavras.

A prova terminava para o sujeito, quando surgia a repetição de palavras já evocadas.

2.1.2. Entrevista Semi directiva.

Com vista à sua utilização na análise de argumentação, recorreremos à técnica de entrevista semi-directiva com a finalidade de explicitar o conteúdo da representação, estrutura interna e núcleo central da representação e por outro, compreender a representação nas suas dimensões individuais e colectivas.

2.1.2.1. Construção do guião

Para a construção do guião da entrevista semi directiva (Anexo B) efectuámos os seguintes passos:

1 — Realizámos nove entrevistas não directivas cujos entrevistados eram pessoas que estavam ligadas à animação sociocultural há muitos anos, com muita experiência neste campo e que nós designámos por líderes de opinião.

Estas entrevistas permitiram situarmo-nos, embora que genericamente, no contexto da animação, e uma abordagem genérica de aproximação da figura do animador. Ajudaram a delinear o perfil da população pesquisa, a identificar as dimensões do animador sociocultural e finalmente a uma sensibilização e consciencialização da complexidade da animação sociocultural.

Estas entrevistas com uma duração aproximada de 2h,30 foram gravadas e integralmente passadas a texto escrito.

Decorreram no período de Outubro de 1993 a meados de Fevereiro de 1994.

2 — A partir destas entrevistas definimos a população do estudo

Face ao objectivo do estudo e em função da caracterização da população, definimos o grupo de sujeitos a entrevistar para a construção do guião da entrevista semi directiva aplicada à amostra, e que mais adiante, se explicita.

Na construção do guião utilizámos uma técnica que poderíamos designar de mista: começámos com uma primeira questão não directiva, muito lata e geral, em que solicitámos aos entrevistados que nos falassem sobre o animador sociocultural, o que lhes evocava, o que é que o animador sociocultural representava para eles; que nos fizessem o seu retrato. Depois, desenvolveu-se uma fase mais longa com as características de uma entrevista semi estruturada, durante a qual fomos introduzindo questões sobre as quais pretendíamos que se pronunciassem.

As questões colocadas foram suficientemente amplas de modo a facilitar ao entrevistado uma expressão independente dos quadros de referência do entrevistador, mas, naturalmente, elas introduziram no discurso do entrevistado um certo nível de estruturação.

O grupo dos entrevistados teve a seguinte constituição:

— 3 alunas do 1º curso superior de animação cultural pertencentes a uma outra instituição superior de educação e que já tinham concluído o curso. Eram animadoras profissionais quando foram contactadas. Apenas, uma, já era animadora profissional quando aluna. Era animadora cultural numa junta de freguesia, continuando no mesmo local. As restantes, são presentemente animadoras culturais numa associação de actividades de tempos livres e num projecto de intervenção comunitária no âmbito do programa de luta contra a pobreza.

— 2 alunos finalistas do curso superior de animação cultural.

— 1 Animador cultural profissional ligado a uma Câmara Municipal

— 1 Animador profissional de um centro comunitário paroquial (IPSS)

As entrevistas com duração de 1h, 30 foram gravadas e transcritas.

3 — Sobre estas entrevistas fez-se uma análise não muito aprofundada, identificando as seguintes dimensões:

— Perfil do animador (qualidades psicológicas/características pessoais);

— Papel do animador: tipo de instituição/funções);

— Formação: estruturada/ não estruturada;

— Áreas de intervenção: infância, juventude, adulto, 3ª idade;

— Experiência em animação: percurso de vida;

— Campos de acção: trabalho comunitário, social, educacional;

- Instituições: hospitais, ATLS/ludotecas, escolas, autarquias, etc.;
- Profissão: práticas, designação de estatuto;
- Imagens do animador: idiota, carola, entusiasta, geitozinho, educador;
- Animador no futuro;

O guião das entrevistas definitivas foi construído com base na análise das entrevistas anteriores, na reflexão assente da literatura consultada referente ao animador sociocultural e nos objectivos da nossa pesquisa.

O guião das entrevistas organizou-se em torno de:

1 — A Representação do Animador sociocultural

No presente:

Retrato do animador

Perfil pessoal

Função

Campo de acção

No passado:

Como entrou na animação sociocultural

No futuro:

Como vê o animador no futuro

2 — A formação

Impacto da formação a nível pessoal

As 29 entrevistas semi-directivas foram todas realizadas individualmente.

Em qualquer das instituições contactadas as entrevistas foram sempre realizadas na mesma sala.

Quer na instituição superior de educação, quer nas autarquias contactadas, a sala garantia suficientes condições de silêncio e não interferência exterior.

As 29 entrevistas decorreram entre Junho e princípios de julho de 1994.

As entrevistas duraram em média, 40 minutos cada uma. Foram todas gravadas e transcritas na íntegra, vindo este a constituir o corpus da análise de conteúdo a que se procedeu.

A todos os entrevistados foram prestadas informações sobre os objectivos gerais da pesquisa, população envolvida e quadro académico em que aquela decorria.

A todos foi igualmente garantido o anonimato das respostas.

2.2. Instrumentos de análise

2.2.1 Pesquisa da estrutura interna da representação social

Procurou-se a organização deste conteúdo da representação, em sistema de categorias que constitui, de alguma forma, a ossatura da representação— seu sistema de sustentação.

Em seguida, a identificação dos elos, das relações e da hierarquia entre os elementos, que vai permitir ter acesso à organização interna do conjunto dos componentes da representação. A estrutura da representação do animador sociocultural é estudada, a partir da técnica “análise de similitude”. Os dados submetidos a esta técnica são constituídos por matrizes de similitude entre as palavras associadas ao termo “animador sociocultural” a partir de um índice de similitude.

A partir das matrizes de similitude, vai-se procurar, para cada grupo social considerado, a árvore máxima, que tem por objectivo evidenciar a estrutura interna da representação do animador sociocultural desse grupo.

Para esta sequência, utilizámos, para o efeito, os seguintes instrumentos de análise e respectivos procedimentos:

2.2.1.1. Construção das categorias (constituição dos itens lexicais do conteúdo da representação)

A partir dos protocolos, de cada sujeito, resultantes da aplicação da Técnica Associação Livre de Palavras, construímos uma lista exhaustiva com as palavras evocadas — o dicionário de palavras — para cada grupo, ou seja, 3 dicionários, 1 para cada grupo.

Para o conjunto de todos os dicionários construídos, obtivemos 526 palavras.

Retivemos as palavras mais frequentes a partir do seguinte processo:

1º - Fomos determinar a frequência de aparição das palavras em cada grupo (ver Anexos D a F).

2º - Determinámos a frequência de aparição das palavras no conjunto dos três grupos (Anexo G).

3º - Eliminámos todas as palavras que apareceram uma única vez no conjunto dos dicionários construídos.

4º - Determinámos a frequência de aparecimento das palavras com maior frequência no conjunto dos três grupos e procurámos construir um quadro de frequências (Anexo H).

São os 20 conceitos mais frequentes recolhidos que utilizámos para destacar o campo da representação e que constituem a lista de 20 itens (Anexo C).

2.2.1.2. Identificação da hierarquização entre os elementos do conteúdo da representação

Para esta fase, utilizámos a técnica “ Escolhas sucessivas por blocos”

Para o efeito, os sujeitos do nosso estudo, foram contactados, uma 2ª vez, com data posterior ao 1º encontro.

Esta prova decorreu durante a 2ª quinzena do mês de Julho de 1994, e procedeu-se da seguinte maneira:

Foi solicitado a cada sujeito, num contexto de entrevista individual, a partir da apresentação de uma lista de 20 palavras que efectuasse uma série de escolhas por blocos.

Primeiro solicitámos que nessa lista, identificasse as 4 palavras mais importantes relacionadas com o “animador sociocultural” e atribuímos o valor (+2).

Depois solicitou-se para escolher, entre as 16 restantes, as 4 palavras menos representativas, e afectou-se o valor (-2.) A seguir, entre as 12 palavras restantes, designando sucessivamente as 4 mais importantes, valor (+ 1) e as 4 menos importantes (-1). As 4 palavras finais foram, então, afectadas do valor (0).

Cada palavra foi assim caracterizada por um valor (+2, +1, 0, -1,-2) atribuído por cada um dos 29 sujeitos

Cada palavra é, afecta de um valor sobre uma escala que varia de (+ 2) a (-2).

2.2.1.3. Construção de matrizes de similitude.

A partir das escalas de ordenamento obtidas pela técnica “ escolhas sucessivas por blocos”, (Anexo I) procedeu-se à análise dos dados.

Para o efeito, começámos por utilizar o índice de similitude Tau B de Kendall (Siegel, 1975) para construir as matrizes de similitude. O conjunto de todos os índices de similitude entre quaisquer dois pares, constitui a matriz de similitude.

Construímos 3 matrizes de similitude, uma, para cada grupo social considerado.

Para determinarmos estes índices de similitude, utilizámos o programa informático “Programme Pour l’Analyse de Similitude”, version du 1 Octobre 1994 POUR IBM-PC/ Vergés que transforma os dados iniciais em matrizes de similitude, na situação em que as variáveis são escalas de ordenação, como é o caso.

Nos Anexos J a M encontram-se as matrizes de similitude, cada uma, referente aos dados de cada grupo considerado.

2.2.1.4. Procura da árvore máxima: técnica “análise de similitude”

Os dados submetidos ao método da análise de similitude são constituídos por matrizes de similitude entre as palavras associadas à palavra indutora “animador sociocultural”, conforme já referimos. Nesse sentido, a partir das matrizes de similitude encontradas, procurámos, para cada grupo social, a sua árvore máxima, através da técnica “análise de similitude” para facilitar a compreensão e a interpretação de tais matrizes e, que têm por objectivo pôr em destaque a estrutura da representação, apresentando-se esta, sob a forma de um grafo de semelhanças (Anexos N a P).

Para o efeito, utilizámos o programa informático “AVRIL”- R. Zeilliger-CNRS-IRPEACS, Décembre 1993 também da autoria do Vergés.

2.2.2. Evidência de centralidades ou itens estruturantes: critérios de centralidade.

Para a identificação do Núcleo central da representação, fomos procurar, antes de tudo, na estrutura interna da representação os elementos centrais, ou seja, os que organizam e dão a sua significação à representação.

Assim, partindo da árvore máxima de cada grupo, fomos procurar identificar as “relações fortes”, a natureza das mesmas, sub. grupos de elementos associados entre si, identificar potenciais elementos com probabilidades de centralidade, através da sua posição na estrutura e sinais salientes de visibilidade associativa.

Para a determinação de “centralidades”, fomos procurar na estrutura interna da representação os elementos centrais, os que organizam e dão a sua significação à representação.

Nesse sentido, foram aplicados, sobre os itens que apresentavam na estrutura, potenciais condições de centralidade, os critérios de

centralidade: critério de saliência, de conexidade, omissão do item na estrutura do grafo (Moliner, vergés, Abric,1994).

Para a aplicação do critério conexidade recorreremos ao processo de “filtragem de cliques” (Moliner, 1994) que consiste em identificar os sub. conjuntos de itens, onde cada elemento ou item se liga aos outros para um filtro de um dado índice de similitude. O processo inicia-se com um filtro máximo que vai decrescendo à medida da análise. No nosso estudo iniciámos a partir de um filtro 45.

Assim, através da utilização do programa AVRIL determinámos, a partir das matrizes de similitude de cada grupo, grafos de semelhanças, recorrendo a diversos filtros com vista a encontrar sub.conjuntos de significação, isto é, cliques.

Por cliques máximos entendem-se os maiores sub. grupos de itens possuindo a propriedade de estarem todos ligados dois a dois (Vergés, 1985).

Como faz notar Moliner(1994) estes critérios de centralidade não permitem identificar o estatuto de centralidade de uma cognição. São apenas um indicador que permite quando muito a indicação de itens a propósito dos quais se poderão formular hipóteses de centralidade.

Por isso, segundo Moliner, Abric deveria recorrer-se numa 2ª fase à validação destas hipóteses através da utilização de técnicas de confirmação desta centralidade e que assegurariam a identificação do núcleo central.

Neste trabalho não aplicámos estas técnicas devido ao condicionamento temporal deste estudo a que estamos sujeitos. Por isso, apenas, obtivemos a indicação de itens que apresentam probabilidades a centralidade.

2.2.3. Tratamento das entrevistas: técnica análise de conteúdo.

Recorremos à análise de conteúdo que segundo Bardin (1988, pag. 42) é definida como “um conjunto de técnicas de análise da comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção - recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

De acordo com os nossos objectivos recorreremos à técnica de análise de conteúdo designada por análise temática e categorial (para explorar a informação).

A análise de conteúdo a que procedemos foi de tipo qualitativo. No entanto, também combinámos essa análise qualitativa com aspectos

quantitativos, tais como a quantificação dos entrevistados por categorias, o que permitiu a comparação entre os três grupos.

Inicialmente tínhamos previsto tratar a informação recolhida nas entrevistas, segundo as dimensões: função do animador sociocultural, perfil do animador sociocultural, campo de acção do animador sociocultural, formação, animador sociocultural no futuro e finalmente, auto estimacção das mudanças atribuídas pelos alunos à formação.

Todavia, á medida que íamos aprofundando a metodologia aplicada para encontrar a estrutura interna da representação social do animador sociocultural, também fomos melhor compreendendo, do ponto de vista teórico, que as entrevistas tinham como finalidade nesta metodologia, apenas, contextualizar como é que o conteúdo da representação, a estrutura interna e o núcleo central se integravam num discurso argumentado.

Nesse sentido, a informação recolhida das entrevistas foi tratada em função do conteúdo obtido da representação social, donde se destacam duas dimensões de análise: a dimensão função do animador sociocultural e a dimensão perfil pessoal/personalidade.

Embora tenhamos feito o tratamento da informação das entrevistas, sobre as dimensões inicialmente previstas, apenas, por questões de ordem metodológica, apresentamos o tratamento da informação que contem as duas dimensões de análise já referidas: a dimensão função do animador sociocultural e a dimensão perfil /personalidade do animador sociocultural.

Para realizarmos a análise de conteúdo de cada uma destas dimensões procedemos ao recorte do dito dos sujeitos em unidades de sentido (asserções, conjuntos de asserções).

Em seguida agrupámos estas unidades de sentido em categorias.

O nosso corpus é constituído por 29 entrevistas (10 do grupo 1, 9 do grupo 2, 10 do grupo 3).

Na elaboração das categorias não recorremos às categorias que tinham já sido intervenientes no tratamento das associações de palavras, embora tenhamos identificado posteriormente essas categorias, assim como outras, que não estiveram presentes na associação de palavras.

Por isso, as categorias utilizadas nas duas dimensões já referidas, foram organizadas à posteriori, partindo da leitura da transcrição das entrevistas.

Admitimos na definição de categoria como dificuldade maior “o respeito pelo requisito da exclusividade”. Embora o critério de mútua

exclusão tenha sido aplicado no interior de cada uma das dimensões, não foi totalmente conseguido.

A decisão acerca do campo de categoria aconteceu da seguinte forma.

Após uma leitura integral de todas as entrevistas retivemos 16 que nos pareceram mais relevantes no conjunto dos três grupos (5/6 por grupo) e fizemos uma primeira definição de categorias. Depois, uma nova leitura das restantes entrevistas permitiu aferir a categorização feita e redefinir algumas categorias; ampliando ou restringindo a sua amplitude.

Após este processo longo e moroso, encetámos a codificação das entrevistas, tendo como unidades de registo: unidades de informação (que podiam variar entre a palavra e segmentos de frases, ou pequenos conjuntos de frases dos quais inferíamos um determinado sentido em função do contexto: constituído por uma frase, etc.)

A nossa unidade de enumeração é aritmética e permitiu-nos contar frequências dentro de cada categoria. Pudemos assim, proceder a uma análise de frequências.

IV CAPÍTULO

RESULTADOS

Neste capítulo vamos proceder à análise dos dados recolhidos através da técnica associação livre de palavras e das entrevistas.

O tratamento no 1º caso conduz-nos à identificação da organização e estrutura interna da representação e do acesso ao seu núcleo central.

No 2º caso, o tratamento das entrevistas vai-nos permitir contextualizar a representação, ou seja, como é que o conteúdo, a estrutura e o núcleo central da representação se integram num discurso argumentado que será utilizado mais propriamente no capítulo seguinte.

Neste sentido, este capítulo divide-se em duas partes:

A 1ª parte consiste na apresentação dos dados recolhidos através da técnica associação livre de palavras, constituindo as seguintes etapas, através da:

- Identificação das categorias, ou seja, constituição dos itens lexicais do conteúdo da representação;
- Identificação de hierarquização entre os itens lexicais do conteúdo da representação;
- Construção de matrizes de similitude;
- Surgimento da árvore máxima, surgimento de sub. grafos;
- Identificação de itens centrais;

A 2ª parte consiste na apresentação dos resultados das entrevistas, através de duas dimensões de análise: 1ª dimensão — função do animador sociocultural e a 2ª dimensão — perfil/personalidade do animador sociocultural.

1. Apresentação dos dados recolhidos através da técnica associação livre de palavras:

1.1. Identificação das categorias (conteúdo da representação)

Inspirados no estudo de Le Bouedec (1984, pag. 253) construímos os dicionários de palavras para cada um dos três grupos a partir da técnica associação livre de palavras. Procurámos recolher o máximo de palavras que exprimiam para os sujeitos o que “animador sociocultural” queria dizer.

Para o conjunto de todos os dicionários construídos, obtivemos 526 palavras.

Referido no capítulo da metodologia o procedimento faseado que se efectuou para a construção das categorias, foram utilizados, para o efeito, análises de frequência e cujos resultados estão expressos nos anexos C a G.

São os 20 conceitos mais frequentes recolhidos que utilizámos para destacar o campo da representação do animador sociocultural, e que constituem a lista de 20 itens (Anexo B).

1.2. Identificação da hierarquização entre os elementos do conteúdo da representação

Através da aplicação da técnica “escolhas sucessivas por blocos” os sujeitos do nosso estudo atribuíram a cada item lexical da lista de 20 itens lexicais, já referida e que lhes foi apresentada, uma valoração compreendida entre (-2) a (+2). A valoração (+2) corresponde a cada um dos quatro primeiros itens escolhidos pelo sujeito entre os 20 e que para o sujeito são os mais importantes. Em compensação, a valoração (-2) corresponde a cada um dos quatro itens escolhidos pelo sujeito entre os 16 restantes e que para o sujeito são os menos importantes daquela lista apresentada.

Cada item é assim caracterizado por um valor (+2, +1, 0, -1, -2) atribuído por cada um dos 29 sujeitos. Esta distribuição dos dados encontra-se no Anexo H.

Neste contexto, somos conduzidos a inferir que quando um sujeito atribui a valoração máxima a esse item (+2), para o sujeito, esse item

faz parte do seu campo representacional do animador sociocultural, revelando uma grande importância para o sujeito. Em compensação, quando atribui (-2), significa que esse item pode, eventualmente, fazer parte do campo representacional, mas revela, no entanto, para o sujeito uma importância muito reduzida.

1.3. Construção das matrizes de similitude

A partir do ordenamento dos itens lexicais e do índice de similitude Tau B de Kendall foram construídas três matrizes de similitude uma para cada grupo social considerado neste estudo. Ver anexo I a L

1.4. Procura da estrutura interna e do núcleo central da representação

Partindo de cada uma das matrizes de similitude e através do programa informático AVRIL, fomos procurar a árvore máxima, ou seja, a estrutura interna da representação, para cada um dos grupos sociais considerados.

Como já referimos anteriormente, a árvore máxima permite reter as relações mais fortes entre os itens, revelado pelas arestas mais elevadas (peso do índice de similitude) e traço mais carregado.

Com efeito, a cada par de itens corresponde um índice que reflecte a proximidade entre os itens do par. Quando este tipo de análise é realizado a partir dos dados recolhidos pela técnica “escolha sucessiva por blocos”, numa dada população dois itens estarão tanto mais próximos quanto mais elevado for o nº de sujeitos a atribuir a mesma nota, em simultâneo, aos dois itens e a intensidade de uma relação entre dois itens será tanto mais forte na representação considerada, quanto ela aparecer no maior nº de sujeitos, podendo-se assim, associar a cada par de elementos um valor numérico calculado a partir da sua co-ocorrência no grupo (índice de similitude) (Molliner, 1994; Guimelli, 1989).

A este respeito, Degenne (1985) faz notar também que quanto mais elevado é o índice de similitude menor é a distância entre os dois itens e portanto, maior é a proximidade entre eles.

Após este parêntese introduzido a respeito das relações fortes que nos pareceu oportuno referir para compreender o processo da análise de similitude, retomamos o ponto 1.4. no que diz respeito à procura da estrutura interna da representação.

Assim, para a determinação da estrutura interna da representação de cada grupo social considerado, realizámos as seguintes etapas:

— Procura da árvore máxima de cada grupo social;

— Leitura da árvore máxima, através de uma análise descritiva da organização do seu grafo de semelhanças;

Como já foi referido, a árvore máxima permite situar cada elemento no seu contexto semântico, definido pelo sub. conjunto de elementos a ele ligados e, por acréscimo, distinguir blocos de elementos homogêneos. (Aissani, 1991, pag.403).

Para o efeito, recorreremos aos seguintes indicadores:

1) Forma e organização do grafo. Pretende-se identificar sub. conjuntos agregados, agrupamentos, polarização: estrela, triângulo, ciclo., com a finalidade de identificar no grafo zonas de maior ou menor densidade associativa de relações entre os itens

Vergés (1994 pag. 247) refere, relativamente à polarização que se podem identificar três tipos de estruturação: a “estrela” quando um termo se liga a 6 ou mais noções. Este autor (1985) refere estrela a pelo menos um termo associado a 5 noções; o “triângulo” que liga três noções duas a duas; o “ciclo” que liga mais de três.

A estrela evidência um elemento demasiado organizador, em compensação, um raciocínio em ciclo é mais complexo e certamente menos polarizado.

2) Identificação das relações “fortes”. São as relações de proximidade, semelhança até de antagonismo.

3) Natureza das relações: procura-se identificar as relações de similitude, (aceites ou não aceites pelos sujeitos), de antagonismo.

No 1º caso, refere-se quando os sujeitos aceitam ou não o par de itens, isto é, atribuem, em simultâneo, nota positiva ou negativa ao par de itens em questão.

No 2º caso, os sujeitos atribuem, em simultâneo ao par de itens, nota positiva a um e negativa ao outro. Nesta situação poderemos considerar que a relação entre os itens considerados não revela interesse.

Esta procura tem como finalidade encontrar as relações de proximidade aceites no campo da representação do animador sociocultural do grupo social respectivo.

4) “Centralidades”. No respeitante à procura do núcleo central fomos procurar identificar na estrutura interna do grafo da representação de cada grupo social considerado as “centralidades” ou itens estruturantes.

Embora já referido no nosso estudo, consideramos oportuno, nesta fase, fazer uma referência teórica acerca das “centralidades.”

Assim, segundo a teoria do núcleo central certas cognições constituintes de uma representação desempenham um papel estruturante ao assegurar uma dupla função (Abric 1976,1987, 1993 a) geradora (as cognições dão sentido às outras cognições da representação) e organizadora (as cognições centrais determinam as ligações que unem as cognições periféricas).

Nesse sentido, certas cognições desempenham um papel estruturante na representação, possuindo, por isso, características específicas. Estas características conferem às cognições centrais propriedades particulares que são medidas através de diversos métodos. Moliner (1994) atribui 4 propriedades: valor simbólico, poder associativo, saliência e forte conexidade. As duas primeiras são de natureza qualitativa enquanto que as restantes são de natureza quantitativa. Refere também que as duas últimas decorrem das duas primeiras.

Também, Aissani Bonardi (1991, pag. 404) refere a propósito da operacionalização do núcleo central que: “dois derivados” instrumentais da análise de similitude foram propostos para a identificação do núcleo central: trata-se da posição central sobre a árvore (ex. B mais central que A, pode sugerir a existência de um núcleo organizador) e cliques, pelo menos, constituídos por três elementos, devendo surgir num filtro de similitude elevado.

Neste estudo recorreremos aos métodos de indicação de centralidades: critérios de “saliência” e “conexidade”, que permitem, apenas, formular hipótese de centralidade em relação ao item considerado. A validação desta hipótese passaria pela evidência das propriedades qualitativas : a “associatividade” ou o “valor simbólico” que confirmariam a centralidade do (s) referidos item(s). Nesse sentido, recorrer-se-ia a métodos de identificação como o cenário ambíguo, esquema cognitivo de base. Não foram aplicados métodos de identificação, por razões já focadas no capítulo da metodologia.

Assim, na nossa investigação, a procura de “centralidades” passa por dois momentos distintos:

Num 1º momento procurámos seleccionar no corpus da representação, ou os itens que pelas suas características na organização do grafo possam potenciar hipóteses de centralidade. São considerados, nomeadamente, aqueles que evidenciam polarizações no grafo, isto é, itens conectados com um nº considerável de outros itens da representação, constituindo conjuntos agregados significantes e de arestas elevadas, identificando-se no grafo por configurações em estrela, triângulo. São considerados também, itens com arestas elevadas associados a outros itens revelando conexidade.

Não são consideradas as cadeias de itens, mesmo as que tenham arestas elevadas.

No 2º momento, são aplicados sobre os itens seleccionados critérios de centralidade com a finalidade de identificar entre estes, aqueles em que se vai formular hipótese de centralidades e que, depois de verificada a sua centralidade, pelos métodos de verificação de centralidade, serão considerados o ou os, itens que fazem parte do núcleo central.

Neste estudo, aplicámos, tendo como referência Moliner(1994), Vergés (1994), Abric (1994) os seguintes critérios de centralidade:

a) Critério de saliência: quando se pretende pôr em evidência um efeito de saliência. Para isso, basta calcular o valor médio de cada item. Uma vez que no nosso estudo, este valor varia de (-2) a (+2), os itens mais salientes têm o valor mais elevado.

b) Critério de conexidade: num corpo de itens da representação em estudo, vai-se determinar o ou os itens mais conexos. Utiliza-se o processo de “filtragem de cliques” que consiste em identificar os sub.conjuntos de itens em que cada elemento está ligado a todos os outros através de um filtro com um determinado índice. O processo inicia-se a partir de um filtro máximo que vai decrescendo à medida da análise.

Entende-se por “cliques máximos” os maiores sub.grupos de itens que possuem a propriedade de estarem todos ligados dois a dois (Vergés, 1985).

Apresentam, por isso, a configuração de triângulo.

c) Omissão do(s) item(s) do grafo de semelhanças da árvore máxima: Abric (1994, pag..73) refere a propósito da centralidade dos itens que a ausência do ou dos elementos considerados como centrais provocaria a desorganização da representação ou dar-lhe uma significação completamente diferente.

d) Comparação da frequência do(s) item(s) a centralidade no dicionário de palavras resultante da aplicação da técnica associação livre de palavras ao grupo social considerado, aquando a formação das categorias, já referenciado no capítulo metodologia: neste caso, a nossa análise remete para a formação das categorias (a representação enquanto processo). Vamos procurar a frequência obtida do item, a “centralidades”, neste dicionário de palavras, com a finalidade de detectar a significação, no sentido da sua importância para o grupo respectivo.

Definido o enquadramento do ponto 1.4 e tendo em conta que esta investigação considera três grupos sociais, vamos analisar, para cada grupo os dados de acordo com os pressupostos referidos.

Nesse sentido, vamos procurar a organização interna e o núcleo central da respectiva representação social do animador sociocultural para cada grupo social, começando a análise no grupo 1, grupo 2 e, finalmente, no grupo 3.

1.4.1. Grupo 1:

DESCRIÇÃO DA ÁRVORE MÁXIMA DO GRAFO:

1— Organização do grafo de semelhanças.

Não é uma estrutura em forma de estrela.

Considera-se uma estrutura em estrela quando todos os elementos da representação estão colocados como satélites em torno de elementos centrais que lhe dão a sua significação (Abric, 1984). Esta estrutura em estrela demonstra que ao nível do grupo a significação é totalmente induzida por estes elementos centrais que constituem o fundamento colectivo da representação do objecto social para este grupo.

Observamos que a estrutura do grafo de semelhanças apresenta:

1.1. Conjuntos agregados

1.1.1. Ciclos:

A.1. Ciclo constituído por :

“Dinamizador”

“Perseverante”

“Empatia”

“Pessoas”

“Polivalente”

“Comunicativo”

“Dinamizador”

A.2. Ciclo constituído por:

“Lúdico”

“Empatia”

“Pessoas”

“Polivalente”

“Comunicativo”

“Criativo”

“Boa disposição”

“Lúdico”

1.1.2. Triângulos (\wedge)

\wedge (polivalente, dinamizador, comunicativo)

\wedge (lúdico, amigo, boa disposição)

1.1.3. Vertice em “consciencializador” que constitui um polo organizador dos itens “dedicação”, “vocação”, “educador”

1.2. Agrupamentos (conjunto de conjuntos agregados)

1.2.1. Ciclo A.1. agrega o \wedge “polivalente”, “dinamizador”, “comunicativo”

1.2.2. Ciclo A.2. agrega o \wedge “polivalente”, “dinamizador”, “comunicativo”

1.3. Outros

Observa-se 2 ciclos associados a cadeias associativas de itens e um triângulo associado a uma cadeia de itens.

— ciclo com início no item “dinamizador”. Está associado a uma cadeia associativa de itens com início no item “perseverante” e finalizando no item “disponibilidade”.

— Ciclo com início no item “criativo” finalizando numa cadeia de relações terminando no item “dinâmico”.

— \wedge (“lúdico”, “amigo”, “boa disposição”) associado a uma cadeia associativa de itens com início no item “amigo” e finalizando no item “disponibilidade”.

1.3. Identificação de itens de forte conexão.

1.3.1. Itens em estrela

Não se verificam itens que se conexas entre si assumindo a configuração de estrela.

1.3.2. Identificação dos itens mais associativos

Observa-se no grafo que os itens mais conexos, apenas, se associam a três outros do grafo. Registam-se os seguintes:

“Polivalente” — “pessoas” — “comunicativo” — “dinizador” com vértice em “polivalente”, portanto, “polivalente” associado a três itens, verificando-se relações fortes entre os itens “polivalente”, “pessoas”, “comunicativo”.

“Comunicativo” — “polivalente” — “dinizador” — “criativo” com vértice em “comunicativo”, mantém-se associado a três itens, com relações fortes em “polivalente” e “criativo”.

“Consciencializador” — “dedicação” — “vocação” — “educador”, portanto, “consciencializador” associado a três itens, mantendo uma relação forte, apenas, com “educador”

“Criativo” — “comunicativo” — “boa disposição” — “inteligente”. Está associado a três itens, mantendo uma relação forte com “comunicativo”.

“Perseverante” — “dialogante” — “empatia” — “dinizador”. Está associado a três itens e não mantém relações fortes com nenhum.

“Dinizador” — “perseverante” — “polivalente” — “comunicativo”. Está associado a três itens e não mantém relações fortes.

“Lúdico” — “empatia” — “amigo” — “boa disposição”. Está associado a três itens, mantendo uma relação forte com “boa disposição”.

“Boa disposição” — “lúdico” — “criativo” Está associado a três itens mantendo uma relação forte com “lúdico”.

1.4. Identificação das relações associativas.

1.4.1. Relações Fortes:

“Educador”/”Consciencializador”	(.61)
“Criativo”/”Comunicativo”	(.56)
“Comunicativo”/”polivalente”	(.55)
“Polivalente”/”Pessoas”	(.53)
“Lúdico”/”Boa Disposição”	(.54)
“Estudioso”/”Dinâmico”	(.51)

1.4.2. Relações Fracas:

“Consciencializador”/”Dedicação”	(.46)
“Consciencializador”/”Vocação”	(.44)
“Inteligente”/”Estudioso”	(.46)
“Lúdico”/”Amigo”	(.45)
“Perseverante”/”Dinamizador”	(.46)
“Perseverante”/”Empatia”	(.44)

1.4.3. Relações muito Fracas:

“Dedicação”/”Facilitador”	(.28)
“Dedicação”/”Dialogante”	(.37)
“Dialogante”/”Perseverante”	(.32)
“Vocação”/”Disponibilidade”	(.33)
“Comunicativo”/”Dinamizador”	(.38)
“Empatia”/”Lúdico”	(.37)

1.5. Natureza das Relações Fortes:

“Consciencializador” / “Educador” (.61)

Verificamos que 60% dos sujeitos deste grupo atribuem uma nota negativa ao item “consciencializador” e 80% dos sujeitos atribuem uma nota negativa ao item “educador”, ou seja, 60% dos sujeitos do grupo atribuem simultaneamente a mesma nota aos dois itens. Por isso, é uma relação que tem uma forte intensidade porque é partilhada por um nº significativo dos sujeitos deste grupo, ou seja, há uma forte consensualidade, e é uma relação de proximidade porque um nº elevado de sujeitos tratam da mesma maneira os dois itens. Podemos inferir que para 60% dos sujeitos do grupo a associação “consciencializador”—“educador” não tem aceitação no campo da representação do animador sociocultural contra 10% que aceitam.

“Comunicativo” / “Criativo” (.56)

Verificamos que 70% dos sujeitos deste grupo atribuem simultaneamente nota positiva aos dois termos, significando que esta associação é fortemente partilhada por este grupo, e considerada como aceite no campo da representação do animador sociocultural. Apenas, para 10% dos sujeitos esta associação não tem aceitação.

“Comunicativo” / “Polivalente” (.55)

Na distribuição das notas atribuídas por cada sujeito simultaneamente aos itens “comunicativo”—“polivalente”, constatamos que 10% dos sujeitos do grupo dão simultaneamente nota positiva a “comunicativo” e a “polivalente”, 30% dá nota negativa a ambos e 60% dá simultaneamente nota positiva a “comunicativo” e nota negativa a “polivalente”.

Poderemos inferir que apenas, 10% dos sujeitos aceitam esta associação de itens no campo da representação do animador sociocultural, contra 90%.

“Polivalente” / “Pessoas” (.53)

Na distribuição das notas atribuídas por cada sujeito simultaneamente a “polivalente” e “pessoas”, constatamos que 50% dos sujeitos atribuem simultaneamente aos dois itens a nota negativa, 10% dá nota positiva e 40% dá simultaneamente nota positiva a “pessoas” e negativa a “polivalente”.

É uma relação forte, partilhada por 50% do grupo que não aceita esta associação no campo da representação do animador sociocultural. Apenas, 10% aceita a associação “polivalente”—“pessoas”

“Estudioso” / “Dinâmico” (.51)

Constatamos que para este grupo 60% dos sujeitos atribuem nota positiva simultaneamente a “estudioso” e “dinâmico”, revelando-se para o grupo como uma associação que tem aceitação no campo da representação do animador sociocultural.

“Lúdico” / “boa disposição” (.54)

Verificamos que 70% dos sujeitos deste grupo atribuem simultaneamente nota negativa ao item “lúdico” e a “boa disposição”. É uma relação de forte intensidade e revela grande proximidade dos itens. No entanto, para 70% dos sujeitos deste grupo, esta associação não revela aceitação no campo da representação do animador sociocultural.

2 — Identificação de centralidades ou de itens estruturantes

Pela organização do grafo de semelhanças da árvore máxima não se identificam polarização de itens (polos conectivos de itens), isto é, itens que entrem em relação associativa com um nº considerável de outros itens do grafo, conforme já referimos. Verifica-se, em contrapartida, uma organização pouco estruturada, ou seja, não se identificam zonas de forte densidade associativa. Observamos uma predominância de ciclos.

Neste sentido, não se identificando à priori itens de forte poder organizativo, torna-se difícil apontar itens potencialmente reveladores de “centralidades”.

Contudo, vamos aplicar os critérios de “centralidade” aos itens, que nestas circunstâncias, julgamos estarem melhor posicionados no corpus de itens da representação. Os itens seleccionados são: “comunicativo” e “polivalente”.

Para a identificação de “centralidades” vamos aplicar os critérios: saliência, conexidade, comparação de frequências do(s) item(s) a “centralidade” no dicionário de palavras produzido pela técnica associação livre de palavras, ao nível deste grupo e finalmente, o da omissão do item na estrutura do grafo. Fazemos notar que, apenas, estes critérios permitem formular hipóteses de centralidade.

2.1. Critérios de centralidade

2.1.1 Critério de saliência:

Considera-se como item mais saliente aquele que revela uma nota média mais elevada numa escala de +2 a -2

Posição média de cada item na escala de 2 a -2

ITENS	MÉDIAS
Criativo	0.9
Pessoas	0.8
Dinamizador	0.8
Disponibilidade	0.7
Comunicativo	0.7
Dinâmico	0.5
Dedicação	0.5
Estudioso	0.4
Empatia	0.4
Facilitador	0.4
Dialogante	0.4
Inteligente	0,2
Vocação	0.1
Amigo	- 0.5
Perseverante	- 0.7
Consciencializ.	- 0.8
Educador	- 1
Lúdico	- 1
Polivalente.	-1.2
Boa disposição	-1.3

Neste quadro, que indica a posição média de cada item numa escala de (+2) a (-2) constatamos que:

“Comunicativo” tem uma nota média 0.7 ou seja, 70% dos sujeitos deram notas positivas ao item numa escala de 2 a -2 enquanto que 10% deu nota negativa e 20% posicionou-se como neutro.

Para este grupo este item tem um peso de importância significativa no campo da representação do animador sociocultural.

“Polivalente” tem uma nota média -1.2 ou seja, 90% dos indivíduos deste grupo deram uma nota negativa a este item numa escala de 2 a -2, 10% deram nota positiva Para este grupo, este item tem pouco peso de importância no campo da representação do animador sociocultural.

2.1.2. Critério de conexidade

Vai-se tentar determinar no corpus de itens da representação do animador sociocultural deste grupo, o item ou os itens mais conexos com os outros, através do processo de “filtragem de cliques”.

Neste processo, recorre-se a filtros elevados obtendo-se por ordem decrescente dos filtros, sub. conjuntos de itens em que cada item está ligado aos outros por um filtro de um dado índice. Inicia-se com um filtro máximo. No nosso caso, iniciámos com um filtro 45, sujeitando depois os dados a filtros de 40 e de 30 com a finalidade de determinar o(s) item(s) mais conexos.

Entende-se por cliques máximos os subconjuntos de itens que possuem a propriedade de estarem todos ligados dois a dois (Vergés, 1985).

Para cada um dos filtros, vamos descrever o respectivo grafo de semelhanças e discriminar os respectivos cliques.

Filtro. 45

O grafo de semelhanças deste filtro (anexo N) revela, apenas, cadeias associativas de itens. Não se registam cliques de acordo com a noção de clique.

Filtro. 40

O grafo de semelhanças deste filtro (anexo N) não se registam cliques.

Filtro. 30

Registam-se os seguintes cliques:

1º clique (“polivalente”, “dinamizador”, “comunicativo”)

2º clique (“amigo”, “lúdico”, “boa disposição”)

Em síntese, não se registam itens que reúnam as condições ao nível deste critério e por isso, os itens polivalente e comunicativo não são considerados conexivos.

2.1.3. Comparação de frequência do(s) item(s) a “centralidade” no dicionário de palavras deste grupo pela técnica associação livre de palavras

Recorrendo à frequência destes itens no dicionário das palavras produzidas por este grupo através da T.A.I.P. aquando a formação das categorias, constatámos que:

“Comunicativo” apresenta uma frequência de 5 correspondente a 50% dos sujeitos deste grupo que evocaram este item “Polivalente” apresenta uma frequência de 1 que corresponde a 10 % dos sujeitos que evocaram esta palavra.

Em síntese, poderemos inferir que o item "comunicativo" tem uma significação de importância significativa para este grupo enquanto que "polivalente" não revela significação de importância.

2.1.4. Omissão dos itens na estrutura do grafo

Abric faz notar a propósito da “centralidade” dos itens que a ausência do ou dos elementos considerados como centrais provocaria a desorganização da representação ou dar-lhe-ia uma significação completamente diferente (Abric, 1994, pag.73). Este critério inscreve-se neste contexto.

No nosso caso, constatamos que se eliminarmos simultaneamente “comunicativo” e “polivalente” o grafo de semelhanças destrutura-se.

Em síntese, neste critério os dois itens estão em igualdade de circunstâncias.

2.2. Conclusão

O que referimos a propósito da centralidade e que apontávamos como probabilidade de hipótese a centralidade, os itens “comunicativo” e “polivalente”, verificamos que apenas, estão em igualdade de circunstâncias nos critérios conexão e omissão do item na estrutura do grafo.

Neste sentido, parece-nos que, entre estes dois itens, “comunicativo” é o que apresenta melhores condições a centralidade, apesar de algumas reservas da nossa parte, que se prendem com a noção de centralidade e a pouca estruturação do grafo da representação do animador para este grupo. Por outro lado, os critérios quantitativos “conexidade” e saliência não têm expressão para este item.

Apesar de tudo, em nossa opinião, podemos considerar que “comunicativo” é uma característica e específica do animador sociocultural. Também, este grupo atribui uma significação de importância assinalável a este item, conforme, já foi referido.

Segundo a literatura acerca da animação sociocultural, a animação passa, fundamentalmente, pela comunicação quer ao nível interpessoal, intra grupal, intergrupal e por isso, o animador deverá possuir capacidades de comunicação, ou seja, ser um bom comunicador.

A nível da árvore máxima, constatamos que tem uma relação forte com “criativo” e fraca com “dinamizador”. “Dinamizador” e “criativo” são itens ligados ao perfil pessoal do animador sociocultural e através das suas ponderações médias: “criativo” tem a ponderação média mais elevada (0.9) seguida de “dinamizador” com a ponderação (0.8). Também, verificamos que são itens fortemente partilhados pelo grupo e de peso significativo de importância no campo da representação do animador sociocultural.

Em compensação, “polivalente” não é específico do animador sociocultural, ou seja, o animador pode especializar-se numa determinada área específica (trabalhar só com um determinado público) ou área específica de actividade.

Também, considerando que não há uma forte organização do grafo, isto é, polarização de itens, itens com fortes conexões com outros itens em que se verifique uma estruturação forte, poderá levar-nos a concluir que ao nível deste grupo não está ainda bem estruturada a representação do animador, o que me levaria a concluir que não tem núcleo central, ou seja, o ou os itens que dão significação e sentido à representação, ou seja, a função geradora e organizadora da representação.

No entanto, nesta procura de centralidade que nos propusemos, situando-nos no item “comunicativo”, verificamos que este item

apresenta ao nível do critério de saliência uma ponderação média de 0.7 havendo outros com uma ponderação mais elevada como seja o item “criativo”.

No entanto, Abric, Molliner, Vergés (1994) sublinham que a “centralidade” de um item não pode ser exclusivamente relacionado a uma dimensão de saliência (Abric 1994, pag.74) refere mesmo que “ não é porque um elemento é quantitativamente importante (ou se preferir “saliente”) na representação que é central. É a sua dimensão qualitativa que interessa, ou seja, o facto que este elemento dê sentido à representação”.

Verifica-se também, que o item “comunicativo” não tem um poder associativo significativo, registando-se somente duas relações fortes com outros itens. O critério de conexidade não se aplica, nesta situação, como já foi anotado.

Nestas circunstâncias, e com uma análise que requer continuação, apontaríamos o item “comunicativo”, entre os itens, como o mais provável á formulação de hipótese de centralidade, que sujeito, posteriormente, aos métodos de identificação propostos por Abric, (1994) confirmaria a sua centralidade e, conseqüentemente, o núcleo central da representação.do animador sociocultural para este grupo.

No Anexo N encontra-se o grafo da árvore máxima, os grafos de filtros, o ordenamento dos itens deste grupo numa escala de 1 a 5, e, também, as posições médias dos itens da escala de 1 a 5 convertida numa escala de +2 a -2 em que o valor 1 da 1ª escala corresponde ao valor 2 da 2ª e o valor 5 ao valor -2 da escala +2 a -2.

1.4.2. Grupo 2

DESCRIÇÃO DA ÁRVORE MÁXIMA DO GRAFO:

1— Organização do grafo de semelhanças:

Não é uma estrutura em forma de estrela, no entanto, observamos:

— Uma estrutura em que predominam os triângulos que configuram redes de relação de semelhanças fortes.

— Itens em que os restantes elementos estão colocados como satélites à sua volta dando a configuração de estrelas.

— Itens com poder conexivo relevante, embora não atinjam a configuração estrelar.

Os itens referidos, em ambos os casos, são: “lúdico”, “inteligência”, “amigo”, “educador”, “consciencializador”, “vocação”, “disponibilidade”, “dinamizador”.

1.1 Conjuntos agregados:

1.1.1. Ciclos

Ciclo constituído por:

“Criativo”

“Amigo”

“Estudioso”

“Inteligente”

“Criativo”

Ciclo constituído por:

“Lúdico”

“Consciencializador”

“Educador”

“Vocação”

Ciclo constituído por:

“Criativo”

“Amigo”

“Facilitador”

“Inteligente”

“Criativo”

1.1.2. 11 Triângulos (\wedge)

\wedge (“criativo”, “amigo”, “inteligente”)

\wedge (“amigo”, “inteligente”, “estudioso”)

\wedge (“consciencializador”, “educador”, “vocação”)

\wedge (“lúdico”, “consciencializador”, “vocação”)

\wedge (“lúdico”, “disponibilidade”, “vocação”)

\wedge (“lúdico”, “disponibilidade”, “dinizador”)

\wedge (“disponibilidade”, “dialogante”, “boa disposição”)

\wedge (“disponibilidade”, “dinizador”, “boa disposição”)

\wedge (“disponibilidade”, “dinizador”, “vocação”)

\wedge (“disponibilidade”, “dialogante”, “dinizador”)

\wedge (“amigo”, “facilitador”, “inteligente”)

1.2. Agrupamentos (conjunto de conjuntos agregados)

1.2.1. Agrupamento triangular constituído pelos itens: “disponibilidade”, “dinizador”, “vocação”.

Possui os seguintes conjuntos triangulares agregados:

\wedge (“disponibilidade”, “dinizador”, “lúdico”)

\wedge (“disponibilidade”, “lúdico”, “vocação”)

1.2.2. Agrupamento triangular (“disponibilidade”, “dinizador”, “boa disposição”)

Possui 3 conjuntos agregados triangulares:

\wedge (“disponibilidade”, “dialogante”, “dinizador”)

\wedge (“disponibilidade”, “dialogante”, “boa disposição”)

\wedge (“dinizador”, “dialogante”, “boa disposição”)

1.2.3. Ciclo quadrangular constituído pelos itens: “consciencializador”, “lúdico”, “vocação”, “educador”.

Possui 2 conjuntos agregados triangulares:

\wedge (“consciencializador”, “lúdico”, “vocação”)

\wedge (“consciencializador”, “educador”, “vocação”)

1.2.4. Ciclo quadrangular (“inteligente”, “amigo”, “estudioso”, “criativo”)

Possui 2 conjuntos agregados triangulares:

\wedge (“inteligente”, “amigo”, “estudioso”)

\wedge (“criativo”, “amigo”, “inteligente”)

1.3. Identificação de itens de forte conexão.

1.3.1. Itens com a configuração em estrela.

— “Lúdico” (5 associações)

(“lúdico”, “dinizador”, “consciencializador”, “vocação”, “disponibilidade”, “pessoas”)

— “Disponibilidade” (5 associações)

(“disponibilidade”, “dialogante”, “dinizador”, “vocação”, “boa disposição”, “lúdico”)

— “Dinamizador” (5 associações)

(“dinamizador”, “dinâmico”, “disponibilidade”, “dialogante”, “lúdico”, “boa disposição”)

1.3.2. Itens que se associam a 4 itens do grafo.

— “Inteligente” (4 associações)

(“inteligente”, “facilitador”, “amigo”, “criativo”, “estudioso”)

— “Amigo” (4 associações)

(“amigo”, “criativo”, “facilitador”, “inteligente”, “estudioso”)

— “Educador” (4 associações)

(“educador”, “consciencializador”, “empatia”, “comunicativo”, “vocação”)

— “Consciencializador” (4 associações)

(“consciencializador”, “lúdico,” “vocação”, “dedicação”, “educador”)

— “Vocação” (4 associações)

(“vocação”, “disponibilidade”, “lúdico”, “consciencializador”, “educador”)

1.4 Identificação das relações associativas.

1.4.1. Relações Fortes:

“Estudioso”/”Amigo”	(.85)
“Estudioso”/”Inteligente”	(.72)
“Inteligente”/”Amigo”	(.72)
“Lúdico”/”Consciencializador”	(.72)
“Dialogante”/”Disponibilidade”	(.62)
“Disponibilidade”/”Boa Disposição”	(.62)
“Boa Disposição”/”Dinamizador”	(.62)
“Dinamizador”/”Dinâmico”	(.58)

“Lúdico”/”Vocação”	(.51)
“Perseverante”/”Dedicação”	(.59)
“Polivalente”/”Empatia”	(.55)
“Disponibilidade”/”dinizador”	(.58)

1.4.2. Relações Fracas:

“Lúdico”/”Disponibilidade”	(.41)
“Lúdico”/”Dinizador”	(.41)
“Lúdico”/”Pessoas”	(.46)
“Inteligente”/”Facilitador”	(.36)
“Inteligente”/”Criativo”	(.30)
“Criativo”/”Amigo”	(.30)
“Criativo”/”Polivalente”	(.30)
“Educador”/”Empatia”	(.41)
“Educador”/”Consciencializador”	(.35)
“Educador”/”Comunicativo”	(.34)
“Facilitador”/”Perseverante”	(.31)
“Dedicação”/”Consciencializador”	(.32)
“Dinizador”/”Dialogante”	(.37)
“Consciencializador”/”Vocação”	(.45)

1.5. Natureza das Relações fortes:

“Estudioso”/”Amigo”	(.85)
---------------------	-------

Verificamos que 77,8% dos sujeitos deste grupo atribuem simultaneamente nota negativa aos itens “estudioso” e “amigo”. Por isso, é uma relação de grande intensidade e de forte semelhança porque esta associação é partilhada por um nº elevado de sujeitos que atribuem simultaneamente a mesma nota aos dois itens. Neste sentido, regista-se uma forte consensualidade ao nível do grupo relativamente à não aceitação desta associação no campo da representação do animador sociocultural. Apenas, 11,1% do grupo aceita esta associação.

“Estudioso”/“Inteligente” (72)

Verificamos que 77,8% dos sujeitos deste grupo atribuem simultaneamente nota negativa a “estudioso” e a “inteligente”.

É uma associação de forte intensidade porque partilhada por um elevado nº de sujeitos que atribuem aos itens “estudioso” e “inteligente” a mesma nota. Podemos inferir que “estudioso” e “inteligente” é partilhado fortemente a nível deste grupo como itens que não têm aceitação no campo da representação do animador sociocultural. Apenas, 11,1% dos sujeitos aceitam.

“Inteligente”/”Amigo” (72)

Na distribuição de notas atribuída por cada sujeito simultaneamente aos itens “inteligente”/”amigo”, constatamos que 77,8% dos sujeitos dá nota negativa a ambos os itens. Por isso é uma relação de forte intensidade e de forte proximidade, porque um elevado nº de sujeitos atribui nota negativa simultaneamente a “inteligente”, “amigo”. Existe ao nível do grupo forte consensualidade de que esta associação não tem aceitação no campo da representação do animador sociocultural. Apenas, 22,2% dos sujeitos partilha da sua aceitação.

“Lúdico”/”Consciencializador” (72)

Na distribuição de notas atribuída por cada sujeito simultaneamente a lúdico e consciencializador constatamos que 66,6% dos sujeitos atribuem nota negativa a “lúdico” e positiva a “consciencializador”, ou seja, nota atribuída negativamente a “lúdico” traduz nota mais positiva a “consciencializador”. Apenas, 33,3% atribuem simultaneamente nota negativa a ambos os itens.

Nestas circunstâncias podemos inferir que o grupo não aceita esta associação no campo da representação do animador sociocultural.

“Dialogante”/”Disponibilidade” (.62)

Na distribuição de notas atribuída por cada sujeito simultaneamente a “dialogante” e “disponibilidade” constatamos que 66,6% dos sujeitos deste grupo dão simultaneamente nota positiva a ambos. Por isso, esta associação tem um grau de intensidade elevado e de proximidade ou seja, um elevado nº de sujeitos deste grupo tratam estes dois itens de maneira idêntica.

Podemos inferir que para o grupo esta associação, partilhada por um nº elevado de sujeitos, é aceite no campo da representação do animador sociocultural.

“Disponibilidade”/”Boa disposição” (.62)

Na distribuição de notas atribuída por cada sujeito deste grupo simultaneamente a “disponibilidade”/”boa disposição” constatamos que 44,4% dos sujeitos dão nota positiva a “disponibilidade” e negativa a “boa disposição”, enquanto que 33,3% dão nota positiva a ambos e 22,2% dão nota negativa.

Para este grupo, apenas, 33,3% partilham da aceitação desta associação no campo da representação do animador sociocultural.

“Boa disposição”/”Dinamizador” (.62)

Na distribuição de notas atribuídas por cada sujeito simultaneamente a “boa disposição” e “dynamizador”, 55,5% dos sujeitos atribuem simultaneamente nota positiva a “dynamizador” e negativa a “boa disposição”, registando-se que 22,2% dão simultaneamente nota positiva a ambos os itens e 22,2% do grupo dá simultaneamente nota negativa aos dois itens.

Podemos inferir que para este grupo esta associação de itens não tem aceitação no campo da representação do animador

“Dynamizador”/”Dinâmico” (.58)

Para este grupo, 66,6% dão simultaneamente nota positiva a “dynamizador” e a “dinâmico”. É uma relação de forte intensidade e de grande proximidade, verificando-se que um elevado nº de sujeitos deste grupo partilham da aceitação desta associação de itens no campo da representação do animador sociocultural.

“Lúdico”/”Vocação” (.51)

Na distribuição de notas atribuídas por cada sujeito simultaneamente a “lúdico” e “vocação”, 77,7% dão nota negativa a ambos os itens.

Para este grupo, existe uma forte consensualidade na não aceitação desta associação de itens no campo da representação do animador sociocultural

“Perseverança”/”Dedicação” (.59)

Na distribuição de notas atribuídas por cada sujeito simultaneamente aos itens “perseverança”/”dedicação”, constatamos que 55,5% dos sujeitos deste grupo dão simultaneamente nota negativa a ambos os itens e 44,4% dão nota positiva.

Podemos inferir que para 55,5% dos sujeitos deste grupo esta associação de itens não é aceite no campo da representação do animador sociocultural enquanto que para 44,4% é aceite.

“Polivalente”/”Empatia” (.55)

Na distribuição de notas atribuídas simultaneamente por cada sujeito aos itens “polivalente”/”empatia”, observamos que 55,5% dos sujeitos dão nota negativa e 44,5% dão nota positiva a ambos os itens.

Podemos inferir que para 55,5% dos sujeitos deste grupo, esta associação de itens não é aceite no campo da representação do animador sociocultural enquanto que para os restantes 44,5% é aceite.

“Disponibilidade”/”Dinamizador” (.58)

Para este grupo 77,8 % dos sujeitos dão simultaneamente a nota positiva a “disponibilidade”, e a “dynamizador”. É uma relação intensa e de proximidade significativa. Constatamos que para este grupo, nenhum sujeito atribuiu nota negativa a “disponibilidade”/”dynamizador”.

Podemos inferir que esta associação de itens é fortemente aceite no campo da representação do animador sociocultural.

2. Identificação de “centralidades” ou de itens estruturantes.

Pela descrição do grafo de semelhanças da árvore máxima, constatamos a existência de itens que apresentam um poder de conexão e de organização relevante, em que os outros itens em conexão, estão colocados como satélites á sua volta dando a configuração de estrelas e, também, itens que, embora, não apresentem esta configuração, revelam, também, um poder associativo saliente

Os itens referidos, nos dois casos, são: “lúdico”, “inteligente”, “amigo”, “educador”, “consciencializador”, “vocação”, “disponibilidade”, “dinizador”.

Dada a sua configuração no grafo, o poder estruturante que revelam, nomeadamente, a ocorrência de sub agregamentos significativos (ciclos, triângulos), pussuírem arestas elevadas, associarem-se cada um a quatro ou cinco itens, permite-nos, encará-los, nesta análise descritiva, como potenciais itens de “centralidade”, que socorrendo-nos dos critérios de centralidade já referidos, vamos procurar encontrar, entre estes itens, aqueles que reúnem as condições para formular hipótese de centralidade.

2.1. Critérios de centralidade

2.1.1. Critério de saliência.

Posição média de cada item no grupo numa escala de (+2 a -2)

Itens	Médias
Dinamizador	1.33
Disponibilidade	1.33
Consciencializad.	1.1
Facilitador	0.89
Comunicativo	0.89
Dinâmico	0.67
Criativo	0.4
Dialogante	0.33
Pessoas	0.22
Empatia	0.22
Polivalente	0.11
Dedicação	0.11
Perseverante	0
Inteligente	- 0.78
Vocação	- 0.8
Amigo	- 1
Boa disposição	- 1
Educador	- 1.11
Estudioso	- 1.44
Lúdico	- 2

Neste quadro que refere a posição média de cada item no grupo numa escala de +2 a -2 constatamos que, entre os 8 itens apontados,

com possibilidades de “centralidade”, os mais salientes, ou seja, os que apresentam a ponderação média mais elevada, são por ordem decrescente os seguintes:

“Dinamizador” (1.33)

Constatamos que 77,8% dos sujeitos deste grupo atribuíram nota positiva a este item numa escala de 1 a 5, assumindo 22,2% uma posição neutra, não se registando, todavia, nenhuma nota negativa atribuída.

Poderemos inferir que ao nível deste grupo há uma forte consensualidade no grupo em aceitar este item no campo da representação do animador sociocultural.

“Disponibilidade” (1.33)

Constatamos que 77,8% dos sujeitos deste grupo atribuíram nota positiva a este item, 22,2% assumiu uma posição neutra e não se registou nenhuma atribuição negativa.

Há uma forte consensualidade ao nível deste grupo na aceitação deste item no campo da representação do animador sociocultural.

“Consciencializador” (1.1)

Neste grupo, 66,7% dos sujeitos atribuíram nota positiva, 11,1% deram nota negativa e 22,2% assumiram posição neutra. Podemos inferir que este item revela um peso de importância para o grupo, registando-se uma consensualidade significativa e por isso, revela-se como um item aceite no campo da representação do animador sociocultural.

“Vocação” (- 0.8)

Para este grupo, 55,5% dos sujeitos deram nota negativa, 22,2% deram nota positiva e 22,2% assumiram-se neutros. Poderemos inferir que este grupo, partilha significativamente da opinião de que este item não tem peso de importância, revelando-se, por isso como um item que tem pouca aceitação no campo da representação do animador sociocultural.

“Inteligente” (- 0.78)

Observamos que para este grupo 77,8% deram nota negativa revelando-se, por isso, como um item sem peso de importância para este grupo. Apenas, 11,1% atribui nota positiva, donde poderemos inferir, que há uma forte consensualidade grupal relativamente á pouca aceitação deste item no campo da representação do animador sociocultural.

“Amigo”

(-1)

66,7% dos sujeitos deste grupo atribuíram nota negativa, 22,2% deram nota positiva e 11,1% assumiram-se neutros. Podemos inferir que este grupo partilha significativamente da opinião que este item não revela importância e por isso, é pouco aceite no campo da representação do animador sociocultural.

“Educador”

(-1.11)

Observamos que 77,8% dos sujeitos deram nota negativa, 11,1% deram nota positiva e 11,1% assumiram-se neutros. Poderemos inferir que há uma consensualidade grupal na pouca aceitação deste item no campo da representação do animador sociocultural.

“Lúdico”

(- 2)

100% dos sujeitos deram nota negativa, donde poderemos inferir que o grupo inteiro não aceita este item no campo da representação do animador sociocultural.

Síntese: no que diz respeito a este critério, os itens mais salientes são “dinamizador” e “disponibilidade” com o mesmo grau de saliência (1.33). “Consciencializador” revela, também, um grau de saliência importante (1.1).

2.1.2. Critério de conexidade

Através do processo “filtragem por cliques” vamos procurar identificar entre os itens: “dinamizador”, “disponibilidade”, “consciencializador”, “vocação”, “amigo”, “inteligente”, “educador”, “lúdico” os mais conexos a partir de um filtro 45, sujeitando, posteriormente, os dados a filtros de 40 e de 30.

Assim para cada filtro, vamos descrever a organização do grafo e a indicação dos respectivos cliques:

Filtro .45

O grafo de semelhanças deste filtro (Anexo O) revela:

1. Agrupamento A constituído pelos itens “disponibilidade”, “dinamizador”, “boa disposição”, “dialogante”, “dinâmico”.

Possui 2 conjuntos triangulares agregados:

\wedge (“dinamizador”, “boa disposição”, “disponibilidade”)

\wedge (“disponibilidade”, “boa disposição”, “dialogante”)

2. Conjuntos agregados : B, C

2.1 Conjunto agregado B constituído pelos itens:

\wedge (“vocação”, “lúdico”, “consciencializador”)

2.2 Conjunto agregado C constituído pelos itens:

\wedge (“amigo”, “inteligente”, “estudioso”)

3. Cliques:

Segundo a noção de cliques, referida anteriormente, identificamos os seguintes cliques:

1º clique (“disponibilidade”, “boa disposição”, “dialogante”)

2º clique (“disponibilidade”, “boa disposição”, “dialogante”)

3º clique (“lúdico”, “vocação”, “consciencializador”)

4º clique (“estudioso”, “amigo”, “inteligente”)

Filtro .40

O grafo de semelhanças deste filtro (Anexo O) revela-nos:

1. O agrupamento A1: constituído pelo ciclo pentagonal (A1.1) constituído pelos itens: “lúdico”, “disponibilidade”, “dialogante”, “boa disposição”, “dinizador” agregado a 2 conjuntos agregados em que um deles é o conjunto agregado B

Possui 4 conjuntos agregados triangulares:

\wedge (“dialogante”, “disponibilidade”, “boa disposição”)

\wedge (“disponibilidade”, “boa disposição”, “dinizador”)

\wedge (“disponibilidade”, “lúdico”, “dinizador”)

\wedge (“lúdico”, “vocação”, “consciencializador”) — conjunto agregado B

1.1. Sub agrupamento A1.1. (ciclo pentagonal) é constituído por três conjuntos agregados triangulares, ou seja, o agrupamento A agregado a um conjunto agregado.

Possui 3 conjuntos triangulares agregados:

\wedge (“disponibilidade”, “dialogante”, “boa disposição”)

\wedge (“disponibilidade”, “boa disposição”, “dinizador”)

\wedge (“disponibilidade”, “lúdico”, “dinizador”)

2. Conjunto triangular agregado (conjunto C)

\wedge (“inteligente”, “amigo”, “estudioso”)

3. cliques:

5º clique (“disponibilidade”, “dialogante”, “boa disposição”)

6º clique (“disponibilidade”, “boa disposição”, “dinizador”)

7º clique (“disponibilidade”, “dinizador”, “lúdico”)

8º clique (“lúdico”, “vocação”, “consciencializador”)

9º clique (“inteligente”, “amigo”, “estudioso”)

10º clique (“lúdico”, “disponibilidade”, “dinizador”)

Filtro .30

Embora tenhamos identificado a organização deste grafo, aquando a descrição da árvore máxima, todavia, consideramos pertinente repeti-la para uma melhor clarificação do processo de aplicação deste critério conexidade.

Portanto, correndo o risco de nos repetirmo-nos, o grafo de semelhanças deste filtro, revela:

1. agrupamentos:

1.1. Agrupamento triangular constituído pelos itens “disponibilidade”, “dinizador”, “vocação”.

Possui 2 conjuntos agregados:

\wedge (“disponibilidade”, “dinizador”, “lúdico”)

\wedge (“disponibilidade”, “lúdico”, “vocação”)

1.2 Agrupamento triangular constituído pelos itens “disponibilidade”, “dinizador”, “boa disposição”.

Possui 2 conjuntos agregados:

\wedge (“disponibilidade”, “dialogante”, “dinizador”)

\wedge (“disponibilidade”, “dialogante”, “boa disposição”)

1.3 Agrupamento quadrangular (ciclo) constituído pelos itens “consciencializador”, “lúdico”, “vocação”, “educador”.

Possui 2 conjuntos triangulares agregados:

\wedge (“consciencializador”, “lúdico”, “vocação”)

\wedge (“consciencializador”, “vocação”, “educador”)

1.4 Agrupamento quadrangular (ciclo) constituído pelos itens “estudioso”, “amigo”, “criativo”, “inteligente”.

Possui 2 conjuntos triangulares agregados:

\wedge (“amigo”, “inteligente”, “estudioso”)

\wedge (“amigo”, “criativo”, “inteligente”)

2. Conjuntos triangulares.

O grafo revela também o seguinte conjunto agregado:

\wedge (“amigo”, “facilitador”, “inteligente”)

3. Cliques:

11º clique (“disponibilidade”, “dialogante”, “dinamizador”)

12º clique (“dialogante”, “dinamizador”, “boa disposição”)

13º clique (“dialogante”, “disponibilidade”, “boa disposição”)

14º clique (“disponibilidade”, “dinamizador”, “boa disposição”)

15º clique (“disponibilidade”, “dinamizador”, “lúdico”)

16º clique (“disponibilidade”, “lúdico”, “vocação”)

17º clique (“consciencializador”, “lúdico”, “vocação”)

18º clique (“consciencializador”, “vocação”, “educador”)

19º clique (“amigo”, “inteligente”, “estudioso”)

20º clique (“amigo”, “facilitador”, “inteligente”)

21º clique (“amigo”, “criativo”, “inteligente”)

Síntese: através deste processo podemos concluir que, entre os 8 itens em análise, “**disponibilidade**” é o item que reúne as condições para ser considerado o mais conexo dentro deste critério. “Dinamizador” seria o item imediatamente a seguir.

Para além deste processo de “filtragem de cliques” avançámos a nossa análise, procurando ao nível de cada item, do grupo dos 8 itens em análise, a sua relação associativa nos grafos de filtros 45, 40, 30. Os itens em análise são: “dinamizador”, “disponibilidade”, “consciencializador”, “vocação”, “amigo”, “inteligente.”

“Dinamizador”

Filtro .45

- Associa-se a três itens com índices de semelhança elevados
- Forma \wedge com os itens “disponibilidade”, “boa disposição”.

Filtro .40

- Associa-se a 4 itens, tomando a configuração de estrela, com índices de semelhança elevados, à excepção da sua relação com “lúdico” (.41)
- Forma \wedge com “dinamizador”, “disponibilidade”, “boa disposição”.
- “ \wedge com “dinamizador”, “lúdico”, “disponibilidade”

Filtro .30

- Associa-se a 5 itens, tomando a configuração estrela, com índices de semelhança elevados, à excepção da relação com “dialogante” (.37) e “lúdico” (.41)
- Forma \wedge com “disponibilidade”, “boa disposição”.
- Forma \wedge com “dialogante”, “boa disposição”
- “ \wedge com “disponibilidade”, “lúdico”

“Disponibilidade”

Filtro .45

- Associa-se a três itens com elevados índices de semelhança
- Forma \wedge com “dinamizador”, “boa disposição”
- “ \wedge com “dialogante”, “boa disposição”

Filtro .40

— Associa-se a 4 itens com elevados índices de semelhança, à exceção da sua relação com “lúdico” (.41)

— Forma \wedge com “dinizador”, “boa disposição”

— “ \wedge com “dialogante”, “boa disposição”

— “ \wedge com “dinizador”, “lúdico”

Filtro .30

— Associa-se a 5 itens, configurando uma estrela, com índices elevados à exceção da sua relação com “lúdico” (.41) e “vocaçãõ” (.31)

— Forma \wedge com “dinizador”, “boa disposição”

— “ \wedge com “dinizador”, “lúdico”

— “ \wedge com “dialogante”, “boa disposição”

— “ \wedge com “dialogante”, “dinizador”

— “ \wedge com “dinizador”, “vocaçãõ”

“Consciencializador”

Filtro .45

— Associa-se a 3 itens de índices elevados sendo um deles menos elevado (.46) associado a “pessoas”

— Forma \wedge com “lúdico”, “vocaçãõ”

Filtro .40

Mantem-se idêntico

Filtro .30

— Associa-se a 4 itens em que dois apresentam índices fracos

— Forma \wedge com “lúdico”, “vocaçãõ”

— “ \wedge com “educador”, “vocaçãõ”

“Vocaçãõ”

Filtro 45

— Forma \wedge com “consciencializador”, “lúdico”

Filtro .40

Mantem-se idêntico

Filtro .30

— Associa-se a 4 itens de fraco índice de semelhança, à exceção da sua relação com “lúdico” (.51)

— Forma /\ com “consciencializador”, “lúdico”

— “ /\ com “disponibilidade”, “lúdico”

— “ /\ com “consciencializador”, “educador”

“Amigo”

Filtro .45

— Forma /\ com “inteligente”, “estudioso” de índices muito elevados

Filtro .40

Mantém-se idêntico

Filtro .30

— Associa-se a 4 itens, sendo dois de índices muito elevados

— Forma /\ com “criativo”, “inteligente”

— “ /\ com “facilitador”, “inteligente”

— “ /\ com “inteligente”, “estudioso”

“Inteligente”

Filtro .45

— Forma /\ com “amigo”, “estudioso”

Filtro .40

Mantem-se idêntico

Filtro .30

— Associa-se a 4 itens sendo 2 deles de índice fraco

— Forma /\ com “amigo”, “estudioso”

- “ \wedge com “amigo”, “criativo”
- “ \wedge com “amigo”, “facilitador”

“Educador”

Filtro .40

- Associa-se apenas a “empatia”

Filtro .30

- Associa-se a 4 itens
 - Forma \wedge com “consciencializador”, “vocação”

“Lúdico”

Filtro .45

- Associa-se a três itens de índices elevados
 - Forma \wedge com “vocação” e “consciencializador”

Filtro .40

— Associa-se a 5 itens tomando a configuração de estrela, e apresenta conexões com índices, dois deles elevados

- Forma \wedge com “disponibilidade”, “dinizador”
- Forma \wedge com “vocação”, “consciencializador”

Filtro .30

- Associa-se a 5 itens tomando a forma de estrela
 - Forma \wedge “disponibilidade”, “dinizador”
 - Forma \wedge “disponibilidade”, “vocação”
 - Forma \wedge “consciencializador”, “vocação”

Também, constatamos que “disponibilidade” é o item mais conexo seguido de “dinizador”

Síntese: face ao critério de conexidade, “disponibilidade” é o item mais conexo, seguido do item “dinizador”.

2.1.3 Comparação de frequência do(s) item(s) a “centralidade” no dicionário de palavras deste grupo pela técnica associação livre de palavras.

Observando-se a frequência destes 8 itens no dicionário das palavras produzidas por este grupo através da técnica da Associação Livre de Palavras (T.A.L.P.) constatamos, através do seguinte quadro, que os itens com maior frequência de evocação pelos sujeitos são: “dinamizador”, “consciencializador”, “educador” com a mesma frequência (f4) seguido de “disponibilidade” e “lúdico”, ambos com a frequência 3.

Itens	Frequências	Percentagens
Dinamizador	4	44,4%
Educador	4	44,4%
Consciencializ.	4	44,4%
Disponibilidade	3	33,3%
Lúdico	3	33,3%
Inteligente	2	22,2%
Vocação	2	22,2%
Amigo	1	11,1%

2.1.4. Critério omissão do (s) item(s) do grafo de semelhanças da árvore máxima.

Reconhecemos que “disponibilidade” e “dinamizador” são fortemente estruturantes entre si e que uma parte do grafo perderia toda a sua significação com a omissão destes dois itens. Constituem um sub. agrupamento do grafo que revela a dimensão perfil/personalidade do animador. Em compensação, a omissão de qualquer dos itens “amigo”, “inteligente”, “estudioso”, desorganizaria, com efeito, o ciclo de que fazem parte, mas, provavelmente não poriam em causa, a significação da representação do animador sociocultural. De recordar que estes itens tiveram uma ponderação muito baixa relativamente à importância atribuída pelos sujeitos deste grupo. Também, as relações associativas que mantêm entre si e com outros itens do grafo, não são consideradas aceites no campo representacional do animador sociocultural deste grupo, conforme foi demonstrado no ponto 1.5 (natureza das relações fortes).

2.2. Conclusão

Em função dos critérios de centralidade aplicados, consideramos, entre os 8 itens seleccionados, o item “**disponibilidade**” como aquele que reúne as condições mais favoráveis para a formulação de hipótese de centralidade.

É o item mais saliente, embora ombreie esta saliência com “**dinamizador**”.

É o mais conexivo. A sua omissão no grafo altera a significação da representação.

O item “**dinamizador**” revela também, numa 2^a posição, condições favoráveis a centralidade.

Por outro lado, somos de opinião, que estes dois itens são característicos e específicos do animador sociocultural.

Segundo a literatura acerca do animador sociocultural, o animador surge como um agente de desenvolvimento que procura como finalidade da animação promover o desenvolvimento pessoal e grupal dos sujeitos animados. Neste sentido, desenvolve dinâmicas que conduzem ao enriquecimento pessoal dos sujeitos e do grupo. Também, o animador tem de ser uma pessoa disponível para os outros, porque trabalha com as pessoas e para as pessoas.

Assim, reforçada a análise com este ponto de vista, consideramos “**disponibilidade**” e “**dinamizador**” como os itens mais indicados para serem sujeitos aos métodos de verificação da centralidade e, finalmente, confirmada a sua centralidade, serem reconhecidos como o núcleo central desta representação.

No Anexo O encontra-se o grafo da árvore máxima, os grafos de filtros, ordenamento dos itens deste grupo social.

1.4.3. Grupo 3

DESCRIÇÃO DA ÁRVORE MÁXIMA DO GRAFO:

1- Organização do grafo de semelhanças:

Não se verifica uma estrutura em forma de estrela. No entanto, observamos, a existência de ciclos, triângulos, cadeias de itens ligadas aos ciclos, itens com a configuração de estrelas.

1.1 Conjuntos agregados:

1.1.1. Ciclos

Ciclo constituído pelos itens:

“Comunicativo”

“Dinâmico”

“Amigo”

“Polivalente”

“Comunicativo”

Ciclo constituído pelos itens:

“Facilitador”

“Disponibilidade”

“Criativo”

“Dialogante”

“Facilitador”

1.1.2. 5 Triângulos \wedge

\wedge (“comunicativo”, “dinâmico”, “amigo”)

\wedge (“amigo”, “dinâmico”, “polivalente”)

\wedge (“amigo”, “boa disposição”, “vocação”)

\wedge (“disponibilidade”, “facilitador”, “criativo”)

\wedge (“facilitador”, “criativo”, “dialogante”)

1.2. Agrupamentos (conjunto de conjuntos agregados) agregados a cadeias associativas de itens.

1.2.1. Ciclo (agrupamento quadrangular) constituído pelos itens “comunicativo”, “polivalente”, “dinâmico”, “amigo”.

Possui dois conjuntos agregados triangulares:

\wedge (“comunicativo”, “dinâmico”, “amigo”)

\wedge (“dinâmico”, “amigo”, “polivalente”)

1.2.2. Ciclo constituído pelos itens “disponibilidade”, “criativo”, “dialogante”, “facilitador” associado pelos itens “criativo” e “facilitador” a duas cadeias: uma finalizando em “lúdico” e a outra em “educador”.

Possui dois conjuntos agregados triangulares:

\wedge (“facilitador”, “dialogante”, “criativo”)

\wedge (“disponibilidade”, “facilitador”, “criativo”)

1.2.3. Agrupamento triangular constituído pelos itens “amigo”, “boa disposição”, “vocação” e que pelo item “boa disposição” associa-se a uma cadeia de itens finalizando no item “dedicação”.

Possui um conjunto triangular

\wedge (“amigo”, “boa disposição”, “vocação”)

1.3. Identificação de itens de forte conexão.

1.3.1. itens em estrela:

— “Amigo” (5 associações)

(“Amigo,” “comunicativo”, “dinâmico”, “boa disposição”, “vocação”, “polivalente”)

1.3.2. Itens que se associam a 4 itens.

— “Polivalente” (4 associações)

(“Polivalente”, “consciencializador”, “amigo”, “comunicativo”, “dinâmico”)

— “Criativo” (4 associações)

(“Criativo”, “disponibilidade”, “facilitador”, “dialogante”, “estudioso”)

1.4 Identificação das relações associativas.

1.4.1. Relações Fortes:

“Amigo”/”Comunicativo”	(.66)
“Amigo”/”Dinâmico”	(.56)
“Amigo”/”Vocação”	(.69)
“Dinâmico”/”Polivalente”	(.50)
“Polivalente”/”Consciencializador”	(.58)
“Pessoas”/”Dedicação”	(.61)
“Dialogante”/”Criativo”	(.57)
“Lúdico”/”Estudioso”	(.56)
“Empatia”/”Dinamizador”	(.74)

1.4.2. Relações Fracas:

“Criativo”/”Disponibilidade”	(.44)
“Criativo”/”Estudioso”	(.56)
“Facilitador”/”Empatia”	(.38)
“Dinamizador”/”Educador”	(.35)

1.4.2. Relações muito Fracas:

“Comunicativo”/”Perseverante”	(.28)
“Perseverante”/”Lúdico”	(.28)
“Disponibilidade”/”Inteligente”	(.20)
“Inteligente”/”Facilitador”	(.20)

1.5. Natureza das relações fortes

“Amigo”/”Comunicativo”	(.66)
------------------------	-------

Na distribuição de notas atribuída por cada sujeito simultaneamente a “amigo”/”comunicativo” 70% dos sujeitos deste grupo dão

simultaneamente nota positiva a “comunicativo” e negativa a “amigo”. Apenas, 20% dá nota positiva a ambos os itens e 10% dá nota negativa. Podemos inferir que esta associação de itens é apenas, 20% partilhada pelo grupo na sua aceitação no campo da representação do animador sociocultural

“Amigo”/”Dinâmico” (56)

Na distribuição de notas atribuído por cada sujeito simultaneamente a “amigo”/”dinâmico”, observamos que 60% dos sujeitos dão simultaneamente nota positiva a “dinâmico” e negativa a “amigo”, 20% dão nota positiva a ambos os itens e os restantes 20% dão nota negativa.

Podemos inferir que esta associação “amigo”/”dinâmico” é fortemente partilhada pelo grupo como não aceite no campo da representação do animador sociocultural, uma vez que, apenas, 20% dá nota positiva, em simultâneo, a ambos os itens.

“Amigo”/”Vocação” (69)

Na distribuição de notas atribuída por cada sujeito simultaneamente a “amigo”/”vocação”, observamos que 50% dão simultaneamente nota negativa a ambos os itens e que apenas, 20% dão nota positiva.

Podemos inferir que esta associação de itens é fortemente partilhada pelo grupo como não aceite no campo da representação do animador sociocultural.

“Dinâmico”/”Polivalente” (50)

Na distribuição de notas atribuídas por cada sujeito simultaneamente a “dinâmico”/”polivalente”, observamos que 50% dos sujeitos deste grupo dão nota positiva a ambos os itens e 20% dá simultaneamente nota negativa a ambos.

Podemos inferir que há uma forte consensualidade no grupo na aceitação desta associação de itens no campo da representação do animador sociocultural.

“Polivalente”/”Consciencializador” (58)

Para este grupo 50% dos sujeitos atribuem simultaneamente nota negativa a “polivalente” e “consciencializador” e 10% atribuem nota positiva a ambos. Podemos inferir que há uma forte consensualidade sobre a não aceitação desta associação de itens no campo da representação do animador sociocultural.

“Pessoas”/”Dedicação” (.61)

Na distribuição de notas atribuído por cada sujeito simultaneamente a “pessoas”/”dedicação”, observamos que 50% dão nota positiva a ambos os itens e 30% dão nota negativa a ambos.

Podemos inferir que esta associação de itens é fortemente partilhada pelo grupo como aceite no campo da representação do animador socio-cultural.

“Dialogante”/”Criativo” (.57)

Na distribuição de notas atribuído por cada sujeito simultaneamente a “dialogante”/”criativo” observamos que 80% dos sujeitos atribuem a mesma nota a “dialogante”/”criativo”. Não se regista ao nível deste grupo atribuição de nota negativa a ambos os itens.

É uma associação que é fortemente partilhada pelo grupo como aceite no campo da representação do animador sociocultural.

“Lúdico”/”Estudioso” (.56)

Na distribuição de notas atribuído por cada sujeito à associação “lúdico”/”estudioso”, observamos que 60% dos sujeitos dão nota negativa a ambos os itens e 20% dão nota positiva. Podemos inferir que esta associação de itens é fortemente partilhada como não aceite no campo da representação do animador sociocultural.

“Empatia”/”Dinamizador” (.74)

Na distribuição de notas atribuído por cada sujeito simultaneamente a “empatia” e “dynamizador” observamos que 50% dos sujeitos dão nota positiva a ambos os itens. Podemos inferir que esta associação de itens é aceite no campo da representação por 50% dos sujeitos.

2 — Identificação de “centralidades” ou de itens estruturantes.

Pela descrição do grafo de semelhanças da árvore máxima, constatamos a existência de itens que apresentam um poder de conexão e de organização com algum destaque.

Os itens referidos são: “criativo”, “polivalente”, “amigo”, “facilitador”, “comunicativo”.

Dada a sua configuração no grafo, o poder estruturante que revelam, nomeadamente a ocorrência de conjuntos agregados significativos (ciclos, triângulos), possuírem arestas elevadas, a configuração estrelar que alguns assumem, permite-nos encará-los, nesta análise descritiva, como potenciais a “centralidade”.

Assim, apoiados nos critérios de centralidade, que temos vindo a referir, vamos procurar seleccionar entre estes itens, aqueles que, efectivamente, reúnem as condições para formular hipótese de “centralidade”.

2.1. Critérios de “centralidade”

2.1.1. Critério de saliência

Posição média de cada item numa escala de 2 a -2

Itens	Médias
Dinamizador	1.6
Criativo	1.4
Comunicativo	1.4
Dinâmico	1
Vocação	0.6
Dedicação	0.4
Disponibilidade	0.3
Inteligente	0.1
Dialogante	0.1
Pessoas	0
Polivalente	- 0.1
Empatia	- 0.1
Perseverante	- 0.4
Boa disposição	- 0.5
Educador	- 0.6
Estudioso	- 0.7
Amigo	- 0.9
Lúdico	- 1
Consciencializador	- 1
Facilitador	- 1.7

Neste quadro, que refere a posição média de cada item numa escala +2 a -2, verificamos que, entre os itens escolhidos, com possibilidades de centralidade, os mais salientes, ou seja, os que apresentam a ponderação média mais elevada, são por ordem decrescente, os seguintes:

“Criativo” (1.4)

É considerado fortemente saliente. Para este grupo, 100% dos sujeitos deram nota positiva, donde poderemos inferir que este item é 100% partilhado pelo grupo como um item que tem uma forte significação de importância e portanto, uma posição mais centrada em relação aos outros itens no campo da representação do animador sociocultural.

“Comunicativo” (1.4)

É considerado fortemente saliente. Para este grupo 90% dos sujeitos deram nota positiva, assumindo 10% uma posição neutra. Podemos inferir que este item é 90% partilhado pelo grupo como um item que tem uma forte significação de importância e portanto, ocupa uma posição mais centrada em relação aos outros itens no campo da representação do animador sociocultural.

“Polivalente” (- 0.1)

Constatamos que ao nível do grupo 50% dos sujeitos deram nota negativa, enquanto que 40% deram nota positiva, registando-se 10% que assumiram posição neutra. Podemos inferir que para este grupo, este item revela-se para 40% dos sujeitos como um item importante no campo da representação do animador sociocultural.

“Amigo” (- 0.9)

Para este grupo, 80% dos sujeitos deram nota negativa a este item numa escala de 2 a -2, contra 20% que assumiram uma posição neutra.

Podemos inferir que este grupo partilha fortemente da não importância deste item no campo da representação do animador sociocultural.

“Facilitador” (- 1.7)

Para este grupo 90% dos sujeitos deram nota negativa, contra 10% que deram positiva. Observamos que apenas, 10% dos sujeitos dão importância a este item no campo da representação do animador sociocultural.

Em síntese, relativamente a este critério, somos levados a considerar que entre os itens indicados, “criativo” e “comunicativo” são os itens mais salientes. Ambos têm o mesmo grau de saliência (1.4)

2.1.2. Critério de conexidade

Recorrendo ao processo de “filtragem de cliques”, vamos, procurar descobrir, entre estes itens seleccionados os que são mais conexos.

Nesse sentido, iniciamos o processo, a partir de um filtro de 45, sujeitando posteriormente, os dados a filtros de 40 e 30.

Assim, para cada filtro vamos descrever a organização do grafo e a indicação dos respectivos cliques.

Filtro .45

O grafo de semelhanças deste filtro (Anexo P) revela, apenas, cadeias de relações associativas de itens. Não se registam cliques de acordo com a noção de clique.

Filtro .40

O grafo deste filtro (Anexo P) revela-nos:

1. Agrupamento quadrangular constituído pelos itens “polivalente”, “comunicativo”, “amigo”, “dinâmico”.

Possui 2 conjuntos agregados.

\wedge (“comunicativo”, “dinâmico”, “amigo”)

\wedge (“comunicativo”, “polivalente”, “dinâmico”)

2. Conjunto agregado triangular

\wedge (“disponibilidade”, “facilitador”, “criativo”)

3. Cliques

1º clique (“comunicativo”, “dinâmico”, “amigo”)

2º clique (“comunicativo”, “polivalente”, “dinâmico”)

3º clique (“disponibilidade”, “facilitador”, “criativo”)

Filtro .30

O grafo deste filtro (Anexo P) revela-nos:

1. Agrupamentos

1.1. Agrupamento quadrangular constituído pelos itens “comunicativo”, “dinâmico”, “amigo”, “polivalente”.

Possui 3 conjuntos agregados:

\wedge (“comunicativo”, “amigo”, “polivalente”)

\wedge (“comunicativo”, “dinâmico”, “amigo”)

\wedge (“dinâmico”, “amigo”, “polivalente”)

1.1.2. Agrupamento quadrangular constituído pelos itens “disponibilidade”, “facilitador”, “dialogante”, “criativo”.

Possui 2 conjuntos agregados:

\wedge (“facilitador”, “dialogante”, “criativo”)

\wedge (“disponibilidade”, “facilitador”, “criativo”)

2. Conjuntos agregados.

\wedge (“amigo”, “boa disposição”, “vocação”)

3. Cliques:

4º Clique (“comunicativo”, “dinâmico”, “amigo”)

5º Clique (“comunicativo”, “amigo”, “polivalente”)

6º clique (“comunicativo”, “dinâmico”, “polivalente”)

7º Clique (“dinâmico”, “amigo”, “polivalente”)

8º Clique (“amigo”, “boa disposição”, “vocação”)

9º Clique (“disponibilidade”, “facilitador”, “criativo”)

10º Clique (“facilitador”, “dialogante”, “criativo”)

Em síntese, constatamos que para um filtro máximo (filtro 45, neste caso) não se registam cliques. Nos filtros 40 e 30 o. item “comunicativo” é mais conexo que “amigo” e “criativo”.

No entanto, podemos concluir que através deste processo nenhum dos itens “criativo”, “comunicativo”, “amigo” reúnem as condições de conexão exigidas por este critério, uma vez que nenhum destes faz parte dos cliques do filtro máximo, devido á sua inexistência nesse filtro.

Para além do processo de filtragem de cliques procurámos analisar a associatividade de cada um dos itens: “criativo”, “polivalente”, “amigo”, “comunicativo”, “facilitador”, ao nível do filtro 45, 40, 30.

“Criativo”

Filtro .45

— Associa-se a 1 item

Filtro .40

— Associa-se a três itens

— Forma \wedge com “disponibilidade”, “facilitador”.

Filtro .30

— Associa-se a 4 itens

— Forma \wedge com “disponibilidade”, “facilitador”

— “ \wedge com “facilitador”, “dialogante”

"Polivalente"

Filtro .45

— Associa-se a 2 itens

Filtro .40

— Associa-se a três itens

— Forma \wedge com “dinâmico”, “comunicativo”

Filtro .30

— Associa-se a 4 itens

— Forma \wedge com “comunicativo”, “amigo”

— “ \wedge com. “dinâmico”, “amigo”

“Facilitador”

Filtro .45

Filtro .40

— Forma \wedge com “disponibilidade”, “criativo”

Filtro .30

— Associa-se a três itens

— Forma \wedge com “disponibilidade”, “criativo”

— “ \wedge com “dialogante”, “criativo”

“Amigo”

Filtro .45

— Associa-se a três itens

Filtro .40

— Associa-se a três itens

— Forma \wedge com “comunicativo”, “dinâmico”

Filtro .30

— Associa-se a 5 itens

— Forma \wedge com “comunicativo”, “polivalente”

— “ \wedge com “boa disposição”, “vocação”

— “ \wedge com “dinâmico”, “polivalente”

“Comunicativo”

Filtro .45

— Associa-se a 1 item

Filtro .40

— Forma \wedge com “polivalente”, “dinâmico”

— “ \wedge com “dinâmico”, “amigo”

Filtro .30

— Forma \wedge com “amigo”, “polivalente”

— “ \wedge com “dinâmico”, “amigo”

— “ \wedge com “dinâmico”, “polivalente”

Mais uma vez, poderemos apontar, entre estes itens, “comunicativo” como o item que revela maior associatividade, seguido do item “amigo” e “criativo”.

Síntese: relativamente a este critério, apoiados pelo processo de filtragem de cliques, de que temos alguma reserva uma vez que não há cliques no clique máximo, e também apoiados pela análise associativa a cada um dos itens escolhidos ao nível dos filtros 45, 40, 30, consideramos o item “comunicativo” como o mais conexo, apesar dos constrangimentos referidos.

2.1.3. Comparação de frequência do(s) item(s) a “centralidade” no dicionário de palavras deste grupo pela técnica associação livre de palavras.

Observando-se a frequência destes itens no dicionário das palavras produzidas por este grupo através da técnica da associação livre (T.A.L.P.), constatamos através deste quadro que “comunicativo” é o que apresenta maior frequência de evocação pelos sujeitos, seguido do item “criativo.”

Itens	Frequências	Percentagens
Comunicativo	7	70%
Criativo	6	60%
Polivalente	3	30%
Amigo	3	30%
Facilitador	2	20%

Em síntese, ao nível deste critério, “comunicativo” é o item que tem maior significação de importância para este grupo, embora “criativo” revele também, um grau de significação de importância saliente.

2.1.4. Critério omissão dos itens do grafo de semelhança da árvore máxima.

“Criativo” e “comunicativo” fazem parte, cada um, de um sub. grafo da árvore máxima, constituindo estes dois sub.grafos a organização interna da representação social do animador sociocultural para este grupo.

A omissão do item “criativo” do respectivo sub. grafo conduz à não conexão deste agrupamento, ou seja, formação de cadeias associativas de itens. Neste sentido, o sub. grafo destrutura-se e perde significação.

A omissão do item “comunicativo” do respectivo sub. grafo, conduz á formação de um sub. grafo, registando-se por um lado, perda associativa por parte de alguns itens: “amigo”, “dinâmico”, “polivalente” e, sentido de significação.

Em suma, a omissão destes dois itens conduziria, provavelmente, á desorganização da representação, pondo em causa a sua significação.

No entanto, temos algumas reservas, em considerar estes dois itens como os mais organizadores da representação.

2.2 Conclusão:

Na sequência do desenvolvimento acerca das centralidades da representação para este grupo social, consideramos, entre os itens seleccionados, os itens “comunicativo” e “criativo” como os que reúnem melhores condições para a formulação de hipótese de centralidade.

Com efeito:

— Ambos, são simultaneamente os mais salientes (1.4), dos itens escolhidos e no corpus dos itens da representação, ocupam a 2^a posição mais elevada. “Dinamizador” ocupa a 1^a (1.6).

— Ao nível da conexidade, “comunicativo” apresenta-se em melhores condições, embora, o critério de conexidade, por nós utilizado, não se verifique. Ao nível dos itens escolhidos, “criativo” ombreia com “amigo” numa 2^a posição.

— Em nossa opinião, “criativo” e “comunicativo”, são duas características do animador sociocultural sendo “comunicativo” também específico.

Também este grupo atribuiu uma significação de importância saliente a ambos os itens conforme demonstrado na frequência que estes obtiveram no dicionário de palavras.

— A omissão de ambos, põe em risco a organização da representação.

Por estas razões apresentadas, julgamos que os itens “comunicativo” e “criativo”, deveriam ser sujeitos à verificação da centralidade pelos métodos apropriados, e conseqüentemente, a sua validação, como constituintes do núcleo central desta representação.

No entanto, pomos algumas reservas quanto à centralidade, considerando que o critério “conexidade” não se verificou para estes itens, o que, nos possibilita, à priori, pôr em causa, a existência de núcleo central nesta representação construída por este grupo social. Este pressuposto conduz-nos a inferir que esta representação não apresenta uma estrutura interna suficientemente organizada, ou seja, que os elementos do seu conteúdo não se organizam em torno de um ou dois elementos mais organizadores, que dêem significação à representação, admitindo-se, por isso, a possibilidade, ao nível deste grupo, da existência de contornos representacionais do que propriamente, uma representação social do animador sociocultural.

No Anexo P encontra-se o grafo da árvore máxima, os grafos de filtros, ordenamento dos itens numa escala de 1 a 5 que convertida para uma escala 2 a -2, o valor 1 corresponde a +2 e o 5 a -2.

1.4.4. SÍNTESE:

O processo de aplicação da técnica “análise de similitude” que acabámos de efectuar ao nível da estrutura organizativa de cada representação dos grupos sociais considerados, orientou-se no sentido de encontrar para cada estrutura representacional, o núcleo central da representação de cada grupo social considerado.

Para o efeito, foi-se procurar para cada estrutura organizativa de cada representação do animador sociocultural, o ou os itens com probabilidades a “centralidades” e, que sujeitos à confirmação dessa centralidade, por métodos confirmativos, poder-se-ia, então, chegar, à conclusão acerca da existência e composição do núcleo central de cada uma das representações estudadas.

No nosso estudo, com efeito, identificámos para cada estrutura representacional do animador sociocultural, os itens em condições de formular hipótese de “centralidade”. Todavia, não nos foi possível confirmar a sua “centralidade” e conseqüentemente, a identificação dos núcleos centrais das representações respectivas, devido a condicionalismos já referidos no capítulo da metodologia.

Embora, com as reservas referidas anteriormente, nomeadamente, as que se baseiam em ilações retiradas da aplicação dos critérios de centralidade, apontamos, no entanto, através deste quadro, os itens que se apresentam melhor posicionados a “centralidades”.

Grupos	Itens
Grupo 1	Comunicativo
Grupo 2	Dinamizador, Disponibilidade
Grupo 3	Criativo, Comunicativo

Apesar da indicação destes itens a formulação de hipótese de “centralidade” julgamos que a representação do animador sociocultural apresenta-se pouco estruturada ao nível dos grupos 1 e 3 tendo em consideração a representação gráfica de cada representação do animador sociocultural de cada grupo e a respectiva “análise de similitude”. O grupo 2 é o que revela uma representação social mais estruturada, admitindo-se, possivelmente, a existência de núcleo central.

Assim, a representação surge como menos estruturada no grupo 1, no grupo 2 como a mais estruturada e finalmente, no grupo 3 mais estruturada que no grupo 1 e menos, comparativamente ao grupo 2.

Esta observação, embora que prematura por não ter sido confirmada a “centralidade” dos itens referidos, leva-nos, apesar de tudo, a admitir

dificuldades na identificação do N.C. pondo mesmo em causa a sua existência. Nesse sentido, estaríamos mais inclinados em admitir, com maior probabilidade, a existência de contornos representacionais do que propriamente representação, para os grupos 1 e 3, admitindo, no entanto, a possibilidade de núcleo central para a representação, ao nível do grupo 2, considerando a organização da sua estrutura interna. Assim, a representação do animador sociocultural surgiria ao nível dos grupos 1 e 2 como “contornos representacionais”, mais esbatidos no grupo 1, revelando-se ao nível do grupo 2, por uma estrutura interna mais organizativa.

2- Apresentação dos resultados das entrevistas

1ª Dimensão de análise: a função do animador sociocultural

Na análise desta dimensão do conteúdo das entrevistas, organizámos as respostas em categorias à posteriori que emergiram no decorrer das leituras que efectuámos da transcrição do dito dos entrevistados, quer quando nos respondiam à primeira pergunta que lhes colocámos “o que é para si o animador sociocultural, quer noutras ocasiões ao longo das entrevistas.

Embora estas categorias tenham sido definidas à posteriori, no entanto, tínhamos um quadro categorial referencial à priori, identificado pelos itens lexicais do conteúdo da representação e que se tornaram coincidentes na nossa análise.

As categorias desta dimensão são: relação, dinamizador, polivalente, educador, consciencializador, pesquisa, facilitador.

Considerando a metodologia utilizada no nosso estudo, a análise desta dimensão limita-se à contextualização de cada categoria componente do conteúdo da representação.

Para o efeito, através dos quadros de análise de conteúdo, (Anexo Q) procurámos identificar cada uma das categorias através das respostas dadas pelos entrevistados dos três grupos.

As categorias que se identificaram, nesta dimensão podem ser justificadas da seguinte forma:

1— Educador

Dentro desta categoria, o animador é considerado como agente de desenvolvimento e por isso, tem como função ajudar as pessoas, através do “agir”, ou seja, participação activa nas actividades de “animação” a auto descobrirem as suas capacidades e potencialidades até então despercebidas, numa perspectiva de crescimento e desenvolvimento da “pessoa” e do grupo.

“... é ajudar as pessoas a descobrirem que tipo de actividades culturais elas gostam de desenvolver e que lhes permita, a elas próprias, transformarem-se e serem pessoas. A função do animador é ajudar a descobrir.”

2— Dinamizador

Nesta categoria, a função do animador é encarada na perspectiva de mobilizar as “energias” individuais e interindividuais do grupo, através de uma participação activa e partilhada em actividades comuns, com vista à concretização de objectivos comuns propostos.

“ ... arranjar formas de participação activa das pessoas em processos de mudança ... o trabalho do animador é um trabalho de dinamização”

3— Polivalente

A função do animador consoante o tipo dos “públicos animados” com que trabalha e as suas circunstâncias, implica o desenvolvimento de actividades muito diversas e a utilização e domínio de técnicas de animação variadas, por isso, a natureza polivalente de que se reveste a função do animador.

“ ... o animador cultural não poderá ser um especialista numa área, especialmente num espaço como este ... é uma actividade polivalente.”

4— Consciencializador

Encarado o animador como um agente de desenvolvimento, de intervenção social, na sua relação com o “grupo de animados” desenvolve simultaneamente uma acção de sensibilização procurando despertar no grupo o sentimento e a necessidade de coisas diferentes, proporcionando o alargamento de consciência, numa perspectiva de desenvolvimento “pessoal” e simultaneamente motivá-los para o “agir”, na medida em que a concretização dos interesses e aspirações do grupo passam necessariamente pelo empenhamento e participação deste.

“ ... o animador tem que despertar nas pessoas o sentimento e a necessidade de outras coisas, novos horizontes, na abertura de novas fronteiras que estão fechadas e que é preciso despertar nas pessoas ... ”

5— Relação

O animador trabalha com pessoas para outras pessoas — trabalha no terreno— desenvolvendo uma práxis de “relação” orientada para a comunicação/acção dos grupos e das pessoas directamente envolvidos na “animação”, possibilitando o surgimento de relações interindividuais e grupais consistentes, que se revestem numa participação activa em projectos comuns.

“ ... todo o animador desenvolve um trabalho social, se bem que alguns com uma relação mais directa com as pessoas e outros, menos directa ... eu penso que a característica básica do animador é o relacionar-se com os outros.”

6— Facilitador

Nesta categoria, a função do animador é facilitar a “vida” dos grupos, num quadro activo de relações interindividuais, intergrupais e institucionais, onde o diálogo e a comunicação jogam um papel fundamental.

“ ... é um facilitador da comunicação. Facilita não só as relações interindividuais mas também as relações entre grupos e instituições.”

7— Pesquisa

O trabalho da “animação” pressupõe da parte do animador uma função de pesquisa, de estudo, sobre o meio onde vai actuar, uma vez que ele trabalha no terreno, procurando satisfazer, com o grupo de “animados” directamente envolvidos, os interesses e aspirações desse mesmo grupo. Também pressupõe uma pesquisa e estudo sobre áreas de saber onde irá intervir e utilizar, para poder realizar as actividades de “animação” inerentes.

“ ... trabalha no terreno numa perspectiva de investigar, de conhecer os meios e em função deles— dos meios e das necessidades da população — actuar de acordo com os interesses dessa população.”

2ª dimensão de análise: perfil/personalidade do animador sociocultural

Na análise desta dimensão do conteúdo das entrevistas organizámos também as respostas em categorias à posteriori que emergiram no decorrer das leituras que efectuámos da transcrição do dito dos entrevistados quando nos respondiam à pergunta que lhes colocámos “para si, como descreveria o perfil do animador sociocultural: personalidade, características pessoais...?”

Também, neste caso, havia à priori um quadro categorial referencial identificado pelos itens lexicais do conteúdo da representação.

As categorias desta dimensão são: comunicativo, criativo, empatia, sensibilidade, estudioso, espírito de equipa, disponibilidade, boa disposição, vocação, dialogante, dedicação, inteligente, acertivo, perseverante, amigo.

Através dos quadros de análise de conteúdo (Anexo Q) procurámos identificar cada uma das categorias através das respostas dadas pelos entrevistados dos três grupos.

As categorias que se identificaram, nesta dimensão podem ser justificadas da seguinte forma:

1— Comunicativo

Nesta categoria, o animador reveste-se como uma pessoa comunicativa, expansiva, e com grande facilidade de relacionamento com os outros; características pessoais que se prendem com a função de relação.

“ ... o animador tem de ter um poder de comunicação muito grande.”

2 — Criativo

O trabalho da “animação” é o grupo e a sua circunstância, donde ser um trabalho de criação, inovação e não repetitivo. Por isso, a natureza polivalente da função animador, requer do animador imaginação, poder criativo, inovação.

“ ... o animador deve tentar criar necessidades nas pessoas e tentá-las satisfazer... não há receitas. O que se adequa aqui em termos de trabalho de animação, poderá estar completamente desfazado em relação a Lisboa.”

3— Empatia

A relação da “animação” ou seja, animador/grupo animados, nos objectivos da animação que consistem na satisfação dos interesses expectativas e aspirações dos animados, o animador tem de ser empático nesta relação, ou seja, perceber realmente o outro naquilo que ele deseja e porque é que deseja aquela actividade, porque é que aquela actividade é importante para ele.

“ ... ser empático com os outros, isto é, perceber realmente o outro naquilo que ele deseja e porque é que deseja, porque é que aquela actividade é importante para ele ... ”.

4— Sensibilidade

Ser sensível.

“ ... tem a ver com sensibilidade”

5- Estudioso

Procura de “saber” que se prende, por um lado, com a concretização de “actividades de animação”, e por outro, numa perspectiva de valorização pessoal, adquirindo uma formação pela práticas e ou pela academia.

“ ... tem de saber e esse saber tem de transmitir... deve fundir num só, a cultura adquirida pela academia e a adquirida pela academia da vida...”

6— Espírito de equipa

Capacidade para trabalhar em grupo.

“ ... ter espírito de equipa.”

7- Disponibilidade

Estar com os outros e para os outros.

“ ... estar disponível significa saber ouvir os outros, estar com os outros e estar para os outros.”

8— Boa Disposição

Estar com bom humor no receber e no dar na sua forma de relação com o outro.

“ ... tem de se uma pessoa bem disposta...”

9— Vocação

Prende-se com características inatas/aptidões, inerentes à personalidade do animador, manifestando-se na profissão como uma realização pessoal.

“ ... a animação sociocultural é uma actividade social assente na relação com os outros. É preciso gostar-se fundamentalmente desta actividade— gostar de trabalhar com pessoas e para pessoas—.”

10 - Dialogante

Capacidade para ouvir, abrir diálogos, ter um espírito aberto.

“ ... capacidade de escutar os outros e não manipular opiniões, o animador tem de ter uma grande capacidade para abrir diálogos.”

11 - Dedicção

Nesta categoria, salienta-se na personalidade do animador, características que se prendem com empenhamento pessoal, voluntariedade, capacidade de dádiva, ou seja, pensar mais nos outros do que em si próprio.

“... acima de tudo, tem de ser uma pessoa devotada aquilo que está a fazer e que goste...”

12- Inteligente

Nesta categoria, inteligente reveste-se como uma forma de sensibilidade do animador para gerir as diferentes situações que confronta, capacidade de gerir grupos diferentes e objectivos diferentes, em momentos e circunstâncias específicas.

“ ... capacidade de dar a volta às situações mais complicadas ... capacidade para prever.”

13— Acertivo

Nesta categoria, assentam as características pessoais que se prendem com o ser-se verdadeiro, leal, coerência e integridade pessoal.

“ ... uma pessoa muito consciente, essencialmente muito honesta no seu trabalho”.

14 - Perseverante

Capacidade de determinação para a concretização dos objectivos propostos.

“ ... ter a facilidade de levar não na cara e voltar sempre, até conseguir.”

15— Amigo

Nesta categoria a faceta pessoal revela-se por uma preocupação com os outros manifestada por relações interpessoais fortes.

“ ... tem de ser uma pessoa simpática, que se preocupa com os outros e interage com eles.”

Considerado por concluído este capítulo que é constituído pela apresentação dos resultados através das técnicas associação livre de palavras e entrevista, no capítulo seguinte, vamos procurar com os dados de que dispomos — frequências obtidas na hierarquização das palavras, “centralidades”, análise qualitativa das entrevistas— reconstruir a representação social do animador sociocultural para cada grupo social considerado neste trabalho.

V CAPÍTULO

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme temos vindo a ventilar ao longo deste estudo, a prática da animação foi-se desenvolvendo, mais marcadamente ao longo destes últimos 20 anos, no campo associativo e institucional, traduzindo-se, progressivamente, num processo de institucionalização e de profissionalização da actividade “animador”, com tendencia actualmente, para um reconhecimento oficial da profissão.

Como refere J.Dumazier in “Profession-Animateur”: “a profissionalização da animação é o resultado de uma evolução assim como a profissionalização de outras formas de educação ou de trabalho social, por que já passaram; uma necessidade social primeiramente satisfeita por uma actividade voluntária, provoca uma profissionalização de uma parte desta actividade, tornada insuficiente.”

Assim, nesta trajectória evolutiva da função voluntária/função profissão do “ANIMADOR” construíram-se, possivelmente, estruturas representacionais em torno desta figura; figura que se foi construindo e impondo-se socialmente, pelo desenvolvimento de práticas sociais e culturais.

A problemática do nosso estudo consiste em verificar se existe uma estrutura representacional sobre o animador sociocultural ou, pelo contrário, estruturas representacionais construídas por grupos de animadores com trajectórias diversificadas no campo da animação sociocultural.

Considerado o objectivo deste estudo— estudar a representação social do animador sociocultural construída por três grupos de indivíduos com diversos percursos na sua actividade de animador—, levantam-se as seguintes questões:

— Será que existe uma estrutura representacional do animador sociocultural comum aos três grupos, independentemente das trajectórias dos membros de cada grupo?

— Ou, em alternativa, será que a estrutura representacional do animador sociocultural diferenciar-se-á consoante a constituição dos membros de cada grupo?

Embora o nosso estudo, não apresente hipóteses, dado que não se tem fundamento para direccionar um sentido possível para as respostas a estas questões, todavia, a orientação deste capítulo estruturar-se-á na direcção de construir uma resposta às questões formuladas.

Assim, partindo dos resultados obtidos: frequências obtidas na hierarquização das palavras, análise de similitude, análise qualitativa das entrevistas, vamos procurar reconstruir a representação do animador sociocultural para cada um dos grupos sociais considerados; salientar as especificidades de cada uma; fazer uma análise comparativa inter- grupos e finalmente, identificar, se possível, um referencial comum aos três grupos.

1- Reconstrução da representação do animador sociocultural:

Esta fase constitui na perspectiva de Abric (1994) a análise de argumentação: o investigador dispondo do conteúdo da representação, da estrutura interna e do núcleo central, vai procurar, por meio da análise qualitativa das entrevistas, completar a análise, observando como é que estes componentes da representação social do animador sociocultural, diferentes entre si, se integram num discurso argumentado.

Neste sentido, vamos procurar reconstruir a representação social do animador sociocultural para cada grupo social considerado neste estudo.

1.1. Grupo 1, isto é, grupo de profissionais animadores socioculturais que frequentaram o curso superior de animadores socioculturais.

A representação gráfica da representação do animador sociocultural para este grupo social, revela-se pouco estruturada, de acordo com os resultados referidos no capítulo anterior. A leitura da árvore máxima revela uma relação associativa forte dos itens “comunicativo”-”criativo” que se prendem com qualidades pessoais do animador, revelando-se muito significativas para este grupo, no que diz respeito ao perfil do animador.

A relação associativa referida insere-se num espaço semântico contornado pela sequência de itens “polivalente”, “dinamizador”, “criativo”.

A análise das frequências obtidas pela hierarquização das palavras revela grandes idiosincrasias neste grupo confirmadas pelas ponderações médias positivas mas, baixas registadas para os itens lexicais.

Da análise de similitude, retira-se a ilação de que a representação em causa tem uma estrutura pouco organizada, e daí, ao indicarmos a presença de centralidades, fazêmo-lo com algumas reservas, devido a estarmos em presença de uma estrutura relativamente pouco estruturada, pelo que poderá, possivelmente, pôr em causa a identificação do seu núcleo central.

A aplicação dos critérios de “centralidades “ indica-nos como hipótese de maior probabilidade a centralidade o item “comunicativo”, entre os itens do corpus da representação. No entanto, esta indicação coloca-nos dificuldades, uma vez que os critérios de saliência e de conexidade não têm expressão ao nível deste item.

Nesta ordem de sequências, estamos em presença de uma representação onde se constata, possivelmente, a ausência de elementos organizadores, que estruturam e dão significação à representação, e por isso, nesta ordem de ideias, estejamos, apenas, na presença de elementos periféricos.

Abric (1994) refere que o funcionamento das representações sociais é regido por dois sistemas complementares: o sistema central e o sistema periférico.

O sistema central constituído pelo N.C. da representação, constitui a base comum, colectivamente partilhada das representações sociais. A sua função é consensual. É através dele que se realiza e se define a homogeneidade de um grupo social... o sistema central é estável, coerente, consensual e historicamente marcado.

O sistema periférico constitui o interface entre a realidade concreta e o sistema central. A sua flexibilidade permite a integração na representação de variações individuais ligadas à história do sujeito, às suas experiências pessoais, ao seu vivido. Permite, portanto, a elaboração de representações sociais individualizadas organizadas, todavia, em torno de um N.C. comum e, se forem consensuais pelo seu sistema central, as representações sociais podem admitir fortes diferenças interindividuais no sistema periférico.

No caso presente, admitindo-se, possivelmente, a ausência de núcleo central, somos levados a concluir mais pela existência de representações individuais do que propriamente uma representação social do grupo; pelo que, poderemos admitir como uma 1ª hipótese a existência de

“contornos representacionais” do que propriamente uma representação social estruturada do animador sociocultural, ao nível deste grupo social.

A integração dos dados da análise de similitude e as frequências obtidas pela hierarquização dos itens orientam-nos mais para a possibilidade de um contorno representacional “animador comunicador” construído por este grupo.

A análise qualitativa das entrevistas revela:

O animador sociocultural como um interveniente social. É um indivíduo que trabalha com o grupo, com a comunidade no terreno, tendo em vista que o grupo/comunidade alcance os objectivos propostos, traduzidos na melhoria das suas condições de vida, no seu desenvolvimento intelectual e pessoal. É um facilitador da “vida dos grupos”. Facilita a comunicação, desenvolvendo no seio do grupo relações interpessoais fortes entre os seus membros, estimula a participação activa destes, criando dinâmicas através do “agir” conducentes a maior autonomia e protagonismo desse grupo na construção e realização das suas necessidades, expectativas e aspirações.

Este trabalho de comunicação e de dinamização orientado para mobilizar energias individuais e interindividuais do grupo, reforçando a participação activa e partilhada dos membros do grupo na concretização de actividades comuns, requer que o animador seja um indivíduo aberto, criativo, possuindo um grande poder de comunicação, grande facilidade de relacionamento.

No sentido de melhor contextualizar e caracterizar a representação reconstruída, transcrevemos algumas passagens do discurso dos entrevistados, consideradas como mais ilustrativas desta representação:

Entrevistado nº 8: “... é um indivíduo que trabalha no terreno numa perspectiva de investigar, de conhecer os meios e em função deles, dos meios e das necessidades da população, actuar de acordo com os interesses da população... no fundo, é o indivíduo que trabalha com o grupo”

Entrevistado nº 4: "... o resultado do seu trabalho é a satisfação das ambições, portanto, das necessidades das pessoas com quem o animador se relaciona ... são necessidades de ordem social, cultural, económica, porque quando nos reunimos com as populações, com as mais variadas camadas das populações, vamos procurar com elas, as respostas às suas necessidades ..."

Entrevistado nº 5: "... é alguém que intervém conseguindo distanciar-se do problema onde intervém, trabalhe com mais pequenos, adultos, com vários grupos etários em simultâneo. É alguém que estimula, que tenta facilitar as coisas, sem efectivamente se integrar nelas; é alguém que está de fora, estando por dentro ..."

Entrevistado nº1: "... é uma pessoa que tem de ser realmente comunicativa, tem de ser criativa ... tem de ter um espírito de equipa ..."

1.2. Grupo 2, ou seja, grupo de animadores estagiários finalistas do curso superior de animadores socioculturais

A representação gráfica da representação do animador sociocultural para este grupo social, revela-se, através da árvore máxima, mais estruturada que o grupo 1, apresentando sub conjuntos agregados com poder associativo relevante, integrados por itens conexivos fortes, ou seja, com a configuração em forma de estrela. Observa-se um nº superior de relações associativas fortes em relação ao grupo 1, donde poderemos inferir que existe a nível deste grupo maior partilha e consensualidade ao nível dos seus membros no que respeita ao grau de aceitação de relações associativas, com poder de proximidade significativa, no campo da representação do animador sociocultural, revelando-se indicadores com algum peso na estrutura da representação.

A leitura das frequências obtidas na hierarquização das palavras, remete-nos para a existência de menos idiosincrasias, registando-se ponderações médias positivas mais elevadas nos itens lexicais que no grupo 1. Poderemos inferir que há uma maior partilha e consensualidade neste grupo, relativamente á hierarquização dos itens lexicais, constituindo um indicador de peso a acrescentar, à noção de existência, para este grupo, de uma representação do animador mais estruturada revelada pela árvore máxima e análise de similitude.

Da análise de similitude poderemos inferir que para este grupo a representação do animador sociocultural remete também, como no grupo 1, para as qualidades pessoais do animador exigíveis para o exercício da sua função, muito salientadas no sub. grafo que integra a relação associativa forte, disponibilidade-dinamizador.

A análise de similitude aponta como hipótese de probabilidade de centralidades, os itens “disponibilidade”, “dynamizador”.

Neste sentido, estes itens seriam estruturantes da representação “animador disponível”, da representação “animador dinamizador”.

Retendo os dados da análise de similitude, a representação social do animador sociocultural, para este grupo, revela-se com fortes possibilidades da existência de um núcleo central constituído pelos itens “disponibilidade”, “dynamizador”.

Retomando Abric (1994, pag. 21-26) é este núcleo que dá á representação a sua significação. Á volta deste núcleo organizam-se os elementos periféricos. Estes constituem o essencial do conteúdo da representação. Estão hierarquizados, ou seja, podem estar mais ou menos próximos dos elementos centrais: próximos do N.C., desempenham um papel importante na concretização da significação da representação; mais distantes: ilustram, explicitam ou justificam esta significação.

Como faz notar este autor, os elementos periféricos têm três funções essenciais. Função concretização: directamente dependentes do contexto, eles resultam da ancoragem da representação na realidade e permitem a “roupagem” em termos concretos. Eles dizem respeito ao presente e ao vivido dos sujeitos.

Função regulação: mais flexíveis que os elementos centrais, os elementos periféricos jogam um papel fundamental na adaptação da representação às evoluções do contexto. E, finalmente, uma função de defesa: o sistema periférico funciona como o sistema de defesa da representação. Constitui o que Flament (1987) designa por “para-choque”.

Portanto, a leitura integrada pelas frequências obtidas na hierarquização das palavras e pela análise de similitude — árvore máxima, elementos com probabilidades a centralidade —, poderemos inferir que para este grupo social, a representação do animador é uma pessoa com grande disponibilidade muito assente numa atitude dialogante que requer um espírito de abertura, afabilidade, boa disposição; deve ser ainda uma pessoa dinamizadora, revelando postura dinâmica no desempenho das suas funções.

A análise qualitativa das entrevistas deste grupo revela:

O animador sociocultural como um agente de desenvolvimento dos indivíduos e dos grupos, cuja acção se caracteriza por uma intervenção num determinado meio, e em ligação a este, ao nível das relações entre os indivíduos, entre os grupos e ao nível das relações com as estruturas sociais.

Para o exercício desta função— dinamizar grupos e contribuir para o seu auto desenvolvimento—, este grupo social atribui como qualidades mais elegíveis do animador a disponibilidade no sentido, de que o animador deve saber ouvir os outros, estar com os outros e estar para os outros, ter um espírito aberto, dialogante e dinâmico.

Também, para melhor ilustrar a função do animador neste grupo, transcrevemos:

Entrevistado nº 11: “... o papel do animador é dinamizar grupos, pessoas de forma a que as pessoas canalizem a sua criatividade, as suas energias, procurem valores neles.... tem como objectivo principal fazer crescer a outra pessoa que está á sua volta : cultural, pessoal, dar-lhe mais qualquer coisa, ajudá-lo a descobrir a sua essência ou ajudá-lo a dar os primeiros passos...”.

Entrevistado nº 14: “... o animador tem de conhecer o meio onde está inserido, onde está a trabalhar, com quem está a trabalhar para depois poder intervir... quando se fala em intervir há sempre o animador sociocultural que trabalha com pessoas... o animador é um facilitador da relação entre a comunidade e o grupo”.

Entrevistado nº 15: “... o animador é um comunicador e um facilitador da comunicação: facilita não só as relações interindividuais como as relações entre grupos e instituições..”

Entrevistado nº 18: “... tem de ser uma pessoa que tem a capacidade de escutar os outros... tem de ter uma grande capacidade para abrir diálogos... acho que deve ser também uma pessoa super divertida...”

1.3. - Grupo 3, ou seja, grupo de animadores socioculturais profissionais trabalhando em autarquias e que não fizeram o curso superior de animador sociocultural.

A representação gráfica da representação do animador sociocultural neste grupo apresenta-se mais estruturada que a do grupo 1 e menos que a do grupo 2, conforme revelam os dados da associação de palavras.

Na árvore máxima observa-se menor nº de relações associativas fortes que o grupo 2 e maior nº que o grupo 1, donde poderemos admitir que, neste grupo, existe menor partilha e consensualidade dos membros do grupo no grau de aceitação de relações associativas, com grande proximidade, no campo da representação do animador, comparativamente ao grupo 2 e maior consensualidade em relação ao grupo 1.

A leitura das frequências obtidas na hierarquização das palavras revela que há forte consensualidade do grupo na hierarquização de certos itens lexicais, registando-se ponderações médias positivas elevadas, donde admitirmos neste grupo a existência de menos idiosincrasias que o grupo 1 e mais comparativamente ao grupo 2.

A análise de similitude, aponta a hipótese do item “criativo” e o item “comunicativo” se apresentarem com maiores probabilidades de centralidade. Também, nesta situação, admitimos com mais propriedade, a existência de um “contorno representacional” do animador sociocultural para este grupo, do que propriamente uma representação social, dadas as reservas indicadas no capítulo anterior relativamente à centralidade destes itens.

A análise de similitude remete a representação/contorno representacional do animador sociocultural mais para as qualidades pessoais do animador, “animador criativo”, retidas da leitura do sub.grafo que integra a relação associativa forte, criativo-dialogante e também “animador comunicativo”

A análise qualitativa das entrevistas revela:

O animador como um agente de ligação entre a autarquia e o movimento associativo local com práticas desportivas e culturais. O seu papel junto das Colectividades é de dinamizar, juntamente com as direcções das Colectividades, actividades culturais, desportivas; integrar e criar dinâmicas novas com vista a que as Colectividades estejam mais abertas à comunidade e constituam uma resposta às necessidades socioculturais das populações locais, contribuindo para o seu desenvolvimento sociocultural.

O animador junto das Colectividades desenvolve também um papel de apoio, ajuda e de acompanhamento na promoção e realização das actividades da Colectividade muito assente na comunicação e relação pessoal.

O animador tem de ser uma pessoa criativa: criar necessidades nas pessoas de forma a motivá-las para o próprio desenvolvimento cultural. Ter disponibilidade, ter grande facilidade de relacionamento pessoal, dialogante e sobretudo, ser uma pessoa que goste muito daquilo que faz.

Como ilustração do apresentado, citam-se:

Entrevistada nº 20: "... nós dinamizamos localmente todas as Colectividades e os agentes locais... nós trabalhamos com o movimento associativo, nós trabalhamos com o tempo livre dos outros...mas tudo o que é feito é recreativo, cultural... a dinamização é feita através de actividades recreativas, culturais, ..."

Entrevistado nº 21: "... o que fazemos é acompanhar o trabalho das Colectividades, apoiá-los na organização de iniciativas, estarmos sempre muito perto deles, estarmos à disposição deles para dúvidas e questões que surjam, ajudá-los a definir caminhos, pô-los a objectivar coisas, planificar iniciativas e actividades.... o animador não trabalha directamente com as pessoas, trabalha com instituições; com organismos que depois desenvolvem tipo de trabalho para as pessoas..."

Entrevistado nº 24: "... o animador deve acima de tudo gostar daquilo que faz, prestar ganho para aquilo que faz...tem de ser uma pessoa disponível, afável porque vai relacionar-se com n pessoas com sensibilidades diferentes..."

2- Análise comparativa inter-grupos sociais

Verificamos que para os três grupos a representação social do animador sociocultural revela-se, conforme temos vindo a realçar, mais estruturada no grupo 2 e menos estruturada no grupo 1.

A análise de similitude, leva-nos a admitir que para o grupo 1 e o grupo 3 não há uma representação social do animador sociocultural estruturada. Apesar de termos apontado para cada uma das representações, itens com probabilidades a centralidade, foram apresentados, no entanto,, com algumas reservas, devido às representações revelarem-se pouco estruturadas.

Por isso, admitimos como mais provável para estes dois grupos a existência de “contornos representacionais” de uma representação social do animador sociocultural, conforme já fizemos notar.

Relativamente ao grupo 2, apontamos como mais provável, dado o tipo de organização revelada, a existência de uma representação social do animador sociocultural.

No entanto, constatamos que em função da indicação dos itens a “centralidade” quer ao nível dos “contornos representacionais” da representação do animador sociocultural dos grupos 1 e 3, quer os da representação do animador ao nível do grupo 2, estas três situações remetem mais para as qualidades pessoais do animador como mais exigidas para o exercício da sua função.

Neste sentido o grupo 1 acentua mais a representação animador comunicativo, o grupo 2, a representação animador disponibilidade e animador dinamizador e, finalmente, o grupo 3 que evidencia a representação animador criativo e animador comunicativo.

A literatura acerca do animador sociocultural faz também referência a estas qualidades pessoais do animador. Entre vários autores, referimos Ezequiel Ander-EGG (1987, pag. 42).

Para este autor: “o animador é aquele que estimula a acção, que transmite vida, ou seja, que motiva e mobiliza a participação dinâmica nas actividades socioculturais, através da actividade pessoal e a acção colectiva. Só é animador aquele que anima e que pode dinamizar a vida social, grupal e pessoal... Faz notar também, que dado o trabalho do animador, que se prende com o relacionamento directo com as pessoas, este deve reunir em si, condições psicológicas como a amabilidade e simpatia para com as pessoas, bom humor e capacidade para saber escutar, facilidade de comunicação, abertura e disponibilidade para os outros... tudo isto, se resume, segundo ele, na habilidade do animador para criar uma relação pessoal confiante e de compreensão, e na capacidade para superar as situações tensas e conflituosas”.

Finalmente, poderemos inferir que os grupos 1 e 3 estão mais próximos entre si, ou seja, a representação do animador por eles construída é mais semelhante entre si, comparativamente á do grupo 2 uma vez que apresentam em comum o item comunicativo com probabilidades a “centralidade”.

3- Referencial comum relativamente aos três grupos sociais considerados.

No ponto 1. deste capítulo, ao compararmos a reconstrução da representação do animador sociocultural de cada grupo social,

constatámos que há traços comuns, no que diz respeito ao perfil do animador sociocultural: perfil funcional/pessoal donde, retirarmos a hipótese de que há uma estruturação representacional do animador sociocultural comum aos três grupos sociais envolvidos. Esta constatação assenta também, na leitura qualitativa das entrevistas de cada grupo social considerado, assim como, se centrarmos a nossa atenção sobre os itens com probabilidades de centralidade de cada grupo, observamos que esses itens: “comunicativo”, “disponibilidade”, “dinamizador”, “criativo”, através da leitura dos resultados, são partilhados pelos três grupos como qualidades de importância relevante, na definição do perfil do animador sociocultural.

Neste sentido, somos conduzidos a inferir que há um referencial comum da representação social do perfil do animador sociocultural aos três grupos, retratando-se da seguinte maneira:

O animador é representado como um agente de desenvolvimento que actua num determinado meio, trabalha com o grupo no sentido deste criar mais autonomia e protagonismo na construção e realização das suas necessidades, expectativas e aspirações. Está no grupo, participa na vida do grupo. O animador surge como um agente da comunicação nos grupos e inter grupos. Dinamiza grupos, contribuindo para o seu auto desenvolvimento. Facilita a comunicação intra grupal, inter grupal, estabelece e mantém contactos entre os grupos e os poderes públicos.

Desempenha um papel social e educativo. Surge para fazer progredir os grupos, as colectividades e os indivíduos que as compõem. Este progresso manifesta-se simultaneamente no plano das relações sociais e no desenvolvimento cultural.

É um indivíduo que trabalha em grupo e tem de ter o sentido e o gosto do trabalho em equipa. Tem de ter um espírito de cooperação, ser capaz de receber como dar, propor sem impor. Desenvolve uma função social importante que é fundamentalmente desenvolver no seio do grupo relações de cooperação fortes entre os seus membros, reforçando o sentimento de pertença no grupo.

O animador tem também por tarefa criar condições favoráveis á descoberta das atitudes que contribuam para a inovação e á acção ao nível do grupo.

O animador cria condições favoráveis para que cada membro do grupo se situe em relação a este, levando-o a assumir- num meio determinado e num determinado momento, num tempo limitado- a realização de projectos desejados e voluntariamente escolhidos, através de um empenhamento pessoal forte, responsável de uma atitude e relações que favoreçam e estimulem a coesão do grupo na concretização dos objectivos comuns propostos.

O animador não é um chefe. A acção empreendida pelo grupo não é imposta. O animador ajuda a criar as condições que permitam a reflexão, a tomada de decisão e a acção.

O animador deve ter uma cultura geral sólida, deve ter um espírito aberto, tolerante, acolhedor, ter disponibilidade, ter o dom de saber relacionar-se com os outros. Deve conhecer muito bem o meio onde vai actuar assim como o público a quem se dirige, afim de encontrar as atitudes e a linguagem o mais adequadas á situação em vista.”

Também, na literatura acerca do animador sociocultural, encontramos referências a este enquadramento do animador sociocultural. Entre os vários autores citamos os seguintes:

Toraille, R. (1973) faz notar também, que “o animador deve pertencer a uma equipa com estatuto reconhecido. Que, o animador, qualquer que seja, o meio onde exerça a sua acção, deve possuir o sentido das relações humanas. Como função social, a acção da animação exerce-se, geralmente, num meio e sobre os indivíduos que aderem sem constrangimentos— é uma relação em liberdade— . No domínio das intervenções de carácter especializado e técnico, o animador deve possuir conhecimentos e assegurar a sua transmissão. Deve possuir também, um certo saber-fazer que comunica aos outros.

No entanto, o seu papel não se limita a esta acção de especialista: assegurar a difusão de saberes de ordem intelectual ou tecnológica. A sua função social é, fundamentalmente, facilitar a compreensão de cada membro do grupo e estabelecer, entre eles, relações de cooperação conducentes a situarem-se como parceiros em relação aos outros membros do grupo, e deste modo, reforçar o sentimento de pertença ao grupo. A preocupação dominante do animador é desenvolver estas relações”.

Para Poujol, G. (1989): “o animador é um trabalhador social que trabalha sobre e no tempo livre das pessoas. Faz notar que a importância ligada ao grupo é provavelmente o ponto vital sobre o qual um consenso se estabeleceu entre todos os animadores. Refere que nas definições correntes das funções atribuídas ao animador, destaca-se a importância do grupo enquanto tal e a avaliação da sua acção far-se-á, mais em função da evolução do grupo, do que propriamente de cada participante do grupo. Remete como disposições éticas e psicológicas inerentes ao trabalhador social: a disponibilidade, o empenhamento pessoal, o espírito de iniciativa, a maturidade emocional, entre outras”.

Para Besnard, P. (1980, 1986): “o animador surge como um agente de desenvolvimento dos indivíduos e dos grupos, cuja acção profissional ou voluntária, caracteriza-se por uma intervenção num determinado meio, e em ligação a este, ao nível das relações entre os indivíduos, entre os grupos, ao nível das relações entre os indivíduos e os grupos e

as obras culturais criadas para eles ou exteriormente, ao nível das relações com as estruturas sociais.

Como sublinha Besnard, qualquer definição é delicada neste domínio, onde as interpretações ideológicas multiplicam-se e remetem a uma personagem que apresenta a dualidade inerente à animação e cuja moral da ambiguidade pode ser a característica essencial: "... agente duplo, se não triplo, está dividido entre a sociedade e a cultura, a cultura e o indivíduo, a sociedade e os grupos, o público e a instituição, a técnica e o ideal militante, o seu sistema de valores e o dos outros animadores responsáveis e do público. Ele próprio produtor de cultura, é aí, por vezes, reproduzidor e difusor; agente técnico especializado num domínio, mas também agente relacional e psicosocial; criador, catalizador, denunciante, mas também, integrador, adaptador e normalizador, como também libertador e consciencializador".

VI CAPÍTULO

CONCLUSÕES

Este estudo tinha como objectivo estudar a representação do animador sociocultural construída por três grupos sociais apresentando cada um percursos diversos na actividade de animador.

A interpretação dos resultados conduz-nos a admitir que:

1- Existem contornos representacionais da figura do animador sociocultural partilhada pelos três grupos envolvidos neste estudo, embora cada grupo, enfatize uma ou outra das qualidades pessoais do perfil do animador.

Todavia, tal facto não conduz a admitirmos a existência de representações diferentes nestes grupos, apesar de termos identificado diferentes itens com probabilidades de centralidades nos grupos envolvidos.

No entanto, registamos uma maior proximidade representacional ao nível dos grupos 1 e 3 e menor, relativamente aos grupos 1 e 2, apesar de terem em comum a mesma formação superior de animador sociocultural.

2- O facto de o grupo 2 revelar-se com uma estrutura representacional do animador sociocultural mais organizada comparativamente aos restantes grupos envolvidos, leva-nos a admitir, que para o efeito, concorreram várias circunstâncias, nomeadamente, o carácter de maior homogeneidade deste grupo revelado pela idade mais jovem dos seus membros, uma formação académica possibilitando o ingresso no ensino superior, não terem experiência em animação sociocultural, etc.

Possivelmente, também, a formação de animador sociocultural poderá ter contribuído no sentido de gerar mais consensualidades, em torno da figura animador sociocultural ao nível dos membros deste grupo.

Piolat e Gilly (1986) ao fazerem referência aos processos de mudança sistemáticos, através da educação, Piolat (1981) refere estes processos a processos de aquisição no sentido lato do termo, ou seja, construções de ordem cognitiva, socio-afectiva, relacional ... etc., sendo os resultados apreciáveis tanto em termos de mudança no saber e saber-fazer como em termos de mudança nas atitudes. Aponta cinco características sendo

uma delas, o serem amplamente intencionais e finalizados (socialmente finalizados).

Na verdade, possivelmente o processo de aquisição dos conhecimentos neste domínio do saber poderá ter contribuído também, para um efeito estruturante e aglutinador deste saber ao nível do grupo, proporcionando por isso, uma maior partilha deste saber pelos seus membros, dado que não possuíam experiência de animação sociocultural e todos se encontravam na expectativa de ingresso na profissão de animador sociocultural.

Também, provavelmente poderá ter concorrido, no caso da formação ter um certo peso na estruturação da representação social do animador para este grupo, o processo de “implicação” (engagement) na formação, definido por Piolat (1987). Este autor recorre á noção de “engagement” na formação para designar os procedimentos através dos quais os indivíduos procuram no exercício de certas actividades por eles valorizadas, afim de exercer um controlo sobre a evolução da sua própria imagem, quer para a confirmar e a consolidar, ou, em alternativa, para progredir na sua evolução. Faz referência também, que estes comportamentos ou procedimentos de “engagement” são manifestos na formação e na educação de adultos.

Para este grupo a finalidade da formação traduz-se, em termos de projecto pessoal, ser animador sociocultural, e por isso, o grau de implicação na formação, poderá ser um dos aspectos a considerar, relativamente ao contributo dessa formação na revelação de uma estrutura representacional mais organizada do animador, ao nível deste grupo social.

Nesta sequência de probabilidades acerca do eventual peso da formação, como um dos possíveis contributos, para a organização da estrutura representacional do animador, possivelmente, poderemos também admitir, que o seu processo de “interacção educativo” foi, provavelmente, mais intenso que ao nível do grupo 1., entendendo-se por “interacção educativa” a conjugação de duas dinâmicas: a de uma acção organizada e finalizada exercida sobre um sujeito e a da actividade do próprio sujeito, que trabalha para a sua própria transformação” (Piolat, Gilly, 1986).

Ao nível do grupo 1, que tem em comum com o grupo 2 a formação superior de animador sociocultural, a representação do animador revela-

se como a menos organizada comparativamente aos restantes grupos, conforme temos vindo a assinalar.

Esta afirmação ganha corpo, através da análise das frequências obtidas na hierarquização das palavras em que se observa, ao nível do grupo 1, menor partilha e consensualidade dos seus membros relativamente à hierarquização dos itens lexicais, registando-se idiosincrasias relevantes, e na árvore máxima, evidenciado pelo nº reduzido de relações associativas fortes que traduz consensualidades fracas e maior distanciamento entre si dos itens nas relações associativas.

Estas duas observações reforçam a leitura de que neste grupo, existem ao nível dos seus membros clivagens evidentes no que diz respeito ao campo da representação do animador sociocultural.

Com efeito, a interpretação dos resultados ao nível do grupo 1, leva-nos a admitir que o facto de a representação do animador sociocultural se revelar como a menos organizada, poderá possivelmente ser explicada pela heterogeneidade do grupo, e que, embora os membros deste grupo tivessem vivido uma situação de formação sobre o animador sociocultural, durante três anos, possivelmente, esta contribuiu relativamente pouco para a construção da representação social do animador ao nível deste grupo.

Na verdade, a composição deste grupo é bastante heterogénea. É um grupo de animadores profissionais da animação sociocultural, com uma experiência profissional superior a 5 anos, e para alguns casos, superiores a 10 anos. Têm formações académicas diferenciadas, tendo-se verificado, para alguns, a quando a admissão nesta formação, o recurso ao exame ad-hoc, para alguns. São indivíduos que para além da experiência profissional acumulada, desde muito cedo, nalguns casos, desde a infância e juventude, se relacionaram vivencialmente com as práticas da animação sociocultural, registando-se no seio do grupo vivências pessoais muito fortes e diferenciadas entre si, em função dos percursos individuais e trajectórias de “vida” de cada um, no campo da animação sociocultural.

Inicialmente o que os uniu como grupo foi a participação activa no processo de abertura e oficialização do 1º curso superior de animadores socioculturais, mobilizados pelo interesse comum, de obtenção de um diploma superior de animador sociocultural, no sentido de vir a legitimar a profissão de animador sociocultural que há vários anos vinham exercendo, repercutindo-se a nível institucional na progressão na carreira. Por outras palavras, o diploma de bacharelato, viria a testemunhar o reconhecimento social e profissional da profissão de animador sociocultural.

Também, é possível que a vivência da situação formativa de três anos concorresse, para a coesão do grupo.

No entanto, esse facto não implica, todavia, que tenha, necessariamente, contribuído significativamente para a construção da representação do animador sociocultural, no sentido de ser fortemente partilhada por este grupo.

Efectivamente, se atendermos à situação de que esta formação de animador sociocultural constituiu o 1º curso superior a realizar-se nesta área do saber, e ter sido dirigido a alunos profissionais, alguns com grande experiência profissional neste domínio do saber, somos levados a pensar que a vivência da situação formativa foi muito partilhada entre professores e alunos, como o testemunham passagens do discurso de entrevistados deste grupo: "... a partilha do saber entre professores e alunos foi bastante positiva..."; "... como fomos os 1ºs alunos num curso destes, os professores foram também os 1ºs a dar aulas nalgumas destas cadeiras... houve uma aprendizagem mútua... os professores estavam disponíveis para saberem da nossa prática, como é que funcionávamos e como é que teorizávamos acerca desta prática; nós estávamos disponíveis para sabermos em termos teóricos, se a prática que desenvolvíamos, de facto, tinha alguma relação com as teorias que defendíamos."

Possivelmente, esta permuta de conhecimentos e de aprendizagem comum, entre professores e alunos, revelou-se, provavelmente, insuficiente para criar a nível grupal uma forte consensualidade acerca da figura do animador sociocultural.

Por isso, o registarem-se clivagens salientes no seio deste grupo, e que no nosso entender, seriam, possivelmente reveladoras de posições individuais mais rígidas de alguns membros devido às suas práticas, relativamente a este saber; e que a teorização transmitida, através da formação, não foi suficientemente aglutinadora e integradora no sentido de criar maior consensualidade grupal em torno desta figura.

Neste contexto, provavelmente, poderemos admitir que o processo de interacção educativo, vivido por estes sujeitos em situação educativa, foi menos intenso que no grupo 2, pronunciando-se mais em termos individuais que colectivos. Também a finalidade da formação, em termos de projecto pessoal, para este grupo de animadores profissionais, traduziu-se, possivelmente, mais intensamente na obtenção do grau bacharel, afim de progredirem na carreira profissional de animador na instituição de pertença, do que propriamente na aquisição de conhecimentos.

Neste sentido, talvez, possamos admitir, que a formação teve um contributo muito relativo na construção da representação do animador sociocultural ao nível deste grupo.

Comparativamente ao grupo 2, poderemos, possivelmente considerar que os factores como, finalidade da formação,

homogeneidade do grupo, entre outros, constituíssem contributos importantes, para admitirmos que a sua formação constituísse um factor saliente na construção da representação do animador sociocultural ao nível deste grupo.

3- No grupo 3, não sujeito a esta formação de longa duração, somos levados a admitir que, neste caso, o factor institucional, provavelmente, teve um peso importante na estruturação da representação, revelando-se esta com uma estrutura representacional mais organizada que a do grupo 1.

Reportando-nos a Jodelet (1984, pag. 365-367) este autor descreve seis ópticas sobre a construção psicológica e social de que é uma representação social. Entre as várias, refere a óptica onde a representação social é vista como um reflexo das normas institucionais e das ideologias que estão ligadas à posição social que o sujeito ocupa. O sujeito é um actor social que ocupa uma posição no seu grupo social que lhe dá uma prática social que vai influenciar as suas representações. Os autores desta perspectiva são Gilly (1980), M. Plon (1972).

No caso do grupo 3, na verdade, este grupo é constituído por animadores profissionais em autarquias, tendo, a grande maioria, iniciado a sua actividade profissional de animador na autarquia de pertença. Apenas, 4 elementos deste grupo, tiveram experiências e vivências pessoais de “animação” anteriores à instituição de pertença.

E finalmente, somos levados também a admitir que o contorno representacional da representação do animador sociocultural do grupo 3 está mais próximo da do grupo 1 comparativamente ao grupo 2, devido, possivelmente, ao facto de os dois grupos serem constituídos por animadores profissionais que trabalham em autarquias, contribuindo, possivelmente, para esta aproximação, o peso institucional.

Ao finalizarmos este estudo exploratório acerca da representação social do animador sociocultural, pretendemos, todavia, sublinhar que não é um estudo acabado. Pelo contrário, dado o carácter exploratório de que é revestido, é um estudo que deverá merecer continuidade e aprofundamento.

A actividade profissional de “animação” é uma realidade crescente nos dias que correm, apresentando-se com um campo de acção muito

alargado; nomeadamente: educação, acção social, desenvolvimento comunitário, actividades recreativas e de lazer, actividades socioculturais, reinserção social, apoio á terceira idade, prevenção, etc.

Neste sentido, julgamos que, no momento em que a actividade do animador revela tendência a desembocar na profissão, revelar-se-ia de muito interesse a realização de estudos nesta área, nomeadamente, orientados para a inserção social e profissional desta figura que se designa por ANIMADOR SOCIOCULTURAL.

Bibliografia

ABRIC, J.C. (1984). L'artisan et l'artisanat: analyse du contenu et de la structure d'une représentation sociale. Bulletin de Psychologie, Tome XXXVII, n° 366, Pag: 861- 874

ABRIC, J.C. (1987). Coopération, compétition et représentations sociales. Cousset : Ed. Delval.

ABRIC, J.C. (1989). L'étude expérimentale des représentations sociales, in: Jodelet, D. (Direcção), Les Représentations sociales. Paris: P.U.F.

ABRIC, J.C. (1994). Pratiques sociales e représentations. Paris: P.U.F.

ABRIC, J.C. (1994). L'organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique, in: Guimelli, C. (Direcção), Structures et transformations des représentations sociales. Newchâtel: Delachaux et Niestlé.

AISSANI, Y., BONARDI, C. (1991). Evolution différentielle des éléments d'une représentation sociale: les apports de l'analyse de similitude, in: Année psychologique, PUF, 1991/3, pag. 397-418.

ANDER-EGG, E. (1987). Perfil del animador socio-cultural. Alicante: Gráficas Dias, S.L:

BARDIN, L. (1988). Análise de conteúdo. Ed. 70

BENAVENTE, A., WALK, K., GAGO, J.M., SALGADO, L. (1980). Objectivos, situações e práticas de Educação de Adultos. Lisboa. Colecção Pensar Educação, N° 6, D.G.E.A.

BESNARD, P. (1986). Animateur Socioculturel. Fonctions, Formation, Profession. (2e édition) Paris: Les éditions ESF

CABRAL, A., BENAVENTE, A. (1978). Expériences d' Education Populaire au Portugal, 1974-76. Unesco. Études et documents d' Education, n° 29

DEGENNE, A. (1985). Présentation de l'analyse de similitude. Informatique e Sciences Humaines, N° 67, Pag. 7-26

DI GIACOMO, J. P. (1981). Aspects méthodologiques de l'analyse des Représentations Sociales. Cahiers de Psychologie Cognitive, 1, Pag.. 397-422

DE ROSA, A. S. (1988). Sur l'usage des associations libres pour l'étude des représentations sociales de la maladie mentale. Connexions 51, vol.. I, Pag. 27-50

DOISE, W. (1986). Les représentations sociales: définition d'un concept, in:

Doise, W. e Palmonari, A. L'étude des representations sociales. Neuchâtel, Delachaux et Niestlé, pag. 81-94.

Encontro (III) de Associações e Animadores Culturais (1979). Relatório organizado pelo Secretariado do III Encontro, in: Intervenção- revista de Animação Sociocultural (15), 1980, 16 Pags.

Encontro (IV) de Associações e Animadores Culturais (1986). Lisboa, ISCTE. Relatório e Conclusões. Lisboa, GAMIA, 186 Pags.

FLAMENT, C. (1981). L'analyse de similitude: une technique pour les recherches sur les représentations sociales. Cahiers de Psychologie Cognitive, I,(4), Pag.. 375-395.

FLAMENT, C. (1989). Structure et dynamique des représentations sociales, in: Jodelet, D., Les représentations Sociales. Paris: P.U.F.

FLAMENT, C. ; MOLINER, P. (1989). Contribution expérimental à la théorie du noyau central d' une représentation, in: Beauvois, J.-L, e outros — Perspectives cognitives et conduites sociales 2, FRibourg, Delval, pag. 139-141.

FLAMENT, C. (1994). Structure, dynamique et transformation des représentations sociales, in: Abric, J.C. Pratiques sociales & représentations. Paris: PUF, pag. 37-57.

GILLY, PIOLAT (1986). Psicologia da Educação, estudo da mudança na interacção educativa. Para uma Psicologia da Educação definida pelo seu objecto de estudo. Análise psicológica, Lisboa, 1 (V): 13-24.

GOODOLPHIM, C. (1876). A Associação. História e desenvolvimento das associações portuguesas. Lisboa: Seara Nova, 1974.

GRILO, M. (1994). O Sistema Educativo in: Portugal 20 anos de Democracia. Coordenação António Reis. Lisboa: Círculo de Leitores, Lda.

GUIMELLI, C. (1989). Pratiques nouvelles et transformations sans rupture d' une représentation sociale: La représentation de la chasse et de la nature in: Bauvois, J.L., Joule, R. V., Monteil, J. M. Perspectives cognitives et conduites sociales. 2: Représentations et processus socio-cognitifs. Cousset: Editions Del Val.

GUIMELLI, C., JACOBI, D. (1990). Pratiques nouvelles et transformations des représentations sociales. Revue internationale de Psychologie Sociale, N° 3, Pag. 307-334.

GUIMELLI, C., ROUQUETTE, M.L. (1992). Contribution du modèle associatif des schémas cognitifs de base à l' analyse structural des représentations sociales. Bulletin de Psychologie, n° Special "Nouvelles voies en Psychologie Sociale 405, XLV, Pag. 196-202.

JODELET, D. (1984). Représentations sociales: phénomènes, concept et théorie, in: Moscovici, S. (dircção), La Psychologie Sociale. Paris: P.U.F., Pag. 357-379.

JODELET, D. (1989). Représentations sociales: un domaine en expansion, in Jodelet, D. Les Représentations Sociales. Paris: P.U.F., Pag. 31-61.

LE BOUEDEC, G. (1984). Contribution à la méthodologie d' étude des représentations sociales. Cahiers de Psychologie Cognitive, Vol. 4, n° 3, Pag. 245-272.

LÉGER, J. M, FLORAND, M. F. (1985). L' analyse de contenu: deux méthodes, deux resultats? in A. Blanchet (ed) L' entretien dans les sciences sociales, Paris: Dunot,

MARQUES A. H. (1973). História de Portugal: Volume II, 2ª edição. Lisboa: Edições Ágora.

MOLINER, P. (1994). Les méthodes de repérage et d'identification du noyau des représentations sociales., in: Guimelli, C. (direcção) Structures et Transformations des Représentations Sociales. Newchâtel: Delachaux et Niestlé.

MOSCOVICI, S. (1961). La psychanalyse: son image et son publique. Paris: P.U.F.

MOSCOVICI, S. (1986). L'ère des représentations sociales., in: L' étude des représentations sociales. Direcção de Doise, W. et Palmonari, A. Newchâtel: Delachaux et Niestlé, Pag. 34-80.

MOSCOVICI, S. (1988). Notes towards a description of social représentations. European Journal of Social Psychology, Vol.18, Pag. 211-250.

MOSCOVICI, S. (1989-a). Des représentations collectives aux représentations sociales: Elements pour une histoire., in: Jodelet, D. (Direcção). Les représentations sociales. Paris: P.U.F.

NORBECK, J. (1982). Associações populares para o desenvolvimento. Lisboa. Colecção Pensar Educação, 12. D. G. E. A.

PALMONARI, A., Doise, W. (1986). Caracteristiques des Représentations Sociales., in: Doise, W., Palmonari, A. L' étude des représentations sociales. Newchâtel: Delachaux et Niestlé.

PIOLAT, M. (1981/2). Quelques propositions pour l' étude des processus psychologiques de formation chez l'adultes. Bulletin de Psychologie, tome XXXV, n° 353.

PIOLAT, M. (1987). Possibilités de changement personnel e engagement en formation. Análise Psicológica, n° 4, série V, pag. 593-610.

POUJOL, G. (1989). Profession: animateur. Toulouse: Editions Privat

Relatório CAOB (1987). Associações de Educação de Adultos em Portugal. Lisboa. CAOB.

Seminário sobre Formação de Animadores Culturais (1984). Relatório : Instituto Superior de Serviço Social. Lisboa, 1985. 28 Pags.

19ª Sessão da Conferência Geral da Unesco: Recomendação sobre a Educação de Adultos (1976).

SIEGEL, S. (1975). Estatística Não Paramétrica para as ciências do Comportamento. São Paulo. Tradução de Alfredo Alves de Farias.

TORAILLE, R. (1973). L' animation pédagogique. Paris: Les Editions ESF.

VALA, J. (1993 b). Análise de conteúdo, in: Metodologia das ciências sociais.

VERGÈS, P. (1985). Interprétation au premier degré. L' analyse au plus près des propriétés mathématique. Informatique e Sciences Humaines, N° 67, Pag. 27-40.

VERGÈS, P. (1993). L' evocation de l' argent: une méthode pour la définition du noyau central d' une représentation. Bulletin de psychologie, tome XLV N° 45, Pag. 204-209.

VERGÈS, P. (1993). Suporte informático para analisar o sistema central e periférico de uma representação. CNRS. Aix - en- Provence.

VERGÈS, P. (1994). Programmes pour L' analyse de Similitude, version du 1 Octobre 1994 Pour IBM-PC.

VERGÈS, P. (1994). Approche du noyau central: propriétés quantitatives et structurales, in: Guimelli, C. Structures et Transformations des Représentations Sociales. Newchâtel: Delachaux e Niestlé.

ANEXOS

ANEXO A: Legislação portuguesa referente à animação sociocultural

ANEXO B: Guião da entrevista

ANEXO C: Lista dos conceitos

ANEXO D: Quadro nº 1- Frequência de cada palavra no dicionário de palavras do grupo 1

ANEXO E: Quadro nº 2- Frequência de cada palavra no dicionário palavras do grupo 2

ANEXO F: Quadro nº 3- Frequência de cada palavra no dicionário de palavras do grupo 3

ANEXO G: Quadro nº 4- Frequência das palavras no dicionário de palavras do conjunto dos grupos:1,2,3

ANEXO H: Quadro nº.5- Quadro dos conceitos mais frequentes do campo semântico de “Animador Sociocultural”

ANEXO I: Quadro nº 6- Resultados da hierarquização das categorias, médias e desvios padrão por grupo de sujeitos.

ANEXO J: Matriz de similitude referente aos dados do grupo 1

ANEXO L: Matriz de similitude referente aos dados do grupo 2

ANEXO M: Matriz de similitude referente aos dados do grupo 3

ANEXO N: - Ordenamento dos itens do grupo 1
- Grafo de semelhanças da árvore máxima do grupo 1
- Grafos de filtro: 45, 40, 30 do grupo 1.

ANEXO O: - Ordenamento dos itens do grupo 2
- Grafo de semelhanças da árvore máxima do grupo 2
- Grafos de filtro: 45, 40, 30 do grupo 2

ANEXO P: - Ordenamento dos itens do grupo 3
- Grafo de semelhanças da árvore máxima do grupo 3
- Grafos de filtro: 45, 40, 30 do grupo 3

ANEXO Q: Quadros da análise de conteúdo das entrevistas.

**ANEXO A: LEGISLAÇÃO PORTUGUESA REFERENTE À
ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL**

Legislação Portuguesa referente á animação sociocultural.

- Dec. Lei Nº 408/71 : Cria a Direcção Geral da Educação Permanente.
- Dec. Lei Nº 179/74 de 30 de Abril: Cria no Ministério da Educação Nacional, no âmbito dos Órgãos e Serviços Centrais o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis.
- Constituição da República Portuguesa, 1976
- Dec. Lei Nº 106/76 de 6 de fevereiro: Define as atribuições e competências do F. A.O. J.
- Dec. Lei Nº 384/76 de 20 de Maio: Define Associações de Educação Popular.
- Dec. Lei Nº 419/76 de 13 de Julho: Dá resposta ás organizações populares empenhadas na educação de adultos.
- Lei Nº 3/79 de 10 de janeiro: Eliminação do analfabetismo.
- Dec. Lei Nº 61/79 de 30 de Março: Estabelece normas relativas ao Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base dos Adultos.
- Dec. Lei Nº 534/79 de 31 de Dezembro: Cria a Direcção Geral da Educação de Adultos.
- Dec. lei nº 59/80 de 3 de Abril: Reestrutura a Secretaria de Estado da Cultura.
- Despacho nº 47 J ME/84 de 3 de Abril: Regulamento das Casas de cultura da Juventude adstritas ás delegações regionais do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis.
- Dec. Lei Nº 100/84 de 29 de março: Regime das atribuições das autarquias locais e das competências dos respectivos órgãos.
- Lei Nº 18/91 de 12 de Junho: Alteração do regime de atribuições das autarquias e das competências dos respectivos órgãos.

ANEXO B: GUIÃO da ENTREVISTA

Guião da entrevista semi directiva

— Descreva-me o retrato do animador sociocultural, referindo-se aos aspectos que são mais significativos para si.

— Para si, como descreveria o perfil do animador sociocultural? (personalidade, características pessoais, aptidão).

— Gostaria que me falasse um pouco sobre a sua actividade actual como animador, focando os aspectos que são para si mais significativos.

— Quer-me referir outros campos de intervenção onde o animador também actua.

— Como é que foi despertada para ser animadora (ou animação?) gostaria que me relatasse experiências e vivências de que tenha gostado muito.

— Em que é que o curso foi importante para si.

— Como vê o animador no futuro.

ANEXO C: LISTA DOS CONCEITOS

LISTAGEM DE PALAVRAS

educador	estudioso	amigo	dedicação
comunicativo	empatia	perseverança	vocação
dinâmico	disponibilidade	inteligente	facilitador
lúdico	dinamizador	boa disposição	dialogante
criativo	polivalente	conscencializador	peessoas

**ANEXO D: QUADRO Nº 1- Frequência de cada palavra
no dicionário de palavras do grupo 1**

Frequência de cada palavra no dicionário de palavras do Grupo 1(quad.1)

Conceitos	Frequênc.	Conceitos	Frequênc.	Conceitos	Frequênc.
polivalente	1	despertad. de situaç.	1	lutador	1
conscien- cializador	3	dialogante	1	jogos	2
vendedor	1	utópico	1	escola	1
projectista	1	dedicação	6	sociedade	1
ouvinte	1	alegria	2	peçoas	4
agitador	1	extroversão	3	animação	3
criativo	2	vontade	1	objectos	1
competente	2	trabalho	3	desporto	1
dirigente	3	comunicação	2	alma	1
formador	1	compreensão	1	vida	2
inteligente	2	empatia	3	energia	1
perspicaz	1	cultura	2	militância	1
atento	1	sociabilidade	1	vocação	3
facilitador	6	acertivo	2	profissão	1
amigo	3	aberto	1	grupo	1
disponibi- lidade	2	curioso	3	amizade	1
humilde	2	estudioso	6	desenvolvi- mento	1
estimulad.	1	despertad. consciênc.	1	autonomia	1
comunica- tivo	3	solidário	1	livre	2
participa- tivo	1	estudo	1	culto	1
companheiro	1	perseverante	4	sociedade	1
dinâmico	2	prazer	2	comunidade	1
dinami- zador	2	investigador	1	colectividade	1

**ANEXO E: QUADRO Nº 2 - Frequência da palavra no
dicionário de palavras do grupo 2**

Frequência da palavra no dicionário de palavras do grupo 2 (quad. 2)

Conceitos	Frequência	Conceitos	Frequência	Conceitos	Frequência
dinâmico	6	facilitador	7	jardim	1
expedito	1	espevitad.	1	câmara	1
astuto	1	formador	1	ministérios	1
culto	1	espirituoso	1	instituiç.	2
aberto	2	libertador	2	infância	1
atento	2	animador	1	centros	2
criador	4	conscienc.	4	ruas	1
flexível	1	desp.consc.	3	bairros	1
liderança	1	persever.	1	comunidade	1
orientador	2	empatia	2	populaç.	2
organizad.	2	paciente	1	adolesc.	1
directo	1	companhei.	1	jovem	1
polivalente	5	amigo	1	velho	1
responsáv.	2	sonhador	1	marginal	1
energico	1	vocação	2	publicos	2
colaborad.	2	educador	4	publicid.	1
exigente	2	cultura	3	unid.infânc	1
compreens.	2	pessoas	4	hospital	1
conversad.	1	meio	4	cent.3 ^ª idad	1
brincalhão	1	relaçionam	2	creches	1
observad.	2	ambiente	1	consciênc	1
objectivo	5	espaço	1	humanidad	1
próximo	1	relações	3	intervenç.	1
divertido	3	desporto	3	acção	1
criativo	2	lazer	2	diálogo	2
confuso	1	comunicaç.	2	rigor	1
perturbado	1	teatro	1	ânimo	1
problemát.	1	dança	1	alma	2
coerente	1	expressão	1	solidaried	1

inteligente	2	toque	1	humor	1
dinamizad.	4	jogo	3	decisão	1
agitador	1	conversa	1	justiça	1
transform.	1	olhar	1	lúdico	3
gestor	3	brincar	1	luta	1
tolerante	1	passar	1	coordenaç	1
dialogante	5	desenvolv.	1	estudo	2
carinhoso	2	criar	1	análise	1
afectivo	1	aproximar	1	tolerância	1
sensível	2	gargalhad.	1	humano	3
comunicat.	5	boa dispos.	3	humanista	1
disponibil.	3	alegria	2	voluntário	1
compreens.	3	desespero	1	tecnico	1
rigoroso	1	á vontade	1	actividades	1
analista	1	aconchego	1	musica	2
coordenad.	1	animação	2	literatura	1
estudioso	1	museu	1	associaç	1
acertivo	2	escola	1	grupos	2
minorias	1	informaç.	1	divulgaç	1
crianças	1	social	1	artista	1
dedicação	5	empresa	1	sociolog	1

**ANEXO F: QUADRO Nº 3- Frequência de cada palavra
no dicionário de palavras do grupo 3**

Frequência de cada palavra no dicionário de palavras do Grupo 3 (Quad.3)

Conceitos	Frequência	Conceitos	Frequência	Conceitos	Frequência
organizador	3	idealista	1	criativo	6
comunicativo	7	sensível	2	dinâmico	4
paciente	5	prazer	1	dialogante	2
pedagogo	1	facilitador	2	perseverante	2
compreensivo	3	disponibilidade	5	acertivo	2
simpático	4	vocação	4	conselheiro	1
boa disposição	6	aberto	1	empatia	4
formador	1	dinamizador	3	polivalente	1
amigo	3	educador	2	estudioso	2
conscien- cializador	1	câmaras	1	junt..freg.	1
colectividades	2	deficiência	1	vontade	1
política	1	dinheiro	1	crêr	1
bombeiro	1	médico	1	entertainer	1
reunião	1	convívio	1	estudo	2
dedicação	5	solidariedade	1	cooperação	1
acompanh.	1	incentivo	1	cultura	1
actividade	1	iniciativa	1	humor	1
diálogo	1	lúdico	2	peessoas	1
bem-estar	1	futuro	1	taberneiro	1

ANEXO G: QUADRO N° 4- Frequência das palavras no dicionário de palavras do conjunto dos grupos: 1,2,3

Frequência das palavras no dicionário de palavras do conjunto dos Grupos 1, 2, 3- (quad. 4)

Conceitos	Frequência	Conceitos	Frequência	Conceitos	Frequência
organizad	3	aberto	4	culto	2
atento	3	sensível	4	paciente	6
prazer	3	compreensão	7	acertivo	6
simpático	4	formador	3	estudo	5
diálogo	3	humor	2	criador	4
orientador	2	responsável	2	enérgico	2
colaborador	3	exigente	2	observador	2
objectivo	5	divertido	3	agitador	2
gestor	3	dirigente	3	tolerante	2
carinhoso	2	analista	2	coordenad.	2
estimulador	2	espirituoso	2	libertador	2
despertad. consciênc.	5	companheiro	2	cultura	
meio	4	relacionam.	2	relações	3
desporto	4	lazer	2	comunicaç.	4
jogos	5	alegria	4	animação	5
populações	2	alma	3	solidaried.	3
solidário	3	lutador	2	humano	4
música	2	competente	2	modesto	2
trabalho	3	câmaras	2	colectivid.	3
investigad.	2	polivalente	7	conscienc.	8
criativo	10	inteligente	9	amigo	7
disponibil.	11	comunicativo	15	dinâmico	12
dialogante	8	dedicação	16	empatia	9
persever.	7	estudioso	9	peçoas	9
educador	7	boa disposiç.	9	vocação	9
dinamizad.	9	facilitador	15	lúdico	5

ANEXO H: QUADRO N° 5- Quadro dos 20 conceitos mais frequentes no campo semântico do Animador Socio-cultural

Lista dos 20 conceitos mais frequentes do campo semântico de “Animador Sociocultural ”(quad.5)

Conceitos	Frequências		Conceitos	Frequências	
	Fi	%		Fi	%
Polivalente	7	24%	Empatia	9	31%
Consciencializ.	8	27,6%	Perseverante	7	24,1%
Criativo	10	34,5%	Estudioso	9	31%
Inteligente	9	31%	Pessoas	9	31%
Amigo	7	24%	Dinamizador	9	31%
Disponibilidade	11	38%	Facilitador	15	51,7%
Comunicativo	15	51,7%	Lúdico	5	17,2%
Dinâmico	12	41,4%	Educador	7	24%
Dialogante	8	27,6%	Boa Disposição	9	31%
Dedicação	16	62,5%	Vocação	9	31%

**ANEXO I: RESULTADOS DA HIERARQUIZAÇÃO DAS
CATEGORIAS, MÉDIAS E DESVIO PADRÃO POR GRUPO**

Grupo	Indivíduo	Sexo	Idade	Exp. Prof. ASC	Estudioso	Amigo	Dedicação	Comunicativo	Empatia	Perseverança	Vocação	Dinâmico	Disponibilidade	Inteligente	Facilitador	Lúdico	Dinamizador	Boa Disposição	Dialogante	Criativo	Consciaizador	Pessoas	Educação	Polivalente
1	1	M	32	11	0	-2	0	2	1	-1	1	1	-1	1	-2	-2	2	-2	0	2	0	2	-1	-1
1	2	F	42	6	-2	1	0	1	2	2	-1	-1	2	-1	-2	0	1	0	1	0	-2	2	-2	-1
1	3	M	43	11	1	-1	2	-2	-1	-1	2	1	2	0	2	-2	0	-2	1	-1	1	0	0	-2
1	4	M	43	12	-1	2	0	1	-2	-2	0	2	0	-1	2	-1	1	1	1	2	-1	0	-2	-2
1	5	M	39	7	1	-2	-1	1	2	-1	2	0	2	1	1	-1	0	0	-1	2	-2	0	-2	-2
1	6	M	33	13	-2	2	1	1	0	-2	2	-1	1	0	2	-1	-2	-2	0	1	0	2	-1	-1
1	7	M	37	10	2	-2	0	1	1	-1	-2	0	-1	0	2	-1	2	-2	0	1	-2	1	-1	-2
1	8	M	39	12	1	-2	1	0	1	2	-1	0	0	-1	2	-2	2	-2	2	0	-1	1	-1	-2
1	9	M	30	7	2	1	2	0	1	-2	-1	2	1	2	-1	-1	0	-2	0	1	-1	0	-2	-2
1	10	F	34	6	2	-2	0	2	-1	-1	-1	1	1	1	-2	-2	2	-2	0	1	0	0	2	-1
					0,4	-0,5	0,5	0,7	0,4	-0,7	0,1	0,5	0,7	0,2	0,4	-1	0,8	-1,3	0,4	0,9	-0,8	0,8	-1	-1,2
					1,58	1,78	0,97	1,16	1,35	1,494	1,5	1,16	1,16	1,03	1,9	0,7	1,32	1,16	0,84	1	1	0,919	1,25	1,23
2	11	F	24		-2	-2	1	1	-2	1	0	2	1	-1	2	-1	2	-1	-2	0	2	0	-1	0
2	12	F	21		-2	-2	1	1	0	0	-1	1	2	-1	-1	-2	2	1	2	0	-1	0	-2	2
2	13	F	47		-2	-2	-1	0	0	0	1	0	2	-2	1	-1	1	-1	1	2	2	2	-2	-1
2	14	M	32		-1	0	1	0	-2	0	-2	1	2	-1	1	-1	2	0	2	-1	2	1	-2	-2
2	15	M	21		-2	-1	0	0	2	-1	-2	2	0	-1	1	-2	1	-2	0	-1	2	0	1	2
2	16	F	30		-2	-2	0	2	1	-1	1	1	2	-2	0	-1	2	-2	0	-1	2	0	1	-1
2	17	M	25		-2	-2	2	1	2	2	0	-1	1	-1	1	-2	0	-2	0	-1	2	-1	0	1
2	18	F	34		-1	1	-1	2	-1	0	-2	1	2	0	2	-2	2	0	1	1	0	-1	-2	-2
2	19	M	47		1	1	-2	1	2	-1	-2	-1	0	2	1	-2	0	-2	-1	2	0	0	-1	2
					-1,4	-1	0,11	0,89	0,22	0	-0,8	0,67	1,333	-0,78	0,89	-2	1,33	-1	0,33	0,4	1,1	0,222	-1,1	0,11
					1,01	1,32	1,27	0,78	1,64	1	1,3	1,12	0,866	1,2	0,93	0,5	0,87	1,12	1,32	1,3	1,2	0,972	1,05	1,69
3	20	F	28	9	0	-1	0	1	0	-1	0	2	1	-1	-2	-1	2	-2	-2	1	1	-2	2	2
3	21	M	22	4	-2	0	0	2	0	-2	2	2	0	-1	-2	-1	2	1	1	1	-2	1	-1	-1
3	22	M	25	5	-2	0	1	2	-2	0	2	2	-1	1	-2	-2	1	-1	0	1	-1	0	-1	2
3	23	M	23	2	-1	-1	2	1	2	-2	1	1	0	0	-2	-2	2	-1	0	1	-1	2	-2	0
3	24	M	26	3	2	-2	1	0	2	0	-1	0	-1	1	-2	-1	2	-2	1	2	-1	0	1	-2
3	25	F	27	2	-2	-1	-1	1	2	0	0	1	2	0	1	-2	2	0	1	2	-1	-1	-2	-2
3	26	F	36	5	0	-1	1	1	-1	-1	2	-1	2	2	-2	0	1	0	1	2	-2	0	-2	-2
3	27	M	31	2	0	-1	0	2	-1	1	-1	2	1	-2	-2	1	1	-2	0	1	2	0	-2	-2
3	28	M	31	4	-2	-1	1	2	-2	0	1	0	-1	-1	-2	-2	2	2	0	1	0	2	-1	2
3	29	M		4	0	-1	-1	2	-1	1	0	1	0	2	-2	1	2	0	-1	1	-2	-2	2	-2
					-0,7	-0,9	0,4	1,4	-0,1	-0,4	0,6	1	0,3	0,1	-1,7	-1	1,6	-0,5	0,1	1,4	-1	0	-0,6	-0,1
					1,39	0,6	1,01	0,73	1,69	1,118	1,2	1,05	1,202	1,39	1	1,3	0,53	1,32	0,71	0,5	0,7	1,302	1,45	1,87
					0,55	-0,8	0,34	1	0,17	-0,38	0	0,79	0,759	-0,1	-0,2	-1	1,24	-0,9	0,28	0,9	-0,3	0,345	-0,9	-0,4
					1,5	1,29	1,04	0,93	1,49	1,208	1,4	1,08	1,123	1,25	1,73	0,9	0,99	1,22	1,03	1	1,4	1,143	1,32	1,68

**ANEXO I: MATRIZ DE SIMILITUDE REFERENTE AOS
DADOS DO GRUPO1**

**ANEXO L: MATRIZ DE SIMILITUDE REFERENTE AOS
DADOS DO GRUPO 2**

**ANEXO M: MATRIZ DE SIMILITUDE REFERENTE AOS
DADOS DO GRUPO 3**

ANEXO N: - ORDENAMENTO DOS ITENS DO GRUPO1
- GRAFO DE SEMELHANÇAS DA ÁRVORE
MÁXIMA DO GRUPO1
- GRAFOS DE FILTRO DO GRUPO1
FILTRO 45
FILTRO 40
FILTRO 30

o 1

DE LECTURE: (4X, 2012)

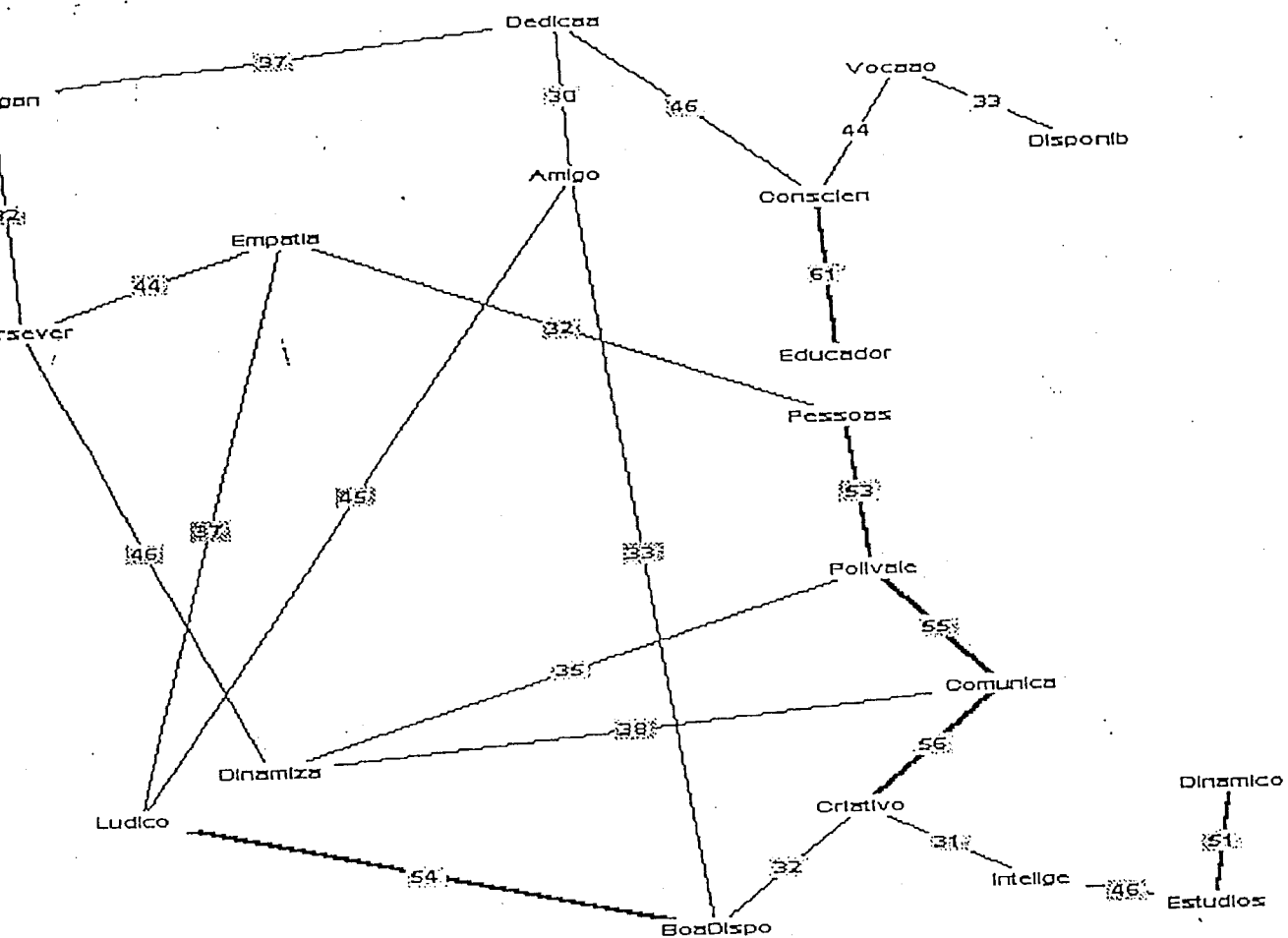
3	1	2	4	2	2	4	2	5	5	1	5	3	1	3	1	4	4
3	2	1	1	4	4	1	4	5	3	2	3	2	3	5	1	5	4
1	5	4	4	1	2	1	3	1	5	3	5	2	4	2	3	3	5
3	2	5	5	3	1	3	4	1	4	2	2	2	1	4	3	5	5
4	2	1	4	1	3	1	2	2	4	3	3	4	1	5	3	5	5

DISTRIBUTION DES ITEMS PAR NOTES

Items	0 *	1 *	2 *	3 *	4 *	5 *	6 *	7 *	8 *	9 *	Moyen:	Média escala +2
os %	0 *	3 *	3 *	1 *	1 *	2 *					2.60	0.4
	*30.0*30.0*10.0*10.0*20.0*											
% *	0 *	2 *	2 *	0 *	1 *	5 *					3.50	-0.5
	*20.0*20.0* .0*10.0*50.0*											
ca %	0 *	2 *	2 *	5 *	1 *	0 *					2.50	0.5
	*20.0*20.0*50.0*10.0* .0*											
ca %	0 *	2 *	5 *	2 *	0 *	1 *					2.30	0.7
	*20.0*50.0*20.0* .0*10.0*											
a %	0 *	2 *	4 *	1 *	2 *	1 *					2.60	0.4
	*20.0*40.0*10.0*20.0*10.0*											
er %	0 *	2 *	0 *	0 *	5 *	3 *					3.70	-0.7
	20.0 .0* .0*50.0*30.0*											
o %	0 *	3 *	1 *	1 *	4 *	1 *					2.90	0.1
	*30.0*10.0*10.0*40.0*10.0*											
co %	0 *	3 *	3 *	2 *	2 *	0 *					2.30	0.5
	*30.0*30.0*20.0*20.0* .0*											
hib %	0 *	3 *	3 *	2 *	2 *	0 *					2.30	0.7
	*30.0*30.0*20.0*20.0* .0*											
ige %	0 *	1 *	3 *	3 *	3 *	0 *					2.80	0.2
	*10.0*30.0*30.0*30.0* .0*											
ita %	0 *	5 *	1 *	0 *	1 *	3 *					2.60	0.4
	*50.0*10.0* .0*10.0*30.0*											
o %	0 *	0 *	0 *	1 *	5 *	4 *					4.30	-1
	* .0* .0*10.0*50.0*40.0*											
iza %	0 *	4 *	2 *	3 *	0 *	1 *					2.20	0.8
	*40.0*20.0*30.0* .0*10.0*											
spo %	0 *	0 *	1 *	2 *	0 *	7 *					4.30	-1.3
	* .0*10.0*20.0* .0*70.0*											
gan %	0 *	1 *	3 *	5 *	1 *	0 *					2.60	0.4
	*10.0*30.0*50.0*10.0* .0*											
livo %	0 *	3 *	4 *	2 *	1 *	0 *						
	* .0*30.0*40.0*20.0*10.0* .0*											

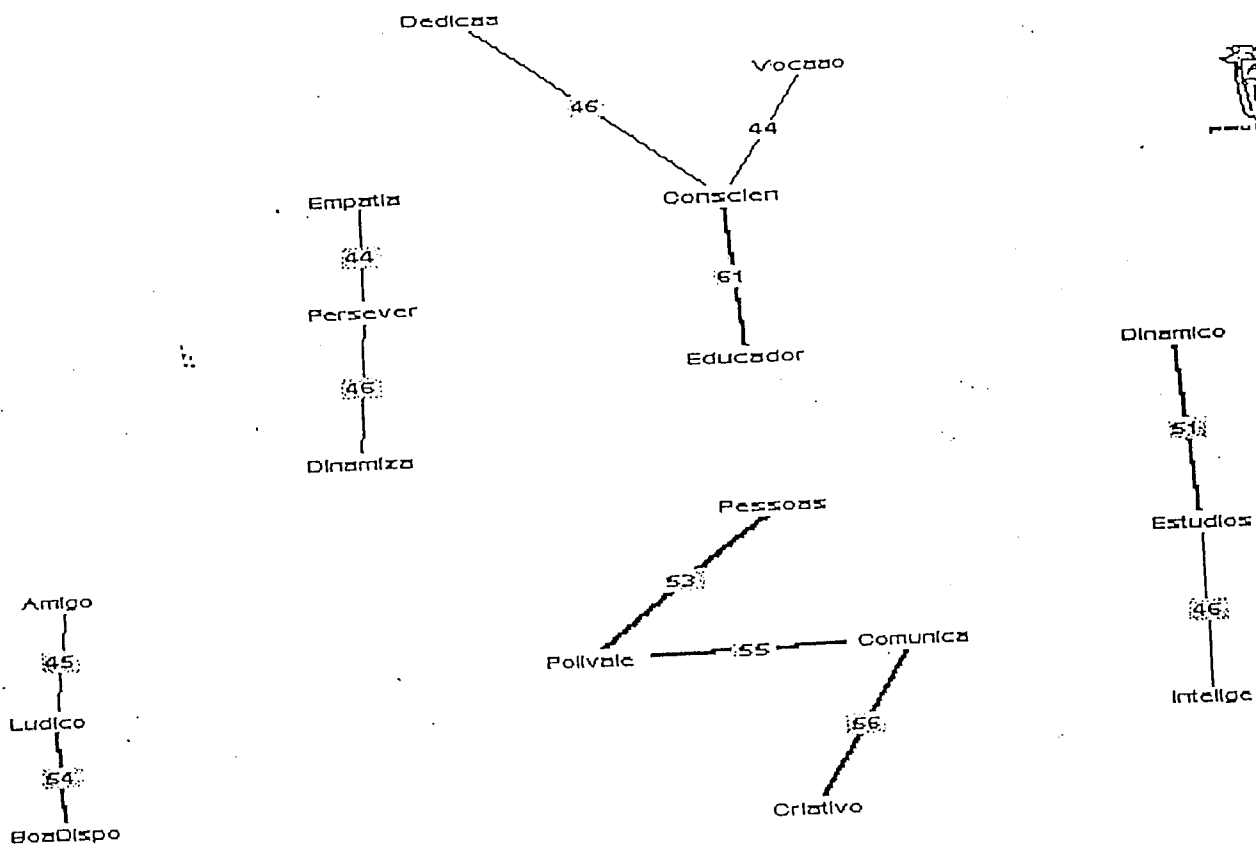
% *	*30.0*40.0*20.0*10.0*	.0*	2.10	0.9				
ien *	0 *	0 *	1 *	3 *	3 *	3 *		
% *	* .0*10.0*30.0*30.0*30.0*		3.80	-0.8				
as *	0 *	3 *	2 *	5 *	0 *	0 *		
% *	*30.0*20.0*50.0*	.0*	.0*				2.20	0.8
dor *	0 *	1 *	0 *	1 *	4 *	4 *		
% *	*10.0*	.0*	10.0*	40.0*	40.0*		4.00	-1
ale *	0 *	1 *	0 *	0 *	4 *	5 *		
% *	*10.0*	.0*	.0*	40.0*	50.0*		4.20	-1.2

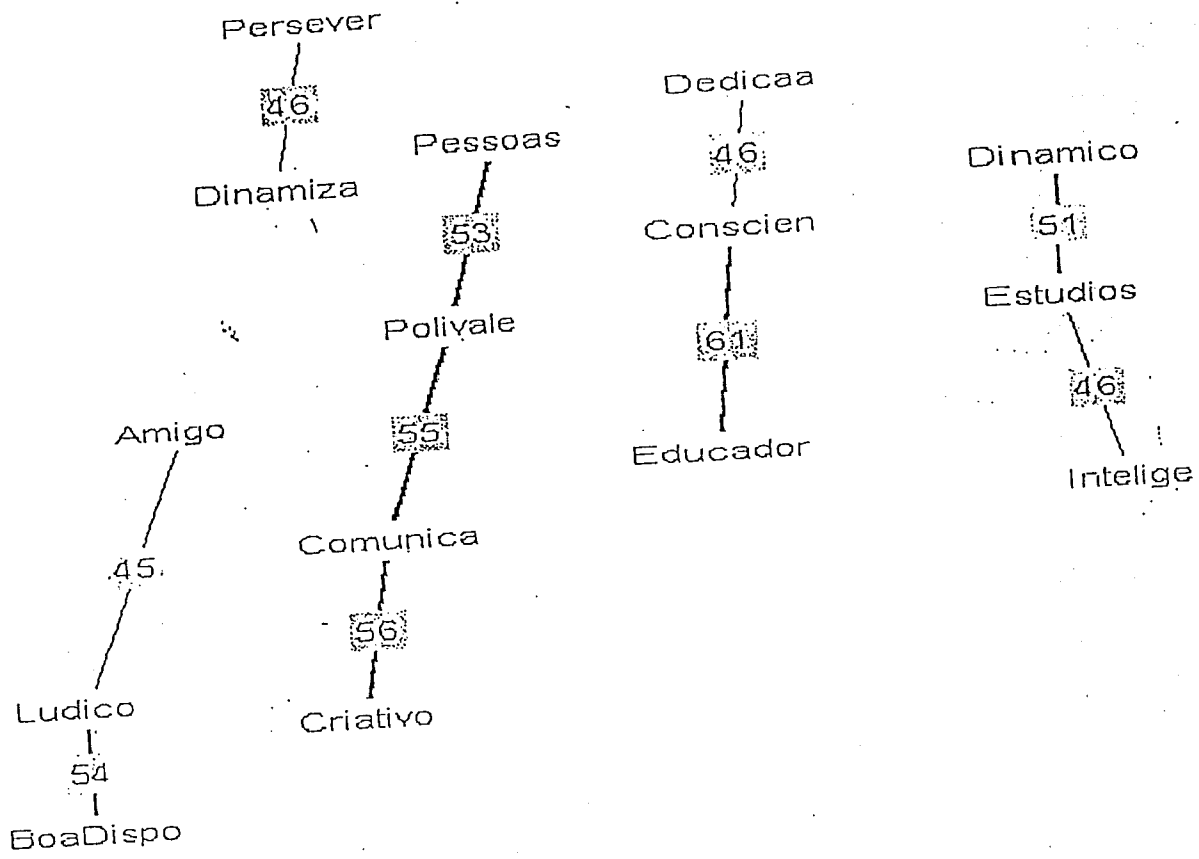
RE D ENREGISTREMENT = 10



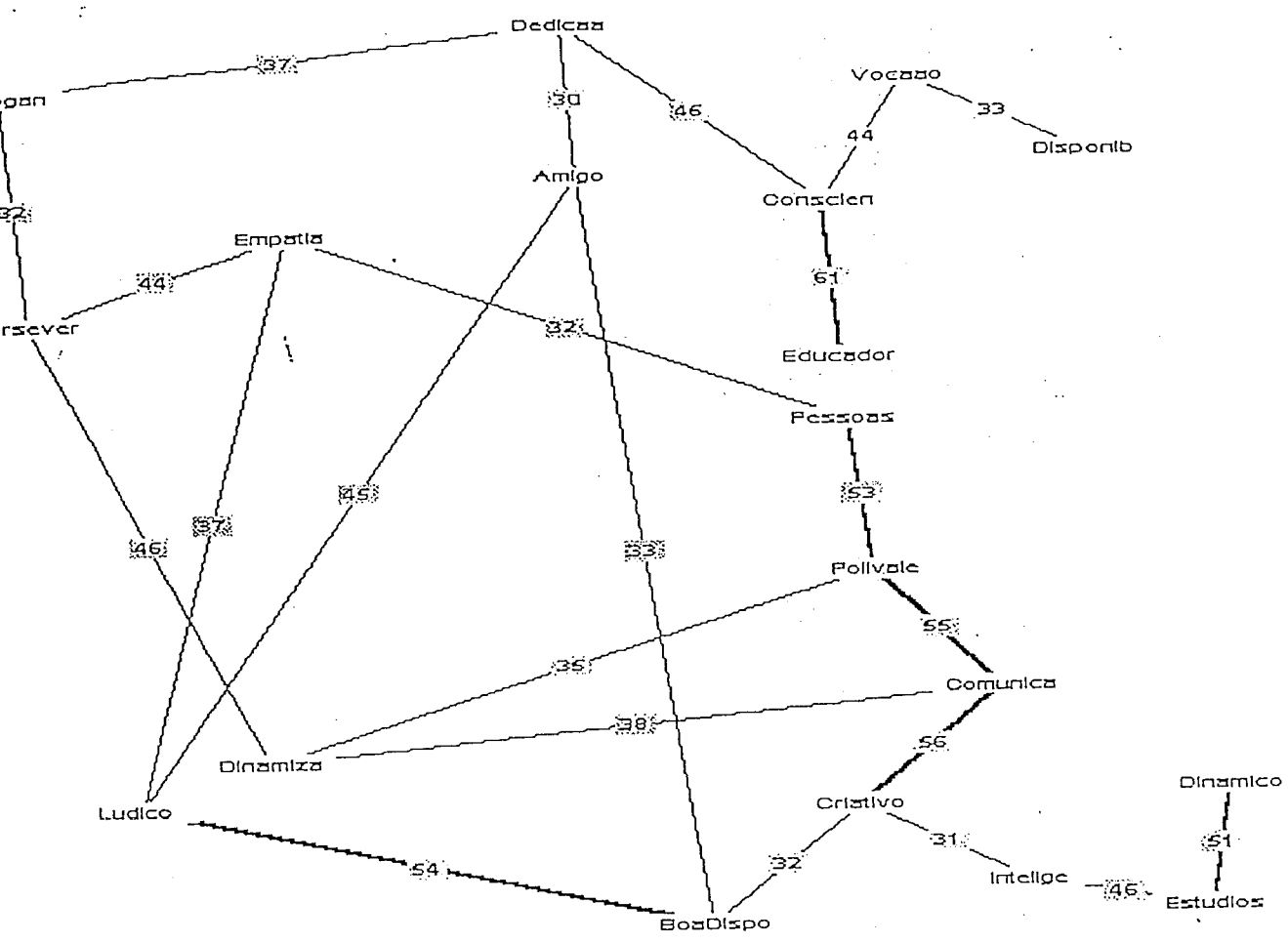
Árvore máxima

Filtro 30





Filtro 45



Filtro 30

ANEXO Q: - ORDENAMENTO DOS ITENS DO GRUPO 2
- GRAFO DA ÁRVORE MÁXIMA DO GRUPO2
- GRAFOS DE FILTRO DO GRUPO2
FILTRO 45
FILTRO 40
FILTRO 30

DE LECTURE: (4X, 2012)

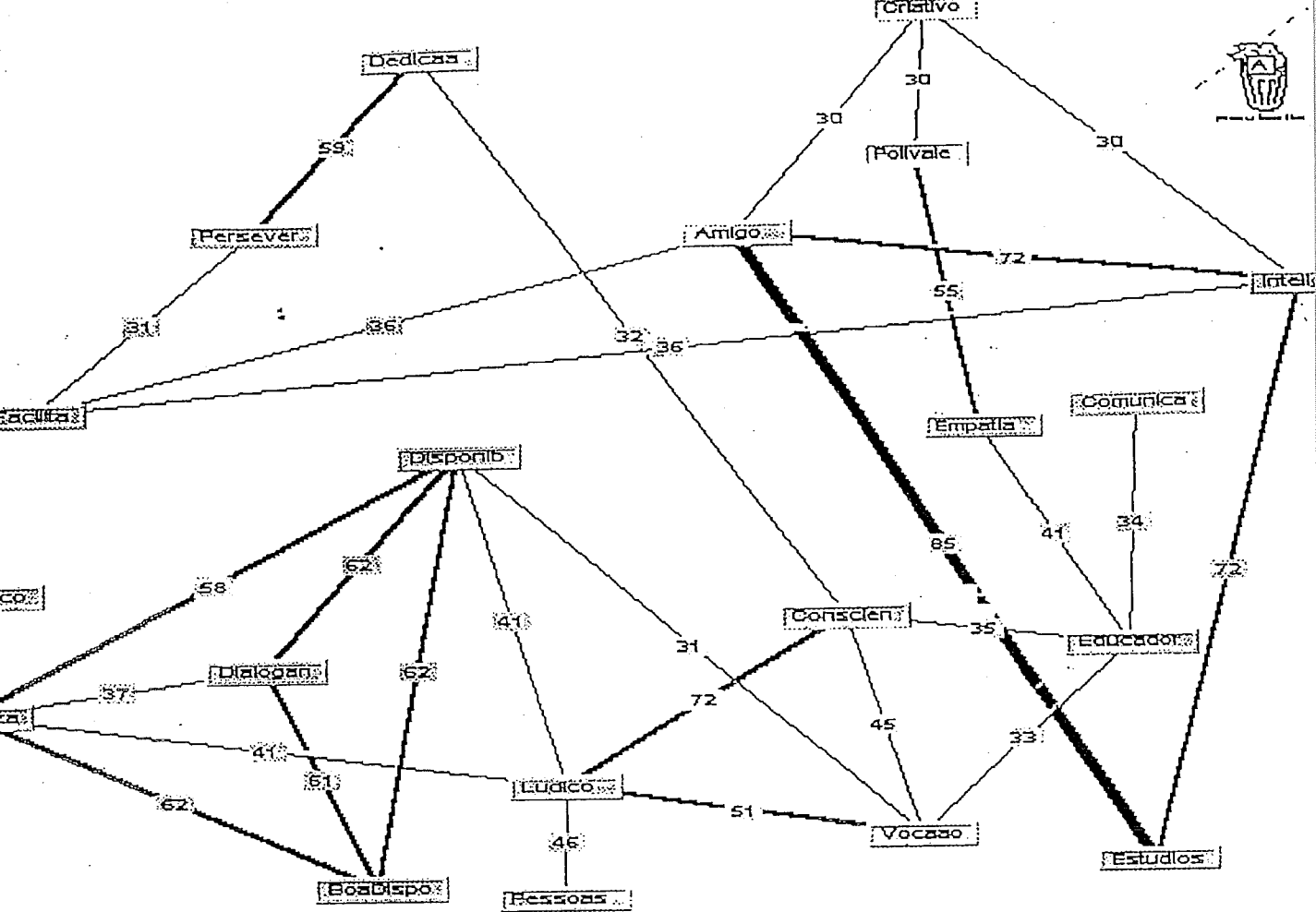
2	2	5	2	3	1	2	4	1	4	1	4	5	3	1	3	4	3
2	2	3	3	4	2	1	4	4	5	1	2	1	3	4	3	5	1
4	3	3	3	2	3	1	5	2	4	2	4	2	1	1	1	5	4
2	3	5	3	5	2	1	4	2	4	1	3	1	4	1	2	5	5
3	3	1	4	5	1	3	4	2	5	2	5	3	1	2	2	4	1

DISTRIBUTION DES ITEMS PAR NOTES

	0 *	1 *	2 *	3 *	4 *	5 *	6 *	7 *	8 *	9 *	Moyen-	Média
DS *	0 *	0 *	1 *	0 *	2 *	6 *						
% *		.0*	11.1*	.0*	22.2*	66.7*					4.44	-1.44
	* 0 *	* 0 *	* 2 *	* 1 *	* 1 *	* 5 *						
% *		.0*	22.2*	11.1*	11.1*	55.6*					4.00	-1
pa *	0 *	1 *	3 *	2 *	2 *	1 *						
% *		11.1*	33.3*	22.2*	22.2*	11.1*					2.89	0.11
ca *	0 *	2 *	4 *	3 *	0 *	0 *						
% *		22.2*	44.4*	33.3*	.0*	.0*					2.11	0.88
a *	0 *	3 *	1 *	2 *	1 *	2 *						
% *		33.3*	11.1*	22.2*	11.1*	22.2*					2.78	0.22
er *	0 *	1 *	1 *	4 *	3 *	0 *						
% *		11.1*	11.1*	44.4*	33.3*	.0*					3.00	0
o *	0 *	0 *	2 *	2 *	1 *	4 *						
% *		.0*	22.2*	22.2*	11.1*	44.4*					3.78	-0.8
co *	0 *	2 *	4 *	1 *	2 *	0 *						
% *		22.2*	44.4*	11.1*	22.2*	.0*					2.33	0.67
ib *	0 *	5 *	2 *	2 *	0 *	0 *						
% *		55.6*	22.2*	22.2*	.0*	.0*					1.67	1.33
ge *	0 *	1 *	0 *	1 *	5 *	2 *						
% *		11.1*	.0*	11.1*	55.6*	22.2*					3.78	-0.78
ca *	0 *	2 *	5 *	1 *	1 *	0 *						
% *		22.2*	55.6*	11.1*	11.1*	.0*					2.11	0.89
	* 0 *	* 0 *	* 0 *	* 0 *	* 4 *	* 5 *						
% *		.0*	.0*	.0*	44.4*	55.6*					4.56	-2
za *	0 *	5 *	2 *	2 *	0 *	0 *						
% *		55.6*	22.2*	22.2*	.0*	.0*					1.67	1.33
oo *	0 *	0 *	1 *	2 *	2 *	4 *						
% *		.0*	11.1*	22.2*	22.2*	44.4*					4.00	-1
an *	0 *	2 *	2 *	3 *	1 *	1 *						
% *		22.2*	22.2*	33.3*	11.1*	11.1*					2.67	0.33
vo *	0 *	3 *	1 *	2 *	3 *	0 *						

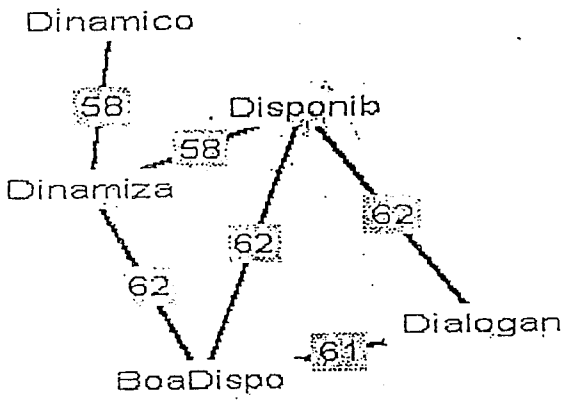
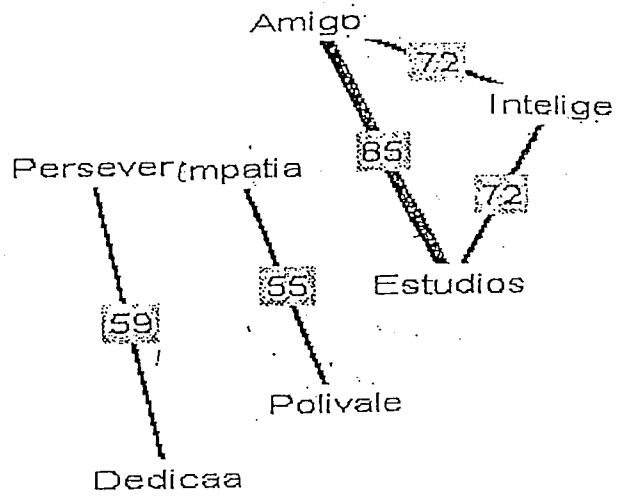
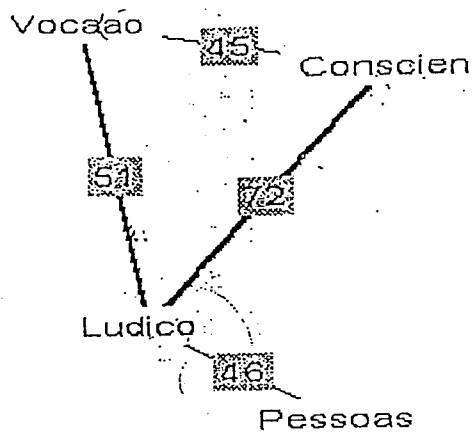
% *	*33.3*11.1*22.2*33.3* .0*	2.56	0.4
ien *	0 * 5 * 1 * 2 * 1 * 0 *		
% *	*55.6*11.1*22.2*11.1* .0*	1.89	1.1
as *	0 * 1 * 2 * 4 * 2 * 0 *		
% *	*11.1*22.2*44.4*22.2* .0*	2.78	0.22
dor *	0 * 0 * 1 * 1 * 3 * 4 *		
% *	* .0*11.1*11.1*33.3*44.4*	4.11	-1.11
ale *	0 * 3 * 1 * 1 * 2 * 2 *		
% *	*33.3*11.1*11.1*22.2*22.2*	2.89	0.11

E D ENREGISTREMENT = 9



Árvore máxima

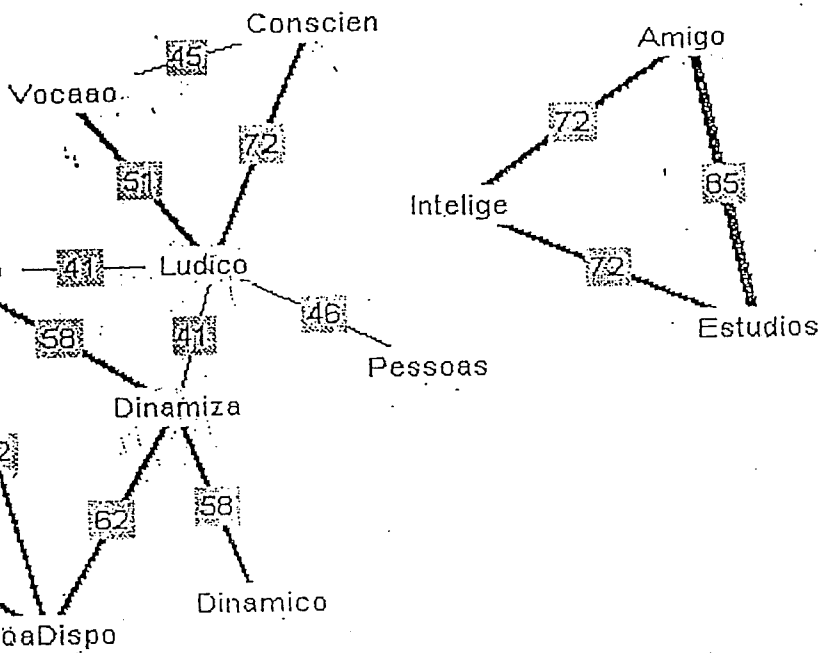
Filtro 30



Filtro 45



Persever
 ↓
 59
 ↓
 Dedicaa



Pollvale
 ↓
 55
 ↓
 Empatia
 ↓
 41
 ↓
 Educador

Filtro 40

ANEXO P: - ORDENAMENTO DOS ITENS DO GRUPO 3
- GRAFO DA ÁRVORE MÁXIMA DO GRUPO3
- GRAFOS DE FILTRO DO GRUPO3
FILTRO 45
FILTRO 40
FILTRO 30

Perfil/Personalidade do Animador Sociocultural

Número de Entrevistados por categoria

Categorias	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
1. Comunicativo	4 40%	4 44,4%	3 30%
2. Criativo	2 20%	1 11,1%	1 10%
3. Empatia	1 10%	2 22,2%	4 40%
4. Sensibilidade	1 10%	1 11,1%	2 20%
5. Estudioso	5 50%	3 33,3%	0 0%
6. Espírito de equipa	1 10%	0 0%	1 10%
7. Disponibilidade	2 20%	4 44,4%	3 30%
8. Boa Disposição	1 10%	2 22,2%	2 20%
9. Vocação	4 40%	1 11,1%	6 60%
10. Dialogante	0 0%	6 66,7%	6 60%
11. Dedicção	3 30%	1 11,1%	1 10%
12. Inteligente	0 0%	2 22,7%	1 10%
13. Acertivo	1 10%	3 33,3%	2 20%
14. Perseverante	0 0%	3 33,3%	2 20%
15. Amigo	2 20%	0 0%	2 20%